



Prisma

EDIÇÃO NACIONAL

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL Abr. • Mai. • Jun. • 2001 - ANO XIII - Nº 35

CREDIBILIDADE

**A maior de
todas as
conquistas
em dois anos
de gestão**



CORREGEDORIA DA UNIÃO
**Um canal aberto entre
Cidadania e Governo**

POSSES

Em noite de gala, transcorrida nos salões do Porto Vitória, em Brasília, a Associação e a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal receberam mais de 300 convidados especiais, procedentes de todo o País, para comemorar a posse de seus novos dirigentes.





Porto Vittoria

Salão de Festas

Setor de Clubes Esportivos Sul - Trecho 02 Conjunto 19
Brasília-DF

Tel.: (61) 321-5767

Fax: (61) 322-7850

Home-page: www.portovittoria.com.br e-mail: festas@portovittoria.com.br



*... à margem
do Lago Sul*

Hora de aplaudir

Criticar, sugerir, confraternizar, conciliar e pressionar, no exercício da mais justa e necessária pressão (não confundir com radicalizar ou impor idéias), entre outras conjugações verbais, integram a rotina do relacionamento das entidades sindicais e associativas com a classe patronal, em nosso caso, representada pela Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Outras duas conjugações, embora menos usuais, são, igualmente, salutares e importantes nesse relacionamento: os verbos apoiar e aplaudir.

Essas reflexões, em torno de conjugações antônimas - criticar e apoiar - sintetizam, de forma lúcida e inquestionável, o sábio ensinamento bíblico contido no Eclesiastes (3- "Um tempo para cada coisa). Pois bem. É tempo de aplaudir a Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, que acaba de completar (no dia 24 de junho) dois anos de lúcida, eficiente e exemplar liderança do Dr. Agílio Monteiro Filho, por sinal, associado da ADPF.

Esta Presidência, como, aliás, já se manifestou no jornal *Síntese* (edição de maio/2001), refletindo o pensamento de todo o Conselho Diretor, sente-se muito à vontade para fazer o sincero elogio à gestão do Dr. Agílio Monteiro Filho, da mesma forma como não se tem omitido toda vez que se faz necessário levar, pessoalmente ou por intermédio de ofícios, a crítica construtiva ou a discordância sobre uma ou outra questão do interesse dos Delegados de Polícia Federal, quando a Administração assume, eventualmente, posições divergentes.

A bem da verdade, nunca o DPF conseguiu tanto em tão pouco tempo, em termos de conquistas materiais e humanas, seja com o reequipamento e modernização da Instituição, seja com a oxigenação, através da realização de concursos públicos, ou ainda mediante a tomada de importantes decisões, que levaram à solução definitiva da questão da isonomia salarial entre novos e antigos policiais federais.

Por tudo isso, não é sem razão que a editoria elegeu como um dos três principais temas da presente edição, justamente, uma entrevista feita com o Diretor-Geral, na qual o Dr. Agílio Monteiro Filho faz um fiel e positivo balanço de seus dois anos à frente da Polícia Federal, citando como principal conquista a credibilidade da Instituição perante a sociedade e as autoridades brasileiras.

Dignos de nota e igualmente matérias de capa são a entrevista concedida ao editor da *Prisma* pela Corregedora-Geral da União, Dr.^a Anadyr de Mendonça Rodrigues, e a repercussão da solenidade de posse dos novos dirigentes da Associação e da Federação Nacional do Delegados de Polícia Federal, cujo clima de confraternização evidenciou, mais uma vez, o elevado espírito de união que continua prevalecendo na categoria dos Delegados de Polícia Federal, a dignificar toda a Instituição.

Bolivar Steinmetz
Presidente

EXPEDIENTE



EQS 208/408 - Bloco "B"
Brasília - DF
Fone: (61) 244-6716

Presidente
Bolívar Steinmetz

Secretária-Geral
Edina de Melo Horta

2º Secretário
Sebastião José Lessa

Diretor Financeiro
Mário Cassiano Dutra

Diretor Financeiro Substituto
José Ercidio Nunes

Patrimônio
Geraldo José Chaves

Comunicação Social
Aloysio José Bermudes Barcellos

Administrativo
Luiz Clóvis Anconi

Assuntos Sociais
Eni Martins França Borges

Jurídica
Elvira Pereira Alves

Demais Conselheiros
Joel Zarpelon Mazo
Washington do Nascimento Mélo
Rômulo Fisch de Berredo Menezes

Conselho Fiscal
Arthur Lôbo Filho (*Presidente*)
Fernando Queiroz Segóvia Oliveira
Edson Rezende de Oliveira

Conselho de Ética
João José Curi (*Presidente*)
Iracema Cirino de Sá Ribeiro
Daniel Gomes Sampaio

Revista **PRISMA** - Publicação Oficial da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Editora: Envelopel Produtos Gráficos Ltda. **Direção-Geral:** Diogo Alves de Abreu, publicitário, reg. MTPS 0370/DRT-DF - **Editor:** Bairton Sampaio, RP, 127 DRT-CE - **Diretora Comercial:** Angela de Lyra de Abreu - **Produção Fotográfica:** Célio Alves Azevedo - **Projeto Gráfico/Diagramação:** Daniel Ribeiro Soares (61-919-2988) - **Editoração Eletrônica:** Arte & Imagem (61)-373-3196 - **Impressão e Acabamento:** Envelopel Produtos Gráficos Ltda: 322-7615 - **Envelopel@zaz.com.br** - **Distribuição:** EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - **Circulação e Distribuição Gratuita:** Associados da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal/ADPF e órgãos internos do Departamento de Polícia Federal em todo o País - **Presidência da República; Ministérios:** da Justiça, Fazenda, Extraordinário de Projetos Especiais, Defesa, Comunicações, Ciência e Tecnologia, Cultura, Educação, Esporte e Turismo, Agricultura, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Meio-Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Minas e Energia, Previdência e Assistência Social, Relações Exteriores, Saúde, Trabalho e Emprego, Transportes e Secretaria de Comunicação Social. - **Congresso Nacional:** Senadores e Deputados; Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais - **Judiciário:** STF, Tribunais Superiores, Tribunais de Justiça e Justiça Federal - **Outras Autoridades:** Governadores e Secretários Estaduais, Procuradores da República e dos Estados, - **Administração e Publicidade:** SDS - Bloco Q - Ed. Venâncio IV - Salas 122/123/124 - Tel./Fax: (61) 226-9461 - Tel.: (61) 322-7615 - Contato direto: (61) 245-5066, Brasília-DF - **Relações Públicas:** Anuar Haddad, João Carrilho Hespanha, José Gomes Filho, Nelson Pereira, Vera Regina Basílio, Romeu Dias de Jesus, Daniel Silva Oliveira e Mário Jorge Magno de Carvalho. Não autorizamos pessoa alguma a oferecer assinaturas. Se for procurado por alguém, sem credenciamento, denuncie-o às autoridades locais. Para publicidade, atenda somente aos agentes credenciados. A Revista **PRISMA** não aceita matéria paga em seu espaço editorial. Proibida a reprodução total ou parcial das matérias sem autorização dos editores. Não nos responsabilizamos pelo conteúdo dos artigos assinados.

Diretores Regionais da ADPF nos Estados

Academia Nacional de Polícia - ANP

DPF Dr. Sérgio Fidélis Brasil Fontoura

Fone: 021 + 61 + 311-8800

Fax: 021 + 61 + 311-8804

Estrada Parque do Contorno Km 0 - Sobradinho
Brasília - DF - Cep: 73000-000

Rio Branco - AC

DPF Dr. Ney Ferreira de Sousa

Fone: 021 + 68 + 223-3500 / 223-3565

Fax: 021 + 68 + 223-2113

Rua Floriano Peixoto N.º 744 - Centro - Rio Branco - AC - Cep: 69908-030

Maceió - AL

DPF Dr. Cláudio Lima de Souza

Fone: 021 + 82 + 326-4292 / 326-6767 / 326-6788

Fax: 021 + 82 + 326-2286 / 326-4028

Av. Da Paz N.º 1978 - Centro - Maceió - AL
Cep: 57025-440

Manaus - AM

DPF Dr. Raimundo Nonato de Araújo Souza

Fone: 021 + 92 + 656-4774 / 646-4646 / 655-1503 / 655-1204 / 655-1545

Fax: 021 + 92 + 656-2568 / 655-1560 53

Av. Domingos Jorge Velho N.º 40

Conj. D. Pedro II - Bairro Alvorada - Manaus - AM
Cep: 69042-470

Macapá - AP

DPF Dr. Dirceu Augusto da Silva

Fone: 021 + 96 + 223-9644 / 222-3144

Fax: 021 + 96 + 223-6630 / 222-2836

Av. Ercimino Borges N.º 1402 - Bairro Jesus De Nazaré - Macapá - AP - Cep: 68950-000

Salvador - Bahia

DPF Dr. Jamil de Souza Oliveira MD. Diretor

Regional da ADPF/BA Rua Professor Alfredo Rocha, n.º 168 - B. Matam 40270-150 - SALVADOR-BA

Fortaleza - CE

DPF Dr. Carlos Alberto da Silva Colares

Fone: 021 + 85 + 261-2901

Fax: 021 + 85 + 261-2901

Av. Desembargador Moreira N.º 2020 - Ed. Trade Center

Salas 106/107 - Bairro Aldeotas

Fortaleza - CE - Cep: 60170-002

Brasília - DF

DPF Dr. Rinaldo de Almeida César Sobrinho

Fone: Oxx + 61 + 311-3126

9976-7099 / 9968-6759

MD Diretor Regional da ADPF/DF SHIS Q1 15 - Conj. 6 - Casa 16 71635-260 - BRASÍLIA-DF

Vitória - ES

DPF Dr. José Alan Kardeck Barbosa Costa

Fone: 021 + 27 + 227-0709 / 227-3514 / 227-9709

Fax: 021 + 27 + 246-9030

Rua Aristotelo Barbosa Leão N.º 61 Aptº 302

Ed. Amanã - Bairro Jardim Da Penha

Vitória-ES - Cep: 29060-010

Goiânia - GO

DPF Dr. Flávio Araújo Borges

Fone: 021 + 62 + 212-3100 - Ramal: 212 / 223-3009 / 229-3641 - Fax: 021 + 62 + 261-5981

Rua 235 N.º 40 - Bairro Setor Universitário

Goiânia - GO - Cep: 74605-050

São Luís - MA

DPF Dr. José Ribamar de Melo Bonfim

Fone: 021 + 98 + 244-4686

Fax: 021 + 98 + 245-1845 / 245-6292

Av. Kennedy N.º 2000 - Bairro Pátina

São Luís - MA - Cep: 65030-001

Belo Horizonte - MG

DPF Dr. Hélio Afonso Dias Leite

Fone: 021 + 31 + 291-0005

Fax: 021 + 31 + 291-5927

Rua Nascimento Gurgel N.º 30 Bairro Gutierrez Belo

Horizonte - MG - Cep: 30420-340

Campo Grande - MS

DPF Dr. Luiz Adalberto Philippen

Fone: 021 + 67 + 724-4549 / 761-1165

Fax: 021 + 67 + 761-3170 / 761-6234

(SR/DPF/MS) - Rua Fernando Fernandes N.º 322

Vila Sobrinho - Campo Grande - MS

Cep: 79110-500

Cuiabá - MT

DPF Dr. Antônio Martins Pêres

Fone: 021 + 65 + 614-5600 / 623-2462 / 623-4078

Fax: 021 + 65 + 623-2244 / 321-4078 / 623-3912

Av. Rubens de Mendonça N.º 909 - Bairro Aracés -

Cuiabá - MT - Cep: 78008-000

Belém - PA

DPF Maurício Gil Castelo Branco

Fone: 021 + 91 + 214-8003 / 214-8045

Fax: 021 + 91 + 214-8043 / 214-8045

Av. Almirante Barroso N.º 4446 - Bairro Souza

Belém - PA - Cep: 66080-000

João Pessoa - PB

DPF Dr. Magno José Nicolau de Costa

Fone: 021 + 83 + 241-5252 / 241-1609

Fax: 021 + 83 + 241-5200 / 241-5005

Av. Marechal Deodoro N.º 150 - Bairro Torre

João Pessoa - PB - Cep: 58040-140

Recife - PE

DPF Dr. Wladimir Cutarelli

Fone: 021 + 81 + 424-3999

Fax: 021 + 81 + 424-2330

Rua Luiz Guimarães N.º 361 - Bairro Casa Forte

Recife - PE - Cep: 52061-160

Teresina - PI

DPF Dr. Robert Rios Magalhães

Fone: Oxx + 86 + 215-4972 / 215-4953

Fax: Oxx + 86 + 215-4900

Diretor Regional da ADPF/PI Avenida Maranhão,

1022/N - Centro 64000-010-TERESINA - PI

Curitiba - PR

DPF Dr. Alcyon Dalle Carbonare

Fone: 021 + 41 + 362-2635

Fax: 021 + 41 + 362-2635

Rua Ubaldino do Amaral N.º 321 - Alto da

Gloria - Curitiba - PR - Cep: 80060-140

Rio de Janeiro - RJ

DPF Dr. Edyr Carvalho

Fone: 021 + 21 + 263-4945 / 263-4993 / 233-0939

Fax: 021 + 21 + 263-4945 / 263-4993 / 233-0939

Av. Venezuela N.º 03 Sala 1204/1206 - Bairro Saúde - Rio De

Janeiro - RJ - Cep: 20081-310

Natal - RN

DPF Dr. Paulo Sidney Leite de Oliveira

Fone: Oxx + 84 + 205-4081 / 205-2255

Fax: Oxx + 84 + 205-2080 / 205-4023

Diretor Regional da ADPF/RN Av. Inventor Mário

Câmara n.º 3000 Cidade da Esperança

59074-600-NATAL-RN

Porto Velho - RO

Ilmo. Sr. Dr. Márcio Valério de Souza

Fone: Oxx + 69 + 229-3003 / 229-4004 / 229-3001 /

229-2400 Fax: Oxx + 69 + 229-3546 / 224-3542 / 227-5944

Regional da ADPF/RO Av. Lauro Sodré, 2905 - Bairro

Tanques 78904-300-PORTO VELHO-RO

Boa Vista - RR

DPF Dr. Daniel Norberto

Fone: 021 + 95 + 623-5191 - Fax: 021 + 95 + 623-5094

Rua José Bonifácio N.º 1737 - B. Aparecida

Boa Vista - RR - Cep: 69300-000

Porto Alegre - RS

DPF Dr. Rivaldo Rosa

Fone: 021 + 51 + 337-2111 Ramal: 9017 / 328-6479 / 358-

9034 / 358-9000 / 358-4226 / 221-2470

Fax: 021 + 51 + 358-9075

Av. Paraná N.º 991 - Bairro São Geraldo -

Porto Alegre - RS - Cep: 91240-600

Florianópolis - SC

DPF Dr. Eduardo Longo Azeirano

Fone: 021 + 48 + 281-6535

Fax: 021 + 48 + 248-2081

Rua Tijucas N.º 92 - Bairro Estreito

Florianópolis - SC - Cep: 88075-540

Aracaju - SE

DPF Dr. José Rita Martins Lara

Fone: 021 + 79 + 213-0030 - Ramal 304

Fax: 021 + 79 + 211-8910

Rua Lagarto N.º 58 - Centro - Aracaju - SE

Cep: 49010-390

São Paulo - SP

DPF Dr. Hotel Telles de Andrade

Fone: 021 + 11 + 221-5463 / 3362-1685

Fax: 021 + 11 + 221-5463 / 3362-1685

E-Mail: Adpfs@Sol.Com.Br

Rua do Boticário N.º 39 - Conjunto 42 - 4º Andar

Centro - São Paulo - SP - Cep: 01040-010

Palmas - TO


DPF Dr. João Fonseca Coelho

Fone: 021 + 63 + 218-5700 / 218-5701 / 218-5702

Fax: 021 + 63 + 218-5704 / 218-5715

Av. Teotônio Segurado Acusar N.º 20 Conjunto 01 Lote

04 Centro - Palmas - TO - Cep: 77102-070



Globo. A melhor vitrine do Brasil.

ANUNCIAR NA GLOBO É COMO SE O CONSUMIDOR
JÁ ESTIVESSE DENTRO DO PONTO-DE-VENDA.

REDE GLOBO
RESULTADOS QUE VOCÊ VÊ

Senhor Presidente. É com satisfação que acuso o recebimento do exemplar da **Prisma**, edição n.º 34. Parabênizo-o pela publicação oficial da ADPF, que traz como tema de capa a operação Cobra de Combate ao Narcotráfico. Por oportuno, renovo protestos de estima e consideração.

Deputado Federal Ary Kara (PPB-SP).

Senhor Presidente. Com meus sinceros cumprimentos, sirvo-me do presente para agradecer a Vossa Senhoria pelo envio do exemplar da revista **Prisma** (Edição n.º 34). Outrossim, parabênizo-vos pelas informações contidas na referida publicação, que refletem o brilhante trabalho desempenhado por essa Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Aproveito a oportunidade para reforçar meus sentimentos de estima e apreço.

Atenciosamente. **Deputado Federal Mauro Lopes (PMDB-MG).**

Prezado Presidente Bolivar Steinmetz. Agradeço a Vossa Senhoria a gentileza do exemplar da revista **Prisma**. **General Alberto Cardoso** - Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Caro editor Bairton Sampaio. Foi com muita satisfação e agradável surpresa que tomei conhecimento da revista **Prisma**, publicação da ADPF, que trata, com profundidade, os temas abordados em suas páginas, relacionadas às atividades dessa Entidade de Classe e às alta funções constitucionalmente atribuídas à Polícia Federal. Parabênizo-o pela excelência da publicação. **Márcio Braga** - Assessor de Imprensa da Corregedoria-Geral da União.

Agradeço pelo envio do excelente exemplar da revista **Prisma**. Ao ensejo, parabênizo a todos os integrantes da Polícia Federal pelo empenho no combate ao narcotráfico

colocando-me à disposição da ADPF para atender a qualquer necessidade. **Deputado Federal Barbosa Neto (PMDB-GO).**

Ao acusar o recebimento da revista **Prisma**, cumprimento essa Associação pelos serviços prestados e relevantes assuntos nela constantes. **Deputado Federal Benedito Dias (PPB-AP).**

Acusamos recebimento e agradecemos o envio da revista **Prisma**. Cordialmente, **Deputado Federal Padre José Linhares (PPB-CE)**

Senhor Presidente. Cumprimentando-o cordialmente, acuso o recebimento do exemplar da revista **Prisma**, edição n.º 34. Desde já, agradeço antecipada e atenciosamente. **Deputada Federal Ana Catarina Alves (PMDB-RN).**

Prezado Dr. Bolivar Steinmetz. Ao cumprimentá-lo cordialmente, aproveito a

Parabéns, ADPF!

Elogiada em inúmeras correspondências enviadas à Presidência da ADPF e à Editoria da revista Prisma, pelo conteúdo das matérias publicadas na edição n.º 34, registramos a íntegra de carta enviada pelo Delegado de Polícia Federal, Dr. Roberto Pinto Schweitzer, que destacou, de modo especial, a entrevista feita com o Dr. Carlos Alberto Stimamílio, cujo teor se segue:

“Prezado Dr. Bolivar. Acuso o recebimento da revista **Prisma**, n.º 34, e gostaria de parabenizar a ADPF pela extrema qualidade dessa edição. Dentre as matérias publicadas, destacaria aquela do Dr. **Rivadavia Rosa**, mais uma vez excelente, outra sobre os 36 anos do DPF e sobre o Curso de Pós-graduação patrocinado pela Academia Nacional de Polícia. Gostaria, entretanto, de destacar, de modo especial, as páginas dedicadas ao Dr. **Carlos Alberto Stimamílio**.

Eu que tive o prazer e a honra de trabalhar com o Dr. Stimamílio, quando ambos éramos Agentes e depois, quando ele foi Diretor da ANP. Considero muito justa a iniciativa de se realizar a entrevista, transformada em verdadeira homenagem àquele servidor competente, honesto e dedicado, enfim, um exemplo de policial federal cujo nome, me parece, andava meio esquecido, mas que deve ser sempre enaltecido.

Para os mais novos, recomendaria a leitura de três passagens daquela matéria - quando é comparada a situação do DPF de hoje com o de ontem e é questionado se “estariam hoje os resultados proporcionais aos recursos empregados e à remuneração recebida, ou quando ele relata que deixou de viajar para a Itália pois a “importante e honrosa missão era incompatível com a função de Diretor da

ANP”, ou ainda quando diz que não usaria a palavra usurpação para fatos que vêm ocorrendo, mas sim “ocupação de espaços que não temos tido o cuidado de ocupar” seria bom que todos meditassem sobre a profundidade de suas opiniões. De parabéns não está só a ADPF pela iniciativa.

Estamos todos nós, Delegados de Polícia Federal, que tivemos, ou temos, um colega como o Dr. Stimamílio. Pena que ele não contou uma passagem ocorrida em Porto Alegre, quando o Dr. **Jáber** e o Dr. **Lacorte**, especialmente, construíam a sede da APOFESUL e ele, Stimamílio, auxiliava no transporte de materiais, dirigindo um caminhão, junto com o Agente de Polícia Federal **Neuri Maciel**, sendo “preso” por um falso policial federal, na BR 116.

Com aquela educação e calma que lhe são peculiares, o Dr. Stimamílio chamou um policial militar e, aí sim, prendeu o falso Agente, cabendo a mim cuidar das formalidades na Superintendência Regional da Polícia Federal/RS, em Porto Alegre. Foi hilário e muito interessante esse episódio. Por tudo isso, obrigado, **Presidente Bolivar Steinmetz**, por nos relembrar a carreira brilhante dessa pessoa especial. Receba um forte abraço do **Roberto Pinto Schweitzer** - Delegado de Polícia Federal”.

Reconhecimento

Do próprio Dr. Carlos Alberto Stimamílio o Presidente Bolivar Steinmetz recebeu a seguinte carta de agradecimento:

“Caríssimo Presidente Bolivar Steinmetz

Não posso expressar a felicidade e o orgulho que experimentei ao ler a matéria do janeiro, fevereiro e março/2001, da conceituada revista **Prisma**.

A reportagem, muito mais do que relatar aspectos pessoais e funcionais, constituiu-se - no meu entender - em um reconhecimento da nossa ADPF pelo trabalho profissional desenvolvido por um associado em benefício da Polícia Federal Brasileira.

RECONHECIMENTO Dr. Carlos Alberto Stimamílio

Uma vida dedicada à Polícia Federal

BAIRTON SAMPAIO

O Dr. Carlos Alberto Stimamílio ingressou no Departamento de Polícia Federal no dia 4 de dezembro de 1969, mediante concurso público para Motorista Policial, e se aposentou em 20 de agosto de 1991 como Delegado de Polícia Federal Classe Especial. Foi também Agente Auxiliar e Inspetor de Polícia Federal, cargos dos quais tem orgulho pessoal de ter ocupado, sempre, graças à aprovação em concursos públicos, sendo também detentor de diploma do XIII Curso Superior de Polícia, integrado a turma de 1987.

Iniciou e encerrou sua carreira policial na Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul. Nomeado Inspetor de Polícia (hoje Dele-

Federal, onde consolidou o conceito de policial federal correto e exigente, procurando superar as dificuldades com extrema dedicação a todas as tarefas que lhe foram confiadas, das mais simples às mais complexas. Humildade, nobreza, austeridade e dedicação são traços característicos do Dr. Stimamílio, um homem que nasceu vocacionado para o

Prisma ocorreu o...
Stimamílio...
os por...
de da...
RS) j...
Dermis...
Federal. L...
gido e...
também...
preocupa...

oportunidade para registrar meus agradecimentos pela gentileza do envio do exemplar da revista **Prisma**, edição n.º 34. Atenciosamente, **Deputado Federal Roberto Argenta** (PHS-RS).

● Senhor Editor. Agradeço a gentileza de enviar-me exemplar da revista **Prisma**. Cordialmente, **Senador Jonas Pinheiro** (PFL-MT).

● Senhor Presidente. Agradeço a Vossa Senhoria a gentileza de haver encaminhado a este Gabinete um exemplar da importante revista **Prisma**. Aproveito para formular votos de pleno êxito no desempenho de suas atribuições. Atenciosamente, **Senador Ademir Andrade** (PA), Líder do PSB no Senado.

● Desejo saber como adquirir a revista **Prisma**, bem como sua circulação, se é mensal ou trimestral. Atenciosamente, **Lupércio Henrique Hakime Debiazi** – São José do Rio Preto – SP.

● Prezado Senhor Presidente. Acuso e agradeço o envio do exemplar da revista **Prisma**, edição n.º 34. Atenciosamente, **Deputado Federal Euler Ribeiro** (PFL-AM).

● Senhor Presidente. Com grande satisfação recebi o exemplar da revista **Prisma**, edição n.º 34, enviada por V. S.ª, a qual aborda questões relativas ao Setor de Segurança Pública, tema este de grande interesse para a Câmara dos Deputados. Agradeço o presente e louvo o interesse dessa Associação em assunto de tal importância para toda a comunidade. Atenciosamente, **Deputado Federal Sérgio Barros** (PSDB-AC).

● Senhor Presidente. Acuso o recebimento do Of. n.º 079/01, de 28/03/01, dessa Associação, que encaminha exemplar da revista **Prisma** - edição n.º 34, a qual aborda temas extremamente interessantes e relevantes no que diz respeito ao papel do setor da Segurança Pública e matérias conexas. Quero

registrar o meu apreço quanto à importância das matérias abordadas e à qualidade do material a mim enviado. Na oportunidade, renovo a Vossa Senhoria meus votos de elevada consideração. Atenciosamente, **Deputado Federal Ricardo Fiúza** (PFL-PE).

● Senhor Presidente. A Senhora **Deputada Federal Lúcia Vânia** (PSDB-GO), por meu intermédio, acusa e agradece o recebimento do exemplar da revista **Prisma**, edição n.º 34, ao tempo que cumprimenta Vossa Senhoria e toda a sua equipe pelo excelente trabalho apresentado. Atenciosamente, **Maria Luiza Puppim Macedo** - Chefe de Gabinete.

● Prezado Senhor Presidente Bolívar Steinmetz. Com meus cordiais cumprimentos, agradeço o envio da revista **Prisma**, parabenizando-o pela importante publicação. **Deputado Federal Bonifácio de Andrada** (PSDB-MG).

Supriu, inclusive, no meu caso específico, a omissão do Superintendente da ocasião, que sequer teve a lembrança de assinalar a passagem de um policial federal para a inatividade, à semelhança, aliás, do que fazem as Forças Armadas, os órgãos e os Dirigentes que possuem um mínimo de respeito aos seus servidores.

Quero expressar o meu muito obrigado a todos, mas em especial a esse qualificado, dedicado e respeitado Presidente Bolívar e aos Doutores Anconi, Aloysio, José Roberto e Iracema, pelas manifestações de apreço, produtos de sólida e sincera amizade. Ao Jornalista Bairton Sampaio registro o interesse, o cuidado e a fidelidade na elaboração do texto e na reprodução dos assuntos tratados, objetos de amistosos contatos que antecederam a publicação.

Com respeito e agradecimentos, **Carlos Alberto Stimamílio**"

Dr. Carlos Al

o que me interessou. Foi o concurso público e o curso de formação na ANP e assim ingressei no Departamento de Polícia Federal, em 04 de dezembro de 1969, no cargo de Motorista Policial.

Stimamílio - Na condição de policial federal, desde dezembro de 1969, tive a oportunidade de vivenciar os momentos político-administrativos experimentados pelo Brasil nas décadas de 70 e 80 e o pólo Constitucional de outubro de 1977. As mudanças foram grandes e a adaptação funcional difícil porém necessária. Deixando de lado a parte estritamente profissional, aprendi no Departamento de Polícia Federal o compromisso ativo entre pessoas no Serviço Público, onde se tornam laços inseparáveis. Trazo com o público externo de diversas camadas sociais, poderosas e humildes, carceres libertadas e reuniões graves para futuras ações penais, construído conscientemente interesse, enfim compreender sua ser compreendido. Aprendi no dia a dia, através das corporatividades de meus colegas, que mesmo ali sendo professoras foram meus verdadeiros mestres, especialistas responsáveis pela consolidação de minha formação pessoal. Valeu.

Prisma - Quais foram os cargos de relevância que o senhor ocupou no Departamento de Polícia Federal?

Stimamílio - Todas as funções no DPF possuem relevância, ocasião e parâmetros das suas competências e das atribuições de suas ocupações, valendo destacar uma delas



O Dr. Stimamílio em seu gabinete, na ADPF



Stimamílio é comprometimento para todos dias do DPF. General José Inácio Capistrano, pelo 1.º Curso de Segurança Pública, em 1989

correspondência com a dedicação do respectivo Dirigente. Foi chefe de Transportes, Coordenador Administrativo e Chefe de Correções na SR/RS. Chefe de Planejamento Operacional e de Polícia Militar na SR/PE e Coordenador do Ensino e Diretor de Academia Nacional de Polícia em Brasília. Fez algumas substituições eventuais e presidi a Comissão de Licitações de SR/RS.

Prisma - Cite alguns episódios que

Digo não, digo sim!

Que me perdoem os entendidos em técnicas de pensamento positivo e de reforço da capacidade mental que pontificam a tese de que nunca se deve iniciar uma frase, falada ou escrita, usando o "não".

Pois bem:

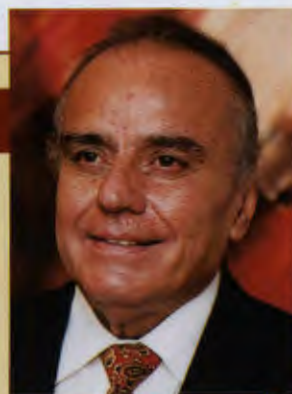
Não pretendo fazer outra coisa na vida, no campo profissional, senão continuar me dedicando, de corpo e alma, à tarefa que me impus de contribuir para elevar cada vez mais a boa imagem, o conceito e a credibilidade da Polícia Federal junto à sociedade e às autoridades brasileiras, fazendo-a, inclusive, repercutir no exterior, onde, inegavelmente, desfruta do mais elevado conceito e é reconhecida como uma das melhores polícias do mundo.

Se esse sempre foi o desiderato que me acompanhou a trajetória, ao longo de 40 anos de vivência no Departamento de Polícia Federal - Instituição que vi nascer - anima-me ainda mais o inestimável apoio que, como Diretor-Geral da Editora Envelopel, responsável pela publicação da revista **Prisma**, tenho recebido da ADPF e da própria Direção-Geral da Polícia Federal, na pessoa do Dr. Agílio Monteiro Filho, que, meritoriamente, cumpre dois anos de gestão, com um saldo altamente positivo de realizações.

Que reforço maior teria um profissional do que o recebimento da Medalha do Mérito Tiradentes e, conseqüentemente, do título de sócio-honorário da ADPF, que me acabam de ser concedidos por decisão unânime do Conselho Diretor? Grande é a honra, maior ainda a responsabilidade de continuar fazendo jus à confiança que me é depositada.

Aos dirigentes da ADPF, na pessoa de seu Presidente, Dr. Bolívar Steinmetz, e a todo o seu vasto e digno quadro social, os meus sinceros agradecimentos, com o compromisso de nunca dizer **não** às boas causas da ADPF e da própria Polícia Federal.

Diogo Alves de Abreu
Diretor-Geral da Revista **Prisma**



NESTA EDIÇÃO



Em noite de gala, foi comemorada a posse dos novos dirigentes da ADPF e da FNDPF presididas, respectivamente, pelo Dr. Bolívar Steinmetz e Dr. Washington do Nascimento Mélo.

10



Ao analisar a história da Polícia Federal, numa retrospectiva sobre a evolução do Sistema de Segurança Pública, o Dr. Eliud Gonçalves Pereira preconiza “um novo DPF para a sociedade”.

54

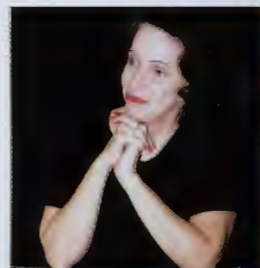


Na mesma solenidade, foi feita a entrega da Medalha do Mérito Tiradentes ao publicitário Diogo Alves de Abreu e ao jornalista Bairton Sampaio, Assessor de Imprensa da ADPF.

28



Em entrevista à *Prisma*, a Corregedora-Geral da União, Dr.^a Anadyr de Mendonça Rodrigues, manifesta o propósito de transformar a CGU em um canal aberto entre a cidadania e o Governo.



56



Em entrevista concedida à *Prisma*, o Diretor-Geral do DPF, Dr. Agílio Monteiro Filho, faz um balanço altamente positivo sobre os seus dois anos de gestão à frente da Polícia Federal.

38



Fundamentando-se em parecer jurídico e em decisões judiciais, o Delegado de Polícia Federal e Conselheiro da ADPF, Dr. Joel Zarpellon Mazo, analisa a questão dos DPFs *sub judice*.

64

O Coordenador-Geral Central de Polícia, Dr. Wilson Salles Damázio, traça o perfil do Diretor-Geral, destacando a integração da equipe comandada pelo Dr. Agílio Monteiro Filho.



50



O Coordenador-Geral de Gabinete, Dr. Renato Halfen da Porciúncula, dá o seu testemunho sobre o empenho da Direção-Geral do DPF, para a solução definitiva do problema da GOE.

51

O Dr. José Francisco Mallmann informou que a CPLAM está elaborando Instrução Normativa para instituir solenidades e procedimentos sobre os atos funcionais e para a criação da Galeria de Dirigentes do DPF.



52

Na qualidade de associado e de Diretor da Academia Nacional de Polícia, o Dr. Sérgio Fidélis Brasil Fontoura publica análise sobre o concurso da Polícia Federal, realizado em 1993



68

NOSSA CAPA

Três importantes temas ilustram a capa da presente edição: uma entrevista com o Diretor-Geral, Dr. Agílio Monteiro Filho, na qual faz um balanço de seus dois anos à frente da Polícia Federal; outra com a Corregedora-Geral da União, Dr.^a Anadyr de Mendonça Rodrigues; e a repercussão da solenidade de posse dos novos dirigentes da ADPF e da FNDPF, oportunidade em que também foi feita a entrega da Medalha do Mérito Tiradentes ao publicitário Diogo Alves de Abreu e ao jornalista Bairton Sampaio.



**QUEM DIRIGE COM
RETARDER
NUNCA MAIS QUER
DIRIGIR SEM ELE.**



EXCLUSIVO

RETARDER

**GARANTE MAIOR VELOCIDADE MÉDIA, QUE GARANTE MAIOR
NÚMERO DE VIAGENS, QUE GARANTE MAIOR RENTABILIDADE.**

Associação e Federação comemoram posse em noite de gala



Entusiasmado, o Presidente Bolívar Steinmetz aplaudiu a declaração pública do Vice-Governador do Distrito Federal, Benedito Domingos, de que tudo fará para viabilizar a doação de um terreno para a construção da sede própria da ADPF



Em noite de gala, transcorrida no dia 30 de março de 2001, nos salões, lotados, do

Porto Vitória - casa de recepções localizada às margens do Lago Paranoá, em Brasília, no Setor de Clubes Sul -, com o comparecimento de mais de 300 convidados, foi comemorada a posse, realizada na manhã do mesmo dia, dos novos dirigentes da Associação e da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF e FNDPF), lideradas, respectivamente, pelo Dr. Bolívar Steinmetz e Dr. Washington do Nascimento Mélo, reconduzidos à Presidência

das respectivas Entidades.

Na ocasião, por decisão unânime do Conselho Diretor, foi entregue a Medalha do Mérito Tiradentes, mais alta Comenda da ADPF, ao publicitário e Diretor da revista Prisma, Diogo Alves de Abreu, indicação feita pelo associado e ex-Diretor-Geral do DPF, Dr. Vicente Chelotti; e ao jornalista João Bairton Sampaio, Assessor de Imprensa da Entidade de Classe, indicado pelo Diretor de Comunicação Social, Dr. Aloysio José Bermudes Barcellos, por relevantes serviços a ela prestados pelos dois profissionais da área de comunicação social.



Destacadas autoridades prestigiaram a solenidade

A solenidade comemorativa da posse dos novos dirigentes da ADPF e da FNDPF, quando também foi entregue a Medalha do Mérito Tiradentes ao publicitário Diogo Alves de Abreu e ao jornalista Bairton Sampaio, compareceram destacadas autoridades, entre as quais o Vice-Governador do Distrito Federal, Benedito Domingos, os Deputados Wanderley Martins e Gonzaga Patriota, a Diretora-Geral do Cespe/UnB, Romilda Macarini, além de juizes, desembargadores, Diretores Regionais da ADPF e Delegados de Polícia Federal procedentes de todo o País.

Após a entrega da Medalha aos agraciados, o Mestre de Cerimônias fez a apresentação de cada um dos novos dirigentes da Associação e da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, cujos nomes são relacionados em matéria e box que se seguem sobre as respectivas posses. Em seguida, foi servido jantar, ao som do *Tropical Jazz Filling*, um dos mais requisitados conjuntos de cordas de Brasília.

Falando na ocasião, o Vice-Governador Benedito Domingos saudou os empossados e os dois homenageados com o recebimento da Medalha do Mérito Tiradentes, salientando que fez questão de estar presente à solenidade por estar cômico "da magnitude do evento, que envolve um segmento tão importante da sociedade, fazendo-se merecedor do respeito de todos os brasileiros".





FESTA REALÇA UNIÃO DA CLASSE

Os salões do Porto Vitória ficaram lotados, reunindo mais de 300 convidados especiais e associados da ADPF, que transformaram a solenidade comemorativa da posse dos novos dirigentes da Associação e da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, numa grande festa de confraternização que realçou a união da classe.





O Deputado Wanderley Martins destacou a credibilidade que desfruta a Polícia Federal perante o Congresso Nacional e a sociedade

Sede – Sob os aplausos entusiasmados de todos os presentes, o Vice-Governador reiterou compromisso assumido perante o Conselho Diretor, recebido em audiência especial, em seu Gabinete itinerante - presentes o Presidente Bolivar Steinmetz, o Diretor Financeiro Luiz Clóvis Anconi, o Diretor de Patrimônio Geraldo José Chaves e a associada Dr.^a Creusa Camelier, durante a instalação do Governo itinerante do Distrito Federal,

na Cidade Satélite de Ceilândia, em meados do mês de março.

O Deputado Wanderley Martins (Delegado de Polícia Federal licenciado e associado da ADPF) também se pronunciou, destacando, igualmente, o respeito e a credibilidade que desfruta a Polícia Federal junto ao Congresso Nacional. Salientou o parlamentar que o atendimento de várias reivindicações das entidades de classe, particularmente da ADPF, levadas ao Presidente da República, como o aumento do efetivo e a solução da defasagem salarial dos novos Delegados, refletem o prestígio da Instituição junto às autoridades.

Assembléia Geral - Os novos integrantes dos Conselhos Diretor, Fiscal e de Ética da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), para o exercício de 2001/2004, tomaram posse em concorrida Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de março de 2001, no salão de reuniões do Hotel Eron, de Brasília, à qual compareceram todos os Diretores Regionais e grande número de associados

No Conselho Diretor, pela ordem, assinaram o termo e receberam diplomas de posse os Delegados de Polícia Federal

Novos dirigentes da FNDPF

É a seguinte a composição da nova Diretoria da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (FNDPF):

DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: Washington do Nascimento Mélo; 1.º Vice-Presidente, Armando Rodrigues Coelho Neto; 2.º Vice-Presidente, Waldir Silveira Zacarias; Secretário-Geral, José Ercídio Nunes; 1.º Secretário, Otto de Oliveira; Secretária de Finanças, Selene Costa Botelho Moraes; Secretário de Assuntos Jurídicos, Antônio Elias Ordacgy Júnior; Secretário de Assuntos Parlamentares, Reinaldo de Almeida César Sobrinho; Secretária de Comunicação Social, Viviane da Rosa.

SUPLENTES: Eduardo Longo Aureliano, Creusa de Castro Camelier, Ildeu da Silva Néri e Orlando Abrão Kalil.

CONSELHO FISCAL: Antônio Barbosa Góis; Edyr Carvalho; e Jáder Pinho Lucas Gomes.

SUPLENTES: Fernando Duran Poch, Alberto Lacerre Kratzl Filho e Sílvio José dos Santos

Bolivar Steinmetz, Sebastião José Lessa, Edina de Melo Horta, Mário Cassiano Dutra, Joel Zarpellon Mazo, Washington do Nascimento Mélo, José Ercídio Nunes



FAMÍLIA QUE REZA UNIDA - Diz o adágio católico que "família que reza unida, unida permanece". Eis a fórmula encontrada pela família Steinmetz para manter a união, o amor e a felicidade, ingredientes também indispensáveis à maneira carinhosa e compreensiva como D. Teresa, Wladistein, Vanessa e Geraldo estimulam o Dr. Bolivar, em sua incansável atividade classista, cujos méritos são reconhecidos por seus pares, que o fizeram Presidente da ADPF pela 5ª vez

e Rômulo Fisch de Berredo Menezes.

No Conselho Fiscal, tomaram posse o Dr. Arthur Lobo Filho (Presidente) e o Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira, que assumiu no lugar da Dr.^a Neide Alves Almeida Alvarenga, que renunciou previamente, em razão de haver sido removida para Goiânia/GO. Ausente, o Dr. Edson Rezende de Oliveira tomará posse em data a ser posteriormente marcada. No Conselho de Ética, tomaram posse os Doutores João José Cury (Presidente), Iracema Cirino de Sá Ribeiro e Daniel Gomes Sampaio.

Recondução - Em sua primeira reunião ordinária, realizada no mesmo dia, o novo Conselho Diretor reconduziu o Dr. Bolivar Steinmetz à Presidência da Entidade, elegendo a Dr.^a Edina de Melo Horta para Secretária-Geral. Para os cargos de 2.º Secretário, de 1.º Diretor Financeiro e Diretor Financeiro-substituto foram eleitos os Conselheiros José Ercídio Nunes, Mário Cassiano Dutra e Sebastião José Lessa, respectivamente.

Ao final da reunião, o Presidente Bolivar Steinmetz agradeceu a confiança mais uma vez depositada em sua pessoa, para continuar à frente da Entidade, conclamando todo o Colegiado a trabalhar unido em prol da categoria dos Delegados de Polícia Federal.

Repercussão - O Presidente Bolivar Steinmetz e os demais membros dos novos Conselhos Diretor, Fiscal e de Ética da ADPF, para o triênio 2001/2004, assim como os dois agraciados com a Medalha do Mérito Tiradentes, continuam recebendo mensagens de congratulações de altas autoridades, entre as quais do General Alberto Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (recém-empossado na Presidência do STF) e José Celso de Mello Filho; do Presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, Dr. Tourinho Neto, do Dr. Antônio Souza Prudente e do Dr. João Batista Gomes Moreira, também Juízes do Tri-

bunal Regional Federal da 1.ª Região; do Deputado Federal Aldir Cabral, também Delegado de Polícia Federal e associado da ADPF; do Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá; do Superintendente Regional da Polícia Federal em Santa Catarina, Dr. Aroldo Boschetti Soster; do então Superintendente Regional no Rio de Janeiro, Dr. Pedro Luiz Berwanger; do Diretor Regional da ADPF/SP, Dr. Hotelo Telles de Andrade, e de outros Diretores Regionais e associados.

Extraordinário - Em correspondência enviada ao Presidente Bolivar Steinmetz, o Diretor Regional da ADPF/SP, Dr. Hotelo Telles de Andrade, parabenizou-o por sua recondução à Presidência da Entidade, "conseqüência do extraordinário trabalho desempenhado por Vossa Senhoria, em prol dos interesses dos Delegados de Polícia Federal".

Ao elogiar o bom andamento dos trabalhos da Assembléia Geral Ordinária e a festa comemorativa da posse dos novos Conselhos Diretor, Fiscal e de Ética, o Dr. Hotelo manifestou a convicção de que os novos dirigentes da ADPF "muito contribuirão na árdua tarefa de defesa dos interesses da classe".

Meritórias lutas - Do Delegado de Polícia Federal Luiz Carlos Lopes Bastos, o Conselho Diretor recebeu o seguinte e-mail: "Ao tomar conhecimento, através do Comunicado n.º 04/01-ADPF de 02/04/2001, da composição do novo Conselho Diretor, quero cumprimentar todos os eleitos e desejar que continuem, como até aqui, as meritórias lutas em defesa da nossa classe. Fico imensamente feliz em pertencer a uma categoria funcional tão bem representada no cenário nacional. Parabéns. Todos merecem". ➔



VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA.

- PATRIMONIAL
- RESIDENCIAL
- BANCÁRIA
- INDUSTRIAL
- EVENTOS

PABX/FAX: **3332-2044**

Rua Major Eustáquio, 638
Uberaba- MG

UMA EMPRESA DO GRUPO



GRUPO EMPRESARIAL

Posse repercute na Câmara

A solenidade de posse dos novos dirigentes da ADPF e a outorga da Medalha do Mérito Tiradentes ao jornalista Bairton Sampaio e ao publicitário Diogo Alves de Abreu repercutiram no Plenário da Câmara Federal, com pronunciamento do Deputado Aldir Cabral (PFL/RJ), também Delegado de Polícia Federal e associado da Entidade de Classe. Eis a íntegra do seu discurso, proferido no dia 4 de abril de 2001:



Aldir Cabral denuncia setores que tentam "minimizar" a Polícia Federal

“**A** Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal reuniu-se no dia 30 de março passado para a cerimônia de entrega da Medalha do Mérito Tiradentes a dois ilustres agraciados, o Publicitário Diogo Alves Abreu e o Jornalista João Bairton Sampaio. O evento serviu, também, como oportunidade de conagraçamento e comemoração da posse do novo Conselho Diretor da entidade, integrado pelos seguintes Delegados de Polícia Federal: Bolívar Steinmetz, que é seu Presidente, Sebastião José Lessa, Edina de Melo Horta, Mário Cassiano Dutra, Joel Zarpellon Mazo, Washington do Nascimento Mélo, José Ercídio Nunes e Rômulo Fisch de Berredo Menezes.

Convidado, não pude comparecer ao evento, em Brasília, em razão de compromissos anteriormente assumidos fora da Capital da República para o mesmo dia e horário. Entretanto, tratando-se de um acontecimento de grande relevância social e política para a categoria dos Delegados de Polícia Federal, faço o presente registro para desejar ao novo

Conselho Diretor da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal pleno êxito nas funções assumidas.

Por igual, registrando a realização daquela cerimônia, julgo por oportuno chamar a atenção desta Casa, da sociedade em geral e da imprensa para a situação em que se encontra a Polícia Federal que, em fase de verdadeiro sucateamento, vive momentos de incerteza diante da ausência de um maior apoio governamental à instituição que, à míngua, luta por bem realizar e cumprir suas funções institucionais.

Sei que o novo Conselho Diretor da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal terá pela frente, ao longo de seu mandato, um trabalho exaustivo de tentar convencer o Governo Federal no sentido da valorização da Polícia Federal, visando devolver à mesma sua dimensão de respeitabilidade a que tem direito por justiça, respeito este que se tem esvaziado na medida em que o órgão é relegado a plano secundário no elenco das prioridades governamentais.

Assim, na oportunidade em que cumprimento aquele novo Conselho Diretor, quero manifestar minha mais sincera preocupação com o futuro da Polícia Federal, que antevejo cercado de lutas de seus integrantes contra aqueles que, inovando desnecessariamente, minimizam a Instituição e proclamam a inoportuna necessidade da criação de outros órgãos de segurança pública que se abriguem ao prazer dos governantes e que se coloquem sem os limites constitucionais de operação, como ocorre, felizmente, com a Polícia Federal.

A desconstitucionalização das ações de segurança pública, como pretendido por setores governamentais, é um retrocesso intolerável, é a decretação da falência do Departamento de Polícia Federal, é a desmoralização plena da Polícia Federal. É de se esperar que a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal atente contra esta realidade, para a qual chamo também atenção de todos os senhores parlamentares.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados”.

Verde, amarelo, azul e branco. A Michelin está cada vez mais Brasil.

A fábrica de pneus para automóveis e caminhonetes da Michelin em Itatiaia, no Rio de Janeiro, começou a produzir há dois anos. Nesta Fábrica, é utilizada a mais alta tecnologia, seguindo o padrão mundial de qualidade da Empresa. Cada vez mais, a Michelin investe e acredita no crescimento do Brasil.



Itatiaia - RJ - Brasil



MICHELIN

www.michelin.com.br

SAC 0800 90 9400



Presidida pelo Dr. Rivadávia Rosa e secretariada pelo Dr. Hêlbio Afonso Dias Leite, a Assembléa Geral contou com a presença de Diretores Regionais de todos os Estados, além de expressivo número de associados



União e entendimento

Em clima de união, fraternidade e franco entendimento, transcorreu a Assembléa Geral Ordinária, na qual, tomaram posse os novos dirigentes da ADPF, oportunidade em que também foram adotadas importantes decisões para a categoria dos Delegados de Polícia Federal (leia *box* na página 20).

A Assembléa foi presidida pelo Dr. Rivadávia Rosa, Diretor Regional no Rio Grande do Sul, e secretariada pelo Dr. Hêlbio Afonso Dias Leite, Diretor Regional em Minas Gerais, tendo também tomado assento à Mesa, os Delegados de Polícia Federal Bolívar Steinmetz, Washington do Nascimento Néle, Sebastião José Lessa e Mário Cassiano Dutra, de Brasília, e Vera Cristina Vieira de Moraes, da Diretoria Regional de São Paulo.

Com a palavra, os novos - Após tomarem posse, a convite do Presidente da Mesa, usaram da palavra os Conselheiros Joel Zarpellon Mizo, Rômulo Fisch de Berredo Menezes (Conselho Diretor) e Fernando Queiroz Segóvia Oliveira (Conselho Fiscal), que representam a renova-

ção no novo quadro dirigente da ADPF, eleito no último pleito, realizado no dia 21 de novembro de 2000.

Primeiro a falar, dizendo-se "o novo velho, porque sou velho no Órgão e novo no cargo", o Dr. Mizo agradeceu a confiança dos que nele votaram, ressaltando que "fomos votados em cima de propostas", pelas quais prometeu lutar, enquanto integrar o Conselho Diretor, ajudando a transformar a Entidade na ADPF do novo Milênio".

Falando em seguida, o Dr.

Rômulo defendeu a união de todos, em prol do engrandecimento da ADPF, salientando não haver o mínimo sentido fazer divisão entre antigos e mais novos. Lembrou, a propósito que ele próprio, egresso da turma de 1993, muitas vezes, com a melhor das intenções, agiu preconceituosamente, "trombando com todo o mundo, no afã de muito trabalhar", sem dar ouvidos aos antigos, que, com sua experiência, buscavam orientar os mais novos.

Na mesma linha de raciocí-

nio, manifestou-se o Dr. Segóvia, frisando que chegou "para somar forças e unificar, mais do que para uma renovação, mas para o conagraçamento de todos os Delegados de Polícia Federal em torno de sua Entidade de Classe. Ao agradecer aos que nele votaram para o Conselho Fiscal, o Dr. Segóvia disse que tudo fará a fim de "trazer os demais Delegados, principalmente os novos", para dentro da ADPF.

Homenagens - Ao final da Assembléa, o Presidente Bolívar Steinmetz usou a palavra para



Ao final da tarde, imediatamente após o encerramento da Assembléa Geral, o novo Conselho Diretor realizou a sua primeira reunião ordinária, ratificando o nome do Dr. Bolívar Steinmetz na Presidência da ADPF

fazer homenagem especial, com a entrega de uma placa, a todos os membros do Conselho Diretor da gestão anterior, de modo especial os Dr. Luiz Clóvis Anconi, Ivo Valério dos Santos, Carlos Rogério Alves Pereira, Geraldo José Chaves, Paulo Licht de Oliveira e Maria da Graça Fredenhagem de Oliveira Nascimento, agradecendo-lhes, pessoalmente, pelo muito que fizeram pela ADPF, na gestão anterior.

Falando em seguida, a nova Conselheira Edina de Melo Horta elogiou a dedicação e competência de todos os Diretores da ADPF, citando nominalmente cada um: Dr. Luiz Clóvis Anconi, Diretor Financeiro, recém-nomeado Diretor Administrativo; Dr. Aloysio José Bermudes Barcellos, Diretor de Comunicação Social; Dr. Geraldo José Chaves, Diretor de Patrimônio; Dr. Adão Ferreira Lopes, Diretor Administrativo; Dr.^a Elvira Pereira Alves, Diretora Jurídica; Dr.^a Eni Martins França Borges, Diretora de Assuntos Sociais, apoiada pelas Doutoradas Maria Angélica Ribeiro Resende e Solange Vaz dos Santos.

Ratificando as palavras da Dr.^a Edina de Melo Horta, o Presidente Bolivar Steinmetz estendeu os agradecimentos a ela própria, por seu desempenho, como representante da ADPF junto ao Instituto MOSAP, e à Dr.^a Marta Burgos Ponce de Leão, representante da Entidade junto ao Cespe/UnB.



O Dr. Jayme Rubstem entregou a placa ao Dr. Geraldo José Chaves



À vista do Dr. Rivadávia Rosa, o Dr. Mário Cassiano Dutra cumprimenta o Dr. Luiz Clóvis Anconi



O Dr. Rivadávia Rosa entregou a placa ao Dr. Ivo Valério dos Santos



O Presidente Bolivar Steinmetz a entregou ao Dr. Paulo Licht de Oliveira



O Dr. José Roberto Benedito Pereira recebeu a placa das mãos do Dr. Ney Ferreira de Sousa



Atenciosa com todos, a Dr.^a Edina de Melo Horta confraternizou-se com as colegas de São Paulo, Dr.^a Mariângela Batista Leite e Dr.^a Vera Cristina Vieira de Moraes



Ladeado pelo Dr. Antônio Ricardo Carvalho e Dr. Arthur Carbone Filho, o Presidente Bolivar Steinmetz rendeu homenagem aos dois associados e amigos particulares

Na oportunidade, foi também prestada homenagem especial ao Dr. José Roberto Benedito Pereira, a quem foi entregue uma placa, em reconhecimento pelo inestimável apoio dado à ADPF, quando compôs o Conselho Diretor, como substituto. Referência elogiosa foi feita, da mesma forma, ao Dr. Jayme Rubstem, ex-Presidente da ADPF e Suplente do Conselho Diretor na gestão anterior. Presentes à Assembléia, foram igualmente homenageados o Dr. Arthur Carbone Filho, um dos fundadores da Associação, e o Dr. Antônio Ricardo Carvalho, ex-

Superintendente Regional em Goiás, associado e emérito apoiador da Associação.

Em nome dos homenageados, falou o Dr. Geraldo José Chaves, agradecendo as referências elogiosas que lhes foram feitas pelo Dr. Bolivar Steinmetz e pela Dr.^a Edina de Melo Horta, ao mesmo tempo em que formulou votos de felicidades e êxito aos novos dirigentes da ADPF. O Dr. Carbone também usou a palavra, externando a sua satisfação em ver que tal qual uma planta, que vira nascer, a ADPF cresceu e está dando bons frutos.

Assembléia toma importantes decisões

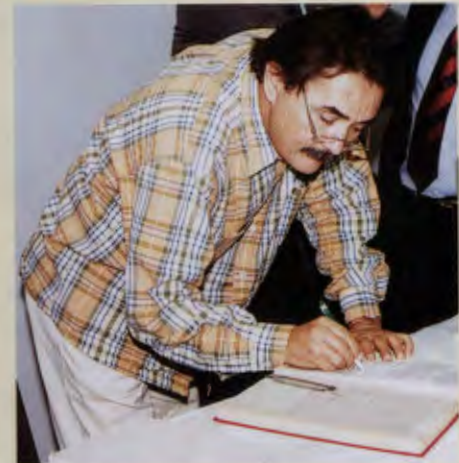
Eis as principais decisões aprovadas na Assembléia Geral Ordinária à qual compareceram todos os Diretores Regionais ou seus representantes, além de grande número de associados:

1. Aprovados o relatório das atividades do Conselho Diretor (lido pelo 2.º Secretário, Dr. Ivo Valério dos Santos, que representou o Secretário-Geral, Dr. Jaime Aires Coelho) e a prestação de contas, previamente analisada pelo Conselho Fiscal, relativamente ao biênio de 1999/2001.
2. Aprovada autorização expressa e específica, para que a ADPF, por intermédio de seu Presidente, represente todos os associados em ações coletivas, perante a Justiça, em todos os foros e tribunais superiores.
3. Aprovada interpretação de que o Conselho Diretor detém poderes, e deve utilizá-los, para elaborar anteprojeto de reforma estatutária, a ser submetido aos Diretores Regionais, para posterior votação, em Assembléia Geral.
4. Aprovada a realização de gestões, pelo Conselho Diretor, junto à Direção-Geral do DPF, com vistas à criação da "Carreira de Apoio" da Polícia Federal.
5. Decidiu-se que o Conselho Diretor buscará a regularização da entrega do Informativo Jurídico BCRIM a todas as Diretorias Regionais.
6. Proposta pelo Diretor Regional da ADPF/DF, Dr. Reinaldo de Almeida César Sobrinho, foi também aprovada a realização, em data a ser posteriormente anunciada, de um grande encontro, a ser organizado pela Diretoria Regional de São Paulo, com o apoio do Conselho Diretor, a fim de ser debatida a reforma do Código de Processo Penal.
7. Em face das ponderações de vários associados, contrários à idéia, decidiu-se não analisar, na Assembléia Geral, a questão da eventual venda da sede campestre de Aruanã, devendo o assunto ser resolvido, posteriormente, pelo Conselho Diretor.

Conselhe



O Presidente Bolivar Steinmetz recebeu o diploma das mãos do Dr. Mauricio Gil Castelo Branco



O Dr. Sebastião José Lessa assina o termo de posse para novo mandato



A Dr.ª Vera Cristina Vieira de Moraes entregou o diploma à Dr.ª Edina de Melo Horta

os são diplomados

Imediatamente após assinarem o termo de posse, os integrantes dos Conselhos Diretor, Fiscal e de Ética da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (triênio 2001/2004) receberam seus diplomas, em solenidade que, embora simples, evidenciou a emoção dos novos dirigentes da ADPF, sob calorosos aplausos de todos os Diretores Regionais e inúmeros associados que participaram, ativa e entusiasticamente, da Assembléia Geral.



O Dr. Arthur Carbone Filho fez a entrega ao Dr. Fernando Queiroz Segóvia Oliveira



O Dr. José Rita Martins Lara o entregou ao Dr. Mário Cassiano Dutra



O Dr. José Ercídio Nunes o recebeu do Dr. Carlos Nobre de Almeida e Castro Júnior



O Dr. João José Cury o recebeu das mãos do Dr. Orion Alves da Silva



O Dr. Joel Zarpellon Mazo recebeu o diploma das mãos do Dr. Marco Antônio Mendes Cavaleiro



O Dr. Jayme Rubstem o entregou ao Dr. Rômulo Fisch de Berredo Menezes



A Dr.ª Mariam Ibrahim o entregou à Dr.ª Iracema Cirino de Sá Ribeiro



O Dr. Márcio Valério de Sousa fez a entrega ao Dr. Washington do Nascimento Mélo



O Dr. Arthur Lôbo Filho recebeu o diploma das mãos do Dr. Edyr Carvalho



O Dr. Daniel Gomes Filho assina o termo de posse, observado pelo Dr. Hélibo Afonso Dias Leite e Dr. Rivadavia Rosa

RELATÓRIO



*Pela Secretária-Geral,
o Dr. Ivo Valério dos
Santos leu o relatório
das atividades da
ADPF durante o
biênio 1999/2001*

“ O edifício sem união é ruína ”

Citando inicialmente o Padre Vieira, o Presidente Bolívar Steinmetz apresentou o Relatório das atividades desenvolvidas pela ADPF, durante a gestão do Conselho Diretor relativo ao biênio 1999/2001. O minucioso e abrangente documento foi lido pelo 2.º Secretário, Dr. Ivo Valério dos Santos, em face da ausência do Secretário-Geral, Dr. Jaime Aires Coelho, ausente por razões superiores.

“Toda a vida (ainda das coisas que não têm vida) não é mais que uma união. Uma união de homens é exército. E sem esta união tudo perde o nome e mais o ser. O edifício sem união, é uma ruína; o navio sem união é naufrágio; o exército sem união é despojo. Até o homem (cuja vida consiste na união corpo e alma) com união é corpo, sem união é cadáver”. (Padre Antônio Vieira, no Sermão do Santíssimo Sacramento).

Senhores membros da Assembléia Geral,

Em cumprimento ao que dispõe o art. 15, item V, do Estatuto da Entidade, cabe-nos, na qualidade de Presidente do Conselho Diretor, submeter à apreciação da Assembléia Geral Ordinária o RELATÓRIO das principais atividades realizadas durante o biênio 1999/2001, incluindo a PRESTAÇÃO DE CONTAS alusiva ao exercício financeiro da gestão que se encerra.

Empossado em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 26 de março de 1999 - dia em que também foram empossados os integrantes dos Conselhos Fiscal e de Ética - o Conselho Diretor, em início de gestão, reuniu-se ordinariamente na mesma data, para escolher os integrantes dos diversos órgãos de direção da ADPF, cabendo ao signatário a honrosa missão de continuar presidindo a Entidade.

Prezados colegas,

Decorridos dois anos, relativos ao biênio para o qual foi eleito, o Conselho Diretor encerra mais um período de trabalho com resultados, a nosso ver, altamente positivos para a classe.

É dever ressaltar que isso só foi possível graças ao empenho de todo o Colegiado e das diversas Diretorias que, com zelo e competência, assessoraram a Presidência, Diretorias estas integradas por um grupo de associados aposentados, os quais, de forma abnegada, não mediram esforços para levar a bom termo a sua missão, dando, inclusive, expediente na sede da Entidade, em Brasília.

Consagrando esse esforço, podemos hoje apresentar aos associados uma Associação capaz de atender, da melhor maneira possível, o seu distinto quadro social. Onde quer que esteja, mesmo que no mais distante ponto da Federação, o associado que desejar alguma informação da Entidade, pode contar, sistematicamente, com um Conselheiro ou um Diretor sempre pronto a esclarecer-lhe todas as dúvidas atinentes à atuação da ADPF, obviamente dentro dos parâmetros estatutários.

Também, por dever de justiça, não podemos deixar de destacar a valiosa e eficiente colaboração das Diretorias Regionais e a efetiva e edificante participação de todos os associados nos destinos da Entidade, como ficou mais uma vez demonstrado no maciço comparecimento às urnas, nas últimas eleições para a escolha dos novos dirigentes da ADPF, hoje empossados, bem como nas eleições realizadas nos diversos Estados, para a escolha dos respectivos Diretores Regionais.

A propósito, é de se destacar o grande tento alcançado pela ADPF, no último pleito, que resultou numa salutar e democrática renovação de seus Conselhos Diretor, Fiscal e de Ética, evidente demonstração do elevado grau de amadurecimento atingido pela Entidade, nos últimos anos.

Colegas,

Em meu próprio nome e dos demais integrantes do Conselho Diretor, desejo externar, de público, agradecimento a todos pela confiança que nós foi depositada.

Deus é testemunha de que procuramos doar o melhor de nossas forças e de nossa capacidade para não decepcionar os associados, tenham votado ou não em nossos respectivos nomes, haja vista que um objetivo maior presidiu a vontade e a determi-

nação deste Conselho Diretor em final de gestão: dar prioridade aos interesses da classe acima de divergências e de passionaisismos, sem interferências na Administração do DPF, embora mantendo com os seus dirigentes um construtivo relacionamento caracterizado pelo respeito, isenção e independência.

Sem radicalismos, procuramos sempre defender os interesses da classe com altivez e determinação, não permitindo à ADPF transigir no cumprimento de seus deveres estatutários. À Direção-Geral do DPF, no entanto, não foi negado o necessário e justo apoio, em suas ações e atos positivos, que vieram ao encontro das aspirações da classe dos Delegados de Polícia Federal e aos legítimos interesses da Polícia Federal como Instituição.

Assim foi em relação à solução da disparidade salarial, quando a ADPF e as demais Entidades apoiaram, irrestritamente, a elogiável atuação da Direção-Geral. Como sabemos, a concessão da Gratificação de Operações Especiais (GOE) a todos os Delegados e demais Policiais Federais, sanou, definitivamente, o grave problema, fazendo justiça e pacificando a Instituição. O grande mérito, não se pode negar, coube, finalmente, ao nosso ilustre associado, Dr. Agílio Monteiro Filho, que, desde o primeiro instante de sua gestão, atribuiu questão de honra à solução do problema.

REALIZAÇÕES

Feita esta exposição preambular, permitimo-nos enumerar as principais realizações desenvolvidas pelo Conselho Diretor, durante a gestão que hoje se encerra, com a plena e confortante convicção de não termos, em momento algum, nos desviado dos caminhos propostos aos associados e nem das diretrizes estatutárias:

1 - Propostas apresentadas e frentes de luta

- a) luta pela preservação do Inquérito Policial;
- b) proposta de defesa das autoridades policiais federais por parte da Advocacia Geral da União, quando processados judicialmente em razão do exercício da função;
- c) sempre atenta em relação à defesa da Instituição, a ADPF manteve-se alerta durante o desenrolar de todo o episódio que culminou com a saída do então Ministro José Carlos Dias e a subsequente sucessão pelo Ministro José Gregori, adotando várias iniciativas, entre as quais, o envio de ofício ao Presidente da República, onde se reiterou a competência do Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal, de prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes (art. 144 CF).
- d) Mais recentemente, em audiência à qual compareceram vários Chefes de Polícia e Presidentes de Associações e Sindicatos de Delegados de Polícia Federal - entre as quais a ADPF, por intermédio de seu Presidente -, com a presença do Diretor-Geral do DPF, o Ministro José Gregori, recebeu "Proposta Alternativa de Anteprojeto de Lei que introduz alterações no Código de Processo Penal", elaborada em Goiânia, por ocasião de encontro daquelas autoridades, com base em documento preparado pela própria ADPF, com o apoio da FNDPF;
- e) o Conselho Diretor lançou manifesto aos Três Poderes da República, no qual denunciou e pediu providências contra a "violação da ordem jurídica praticada por alguns membros do Mi-

nistério Público, em desrespeito às regras previstas no artigo 144 da Constituição Federal (Capítulo III - 'Da Segurança Pública'), ao se atribuírem função institucional que não lhe é conferida, com a usurpação e o cerceamento da atividade de Polícia Judiciária da União”.

f) proposta de estabelecimento de fórum privilegiado para o Diretor-Geral;

g) proposta de retorno à atividade por parte do Delegado de Polícia Federal aposentado;

h) apoio à proposta do Superintendente Regional em Santa Catarina, Dr. Aroldo Boschetti Soster, para a viabilização do exercício do magistério pelo Delegado de Polícia Federal;

i) proposta de restabelecimento da progressão funcional incluída na PEC-151, com a destinação de 50% (cinquenta por cento) das vagas para o Policial Federal, concorrendo mediante a realização de concurso de provas ou de provas e títulos;

j) apresentação de sugestões à CPI do Narcotráfico, anexadas ao Relatório elaborado pelo Deputado Federal (e associado) Moroni Torgan;

k) ativa participação nas lutas do Instituto MOSAP, pela manutenção das conquistas constitucionais (de modo especial a isenção do pagamento de contribuição previdenciária), contra a persistente perseguição do Governo Federal aos aposentados e pensionistas, bem como a todos os servidores públicos, também ameaçados de verem ampliado o percentual de cobrança previdenciária;

l) defesa da PEC/28, que inclui os Delegados de Polícia na Carreira Jurídica da União;

m) proposta de elaboração da Lei Orgânica, encampada pela Direção-Geral;

n) gestões junto à UnB para a realização de Curso de Pós-Graduação no ramo do Direito, para Delegados de Polícia Federal;

o) reforma do Estatuto, resultado de amplo e democrático debate de todas as propostas, apresentadas em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 3 de agosto de 2000.

2 - Conquistas nos Tribunais

Entre as várias conquistas judiciais, podem ser destacadas:

a) 28, 86%;

b) retirada do teto, da vantagem prevista no inciso II do artigo 184 da Lei 1.711/52 (20%, sobre os proventos da inatividade);

c) manutenção da alíquota de 11% da contribuição previdenciária dos servidores ativos e a isenção para os inativos;

d) 3.17%, resultantes da conversão da URV em Real;

e) atualização, pela UFIR, das tabelas e limites de dedução do Imposto de Renda - Pessoa Física (caiu a liminar, mas aguarda-se o julgamento de mérito);

f) contagem em dobro da licença especial para fins de aposentadoria; e

g) obtenção de Mandado de Segurança para afastar, em definitivo, a incidência da contribuição previdenciária sobre os valores indenizados a título de 'diárias para viagem', mesmo que excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração do substituído, exigida por via do artigo 1º, inciso I - parte final - da Lei n.º

9783/99.

3 - Quanto ao patrimônio

a) embora não se tenha registrado a freqüência desejada, a Pousada Grande Rio, de Aruanã, continua à disposição dos associados, tendo nela sido feitas algumas melhorias e obras de manutenção.

A ADPF tem buscado alternativas para a Pousada, havendo interesse de arrendamento por parte de uma agência internacional de turismo, não se descartando, inclusive, a possibilidade de vendê-la, a fim de destinar os recursos decorrentes de uma eventual transação em empreendimento mais rentável para a Associação;

b) como é sabido, a ADPF conseguiu judicialmente, em 1.ª Instância, a rescisão do contrato com a empresa PREDILAR, responsável pela construção do edifício que serviria como Hotel de Lazer, em Santa Catarina. Tão logo a ação transite em julgado, a Entidade terá condições de vender e recuperar a quantia ali investida por administração passada;

c) sobre as salas adquiridas no edifício **Office Tower**, próximo ao DPF, informamos aos associados não ter havido a mudança da sede da ADPF em face dos inevitáveis e elevados gastos com divisórias, equipamentos, mobiliários e outras adaptações, inviabilizados em face das momentâneas dificuldades enfrentadas, em decorrência do bloqueio dos recursos financeiros da Entidade, pela COOPERCRED que, graças a Deus, pelo que se sabe, está em fase de franco saneamento, sob a presidência do associado Paulo Watanabe.

É bom esclarecer que o Conselho Diretor sondou a compra de um terreno, com casa erigida à beira do lago, a ser posteriormente adaptada, para servir de sede administrativa e social, bem como de hotel de trânsito, transação essa que seria feita envolvendo a venda das salas adquiridas no **Office Tower**, havendo, inclusive, manifesto interesse do Ministério Público do Governo do Distrito Federal em alugá-las;

d) em face das dificuldades financeiras decorrentes do bloqueio dos recursos pela COOPERCRED, a Entidade, para cumprir suas obrigações inadiáveis, e autorizada pelo Conselho Diretor, viu-se obrigada a alienar o apartamento localizado no **Bonaparte Hotel**, em Brasília, pelo valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

4 - Palestras, Depoimentos, Encontros, Seminários, Congressos e outros Eventos

A ADPF fez-se representar nos mais importantes eventos nacionais e regionais, relacionados com a área da segurança e com os interesses da classe, onde se destacam:

a) devidamente representada pelo Conselheiro Geraldo José Chaves e pelo Diretor de Comunicação Social, Aloysio José Bermudes Barcellos, a ADPF depôs, em Audiência Pública, na Comissão Especial que estuda a proposta de reforma do Sistema de Segurança Pública - PEC 151-A/95;

b) por intermédio do Presidente Bolívar Steinmetz e do Conselheiro Geraldo José Chaves, a ADPF foi ouvida pelo **Rotary Club 5** de Dezembro, em palestra realizada na UPIS/DF, sobre Ações Preventivas de Combate à Violência;

c) a ADPF participou de Seminário realizado na ENAP, sobre a Reforma Administrativa e o Sindicato no Setor Público;

d) também participou do I Congresso Mundial do Ministério Público, realizado em São Paulo, de 20 a 23 de setembro de 2000;

e) esteve presente no 1.º Fórum Nacional de Segurança Pública e Cidadania, realizado de 15 a 18 de março de 2000, em Goiânia/GO;

f) compareceu ao IX Congresso Nacional de Delegados de Polícia de Carreira, realizado em Aracaju/SE, de 14 a 18 de setembro, de 1999;

g) também participou do X Congresso Nacional dos Delegados de Carreira, realizado em Guarapari/ES, de 27 a 29 de outubro de 2000;

h) de 31 de agosto a 2 de setembro, realizou em Brasília, com pleno êxito, o II Encontro Nacional de Diretores Regionais, tendo como sede a Academia Nacional de Polícia;

i) juntamente com a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, a ADPF lançou edital com vistas à realização do 3.º Congresso Nacional dos Delegados de Polícia Federal, a ser promovido pelas duas Entidades, em Fortaleza/CE, de 21 a 23 de novembro de 2001.

j) participou de vários outros eventos igualmente importantes para a classe dos Delegados de Polícia Federal.

5 - Outras iniciativas

a) a ADPF continua em parceria com o Centro de Seleção e Promoção de Eventos - CESPE/UnB, prestando assessoria e fiscalização com rastreamento eletrônico de seus concursos e vestibulares, realizados em todo o País;

com os recursos advindos desta prestação de serviços, a ADPF tem conseguido ampliar suas atividades, financiando, por exemplo, despesas com festas de confraternização promovidas no Distrito Federal e nas diversas Diretorias Regionais, possibilitando, também, a vinda a Brasília dos Senhores Diretores Regionais, para o II Encontro Nacional de Diretores Regionais.

b) a ADPF concedeu a Medalha do Mérito Tiradentes ao Juiz Federal Marcelo Mesquita Saraiva e ao Juiz Emílio Migliano Neto, da 4.ª Vara Criminal da Comarca de São José do Rio Preto, bem como ao empresário paulista José Pascoal Costantini, por relevantes serviços prestados à classe e à Instituição;

c) foi, igualmente, concedida a Medalha do Mérito Tiradentes ao Assessor de Imprensa da ADPF, jornalista Bairton Sampaio, e ao Chefe do Serviço Gráfico do DPF, Diogo Alves de Abreu;

5 - Relatório das diversas Diretorias

Em atendimento a orientação da Presidência, cada uma das Diretorias que a assessoram apresentou um relatório de suas atividades abaixo resumidas:

Diretoria Financeira - No exercício de 1999, as receitas e as despesas tiveram um pequeno desequilíbrio com restos a pagar, transportados para o ano seguinte, tendo o exercício de 2000 iniciado com o débito transferido, mais os pagamentos de entrega das chaves da parcela intermediária devidos à **OK Construtora**, pela aquisição do imóvel localizado no edifício **Office Tower**, no setor de Autarquia Sul. Acrescente-se, ainda, os lamentáveis acontecimentos envolvendo a COOPERCRED, com o bloqueio da conta corrente da ADPF e a retenção de, aproximadamente, R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais). Assim sendo, o equilíbrio

entre as receitas e as despesas ficou seriamente prejudicado, apresentando déficit, com restos a pagar transferidos para o exercício de 2001, atenuado com os empréstimos obtidos junto ao Banco Itaú, à COOPERCRED, e a venda do apartamento localizado no **Bonaparte Hotel**. Assim, para o exercício que ora se inicia, foi elaborada uma **proposta orçamentária** com base no exercício anterior, na qual são fixados os montantes das **receitas** e das **despesas**, com o objetivo de dar à Diretoria Financeira condições de manter um controle mais eficaz sobre o que arrecada e gasta mensalmente, mantendo, desta forma, o equilíbrio financeiro. Ressalte-se que a Prestação de Contas, referente ao biênio 1999/2001, foi analisada e aprovada pelo Conselho Fiscal.

Diretoria de Patrimônio - Após a criação de um programa específico, realizado por uma empresa de informática, foi feito o processo de cadastramento dos bens móveis e imóveis da ADPF, identificando-se 1.185 bens móveis, fazendo-se constar o tipo, a especificação, a localização, a data de aquisição, o número da nota fiscal, o valor e as baixas. Com relação aos bens imóveis, foram cadastrados 14 bens, cujo valor total ultrapassa o montante de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais). A Diretoria de Patrimônio alertou para a necessidade de serem feitas as averbações das edificações construídas nos terrenos existentes em Aruanã/GO, onde a área da sede campestre foi adquirida mediante compra, enquanto o outro terreno, com área de 3.213m², foi doado pela Prefeitura Municipal, com a construção, pela ADPF, de uma casa de 80m², no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), a fim de garantir a manutenção da posse. Ressalvou, por outro lado, que o programa existente está longe de ser o ideal, sugerindo que na nova gestão, seja contratada uma empresa especializada para a elaboração de um novo programa, mais ágil e eficiente.

Diretoria de Comunicação Social - Em consonância com o artigo 29 do Estatuto da ADPF, a Diretoria de Comunicação Social tem procurado manter os associados bem e oportunamente informados sobre todas as atividades da Entidade, com ênfase para o fato em si, em detrimento de especulações, versões contraditórias ou vaidades pessoais. Procura-se transmitir as informações e notícias - veiculadas no jornal **Síntese**, na revista **Prisma** e em inúmeros comunicados - de forma isenta, objetiva e realista, com a preocupação de não confundir os associados com notícias imprecisas, que alimentem expectativas infundadas. Esta linha de conduta prende-se à convicção da Diretoria de Comunicação Social de que todas as informações divulgadas pela ADPF devem, necessariamente, dizer respeito tão-somente aos interesses da classe dos Delegados de Polícia Federal, razão de ser da Entidade. A fim de dinamizar o setor, a Diretoria de Comunicação Social sugere a implantação de um programa de informática, com vistas à criação de um Banco de Dados específico para o armazenamento e rápida recuperação de todas as informações comunicadas e publicadas na revista **Prisma** e no Jornal **Síntese**.

Diretoria Jurídica - Em conformidade com as disposições estatutárias e recomendações do Conselho Diretor, a Diretoria de Assuntos Jurídicos procurou organizar o controle efetivo das inúmeras ações da Entidade, em andamento, criando um Quadro Demonstrativo, atualizado semanalmente e publicado men-

salmente no Síntese, contendo a relação de todas as ações judiciais em tramitação nas diversas Instâncias do Judiciário. Além do trabalho de acompanhamento do andamento das ações judiciais, via Internet, a Diretoria Jurídica desenvolve igual trabalho, diretamente, junto às Varas Judiciais, objetivando a obtenção de informações, a fim de melhor assessorar o Conselho Diretor e manter os associados igualmente bem informados. A Diretoria Jurídica manteve-se também atenta, junto ao Escritório de Advocacia do Dr. Torreão Braz (com o qual a Entidade mantém contrato) quanto à recomendação no sentido da realização de estudos sobre as perdas que os associados sofreram com as modificações dos planos econômicos implementados pelo Governo. É oportuno informar que, em consulta dirigida àquele Escritório de Advocacia, a Diretoria Jurídica solicitou parecer sobre a possibilidade de se ajuizar ação pleiteando isonomia de tratamento com os servidores militares, os quais obtiveram reajuste salarial aproximado de 28,32%, a partir de janeiro último, através da edição de Medida Provisória.

Diretoria de Assuntos Sociais - Para melhor atender ao preceito estatutário e às recomendações do Conselho Diretor, a Diretoria de Assuntos Sociais procurou avaliar, criteriosamente, as ofertas de planos e convênios com produtos e serviços nas áreas de saúde, hotelaria e vendas de passagens aéreas. Neste sentido, foram celebrados contratos de intermediação e administração de planos de saúde e assistência médica ou seguros de saúde entre a ADPF e a ANSEF e com o Sistema Nacional UNIMED, dentro de seu Plano Nacional de Saúde. A ADPF, por intermédio da Diretoria de Assuntos Sociais, assinou outros importantes convênios com clínicas médicas, odontológicas e de psicólogos, com academias de esporte e empresas de turismo e hotelaria, que atendem aos associados com substanciais abatimentos em suas tabelas de preços. De outro lado, a Diretoria de Assuntos Sociais também promoveu e organizou vários eventos, como confraternizações entre aposentados e ativos, festas julinas, confraternização natalina, comemoração do Dia do Policial, confraternização pela passagem do 24.º aniversário da ADPF, envolvendo-se, também, agora, com as solenidades de posse dos novos Conselhos Diretor, Fiscal e de Ética e da Entrega da Medalha Tiradentes.

Diretoria Administrativa - Em obediência com as diretrizes estatutárias, a Diretoria Administrativa procurou tornar a Entidade mais ágil e dinâmica, de modo a transformá-la em instrumento de maior eficácia no trato das questões administrativas desenvolvidas no biênio que se encerra, oferecendo suporte ao Conselho Diretor, em suas ações em benefício dos associados. Agilizou-se o envio de publicações (**Síntese e Prisma**), ofícios, comunicados e outras correspondências e documentos aos associados e às autoridades constituídas. Foram feitos a atualização de endereços, a encadernação de livros e expedientes; a instrução de pedidos de auxílio-jurídico; a instrução de requerimentos de pedidos de filiação e de desfiliação de associados; o cadastramento dos associados, com a expedição de novas carteiras sociais; confecção de Agendas da ADPF; mantido o bazar da Entidade, que se constitui em mais uma fonte alternativa de recursos para a Entidade; e implantado Banco de Dados com programas relati-

vos às autoridades dos Três Poderes da República. Procurando sempre apoiar o Conselho Diretor e as demais Diretorias, a Diretoria Administrativa sugere a substituição e modernização dos equipamentos de informática e de telefonia da ADPF, que não mais atendem às suas necessidades, por estarem ultrapassados.

Convênio ADPF/CESPE-UnB - Durante o biênio 1999/2001, a Assessoria de Segurança de Eventos da ADPF se consolidou, gerando para a Entidade, como receita extra, a importância de R\$ 26.442,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais). Este valor é resultado de doação de 10% (dez por cento), repassada por associados aposentados, que prestam serviços de assessoramento ao CESPE/UnB, na área de segurança, em seus concursos e vestibulares. Por oportuno, convém lembrar que o II Encontro Nacional de Diretores Regionais, realizado em setembro de 2000, só foi possível graças aos repasses de recursos oriundos do convênio com o CESPE/UnB. Destaque-se, ainda, que, graças a este convênio, o jornal Síntese editado graficamente no Centro de Computação Gráfica do CESPE/UnB, sem qualquer custo adicional para a ADPF.

Representação junto ao MOSAP - A ADPF integra o Instituto MOSAP, inclusive, ocupando a Presidência do Conselho Fiscal da Entidade. Como metas prioritárias, tem atuado no sentido de manter a paridade entre os vencimentos dos ativos com os proventos de aposentado e pensionistas, bem como procurar manter, sem elevação, os índices de contribuição à Previdência dos funcionários em atividade e, por último, garantir a não contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas. Para a consecução de seus objetivos, tem mantido permanente atuação junto ao Congresso Nacional e ao Judiciário, sendo de ressaltar-se a luta pela não contribuição dos aposentados e pensionistas junto ao Supremo Tribunal Federal, mediante visitas e entregas de Memorial aos Senhores Ministros. Para ampliar o número de Entidades filiadas ao MOSAP (atualmente, cerca de 700), e no intuito de tornar o Instituto mais conhecido, foram feitos Encontros em quase todos os Estados da Federação, aguardando-se, para época oportuna, o grande Encontro Nacional a ser realizado em Brasília. Tendo em vista a importância do Instituto MOSAP e o excepcional trabalho desenvolvido por seu Presidente, Dr. Domingos Travesso, foi ele homenageado pela ADPF, com a entrega de uma placa, durante o II Encontro de Diretores Regionais.

Prezaos colegas,

Não poderíamos encerrar o presente Relatório sem destacar, de público, o trabalho realizado pelos integrantes dos Conselhos Diretor, Fiscal e de Ética, que, no transcorrer do biênio, de maneira tão lúcida e abnegada, tanto fizeram pela Entidade e pelos associados, comparecendo, assiduamente, às reuniões, previamente convocadas. Ademais, nunca deixou de se encontrar, pelo menos um Conselheiro presente na sede da ADPF, para atender aos associados.

Feita este destaque, temos a honra de submeter à apreciação desta digna e representativa Assembléia o presente Relatório que, por certo, sintetiza o esforço de uma equipe coesa e cônica de suas responsabilidades para com a Entidade de Classe. (**Bolivar Steinmetz**, Presidente do Conselho Diretor) ■

31

É DDD TELEMAR

AUTONORTE



 <p>posto 1 D'Angelis</p> <p>Fonefax: (38) 221-5741</p> <p>BR 251 - Km 9,78 - Montes Claros - MG</p> 	 <p>posto 2 D'Angelis</p> <p>(38) 3222-8494 (38) 3215-7433 (38) 3215-7449</p> <p>ANEL RODOVIÁRIO LESTE S/N MONTES CLAROS, MG.</p> 
--	--



Medalha

O RECONHECIMENTO

A solenidade comemorativa da posse dos novos dirigentes da Associação e da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal foi precedida de outro momento não menos solene e emocionante, destinado à entrega da Medalha do Mérito Tiradentes, mais alta Comenda da ADPF, a dois profissionais da área de comunicação social - o publicitário Diogo Alves de Abreu, Chefe do Serviço Gráfico do DPF (SEGRAF), e o jornalista Bairton Sampaio, Assessor de Imprensa da ADPF e editor da revista Prisma. A concessão da honraria foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Diretor da ADPF (o anterior), em sua última reunião do ano, no encerramento do biênio anterior (1999/2000), em reconhecimento pelos relevantes serviços por eles prestados à Entidade de Classe, acolhendo requerimentos do Delegado de Polícia




Federal e associado, Dr. Vicente Chelotti, que indicou o nome de Diogo Alves de Abreu, e do Diretor de Comunicação Social da ADPF, Dr. Aloysio José Bermudes Barcellos, que indicou o nome de Bairton Sampaio.

Encerrando a solenidade, o Dr. Bolivar Steinmetz saudou os homenageados, também agradecendo o voto de confiança de seus pares, ao reconduzindo-o à Presidência da ADPF. Leia íntegra de seu discurso na pág. 36.

Tiradentes

NTO E A EMOÇÃO



O Dr.
Vicente
Chelotti
entregou a
Medalha ao
publicitário
Diogo Alves
de Abreu...



...e o Dr.
Aloysio José
Bermudes
Barcellos a
entregou ao
jornalista
Bairton
Sampaio...



...em memorável festa que lotou o Porto
Vitória, ao receber mais de 300
convidados, saudados pelo Presidente da
ADPF, Bolivar Steinmetz

Vestindo a camisa do DPF

Ao saudar o publicitário Diogo Alves de Abreu, o qual qualificou de “grande vencedor”, antes de passar-lhe às mãos a Medalha do Mérito Tiradentes, o Dr. Vicente Chelotti, ex-Presidente da ADPF e ex-Diretor do DPF, externou a “imensa satisfação” que sentiu ao tomar conhecimento de que o Conselho Diretor havia aprovado a sua indicação, por unanimidade, reconhecendo os méritos do homenageado.

“Com 40 anos de relevantes serviços prestados à Instituição, Diogo Alves de Abreu veste com amor e garra a camisa da Instituição, correndo em suas veias o sangue policial federal, embora não seja policial e sim, por opção, competente e dedicado funcionário Administrativo da Polícia Federal”, salientou o Dr. Vicente Chelotti.

Frisou o ex-Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (biênio 1993/95) que requereu a concessão da Medalha Tiradentes para Diogo Alves de Abreu levando em conta “a sua história de vida profissional, o que ele representa para a Instituição e, principalmente, o seu inestimável apoio à ADPF, Entidade à qual tem prestado relevantes serviços, como dedicado colaborador”.

Depois de lembrar que Diogo Alves de Abreu, como Chefe do Serviço Gráfico do DPF, foi o responsável pela concepção artística do escudo da Polícia Federal, o Dr. Vicente Chelotti encerrou suas palavras reiterando ser Diogo Alves de Abreu “grande merecedor” da Medalha do Mérito Tiradentes, sentindo-se honrado por tê-lo indicado e por poder colocar-lhe a Comenda no peito”.



O Dr. Vicente Chelotti qualificou Diogo Alves de Abreu de “grande vitorioso”

Perfil de Abreu

Amigo e colaborador da ADPF, o agraciado Diogo Alves de Abreu viu a Entidade nascer, acompanhando os seus passos desde as primeiras articulações para a sua criação, nos idos de 1976.

Da mesma forma, viu nascer o Departamento de Polícia Federal, uma vez que é egresso do antigo Departamento Federal de Segurança Pública, no qual ingressou em 1961, mediante concurso público, como Guarda da antiga GEB, nos primórdios de Brasília.

Em seguida, submeteu-se ao Curso de Patrulheiro, realizado na Academia Nacional de Polícia, cargo, à época, equivalente ao dos atuais Agentes de Polícia Federal.

Em 1975, trocou a Carreira Policial, abraçando sua paixão profissional: a de Técnico em Artes Gráficas.

Também publicitário, há dez anos dirige a revista **Prisma**, publicação oficial da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

Nos idos de 1963, juntamente com outros colegas, ajudou a criar o Serviço de Artes Gráficas do Departamento de Polícia Federal, chefiando o SEGRAF há mais de 20 anos.

Chefiando o SEGRAF, é responsável, juntamente com sua equipe de trabalho, pela

concepção artística do escudo do Departamento de Polícia Federal.

É detentor de várias condecorações, entre elas a Medalha Tiradentes, concedida pela Polícia Militar do Distrito Federal, do 1º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, da Fundação Habitacional do Exército e da

ANSEF, sendo igualmente homenageado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PENUUD, no Brasil, e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Finalmente, participou de vários seminários, congressos e debates na área de Artes Gráficas, credenciando-o a aperfeiçoar cada vez mais o parque gráfico do Departamento de Polícia Federal e a revista **Prisma**, da ADPF.



Com justificado orgulho, a família de Diogo Alves de Abreu comemorou efusivamente o recebimento da comenda pelo exemplar servidor da Polícia Federal



Defendendo a Carreira de Apoio

Falando em seguida, o publicitário Diogo Alves de Abreu agradeceu, visivelmente emocionado, as palavras elogiosas que lhe foram dirigidas pelo Dr. Vicente Chelotti, manifestando o seu reconhecimento e gratidão ao ex-Presidente da ADPF, pela indicação de seu nome, e à própria Entidade, por lhe haver distinguido com tamanha honraria, concedendo-lhe a Medalha do Mérito

Tiradentes, em decisão unânime do seu Conselho Diretor, sob a presidência do Dr. Bolivar Steinmetz.

Ratificando as palavras do Dr. Vicente Chelotti, salientou Diogo Alves de Abreu haver, de fato, dedicado toda a sua vida, vontade e forças ao Departamento de Polícia Federal, estendendo essa dedicação e carinho à Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Entidade que viu



Diogo Alves de Abreu viu o DPF e a ADPF nascerem



EL INTERAMERICANO
Mais de 247 cidades nos Estados Unidos



1ª classe
Assentos que se transformam em leitos. A última palavra em conforto e privacidade.



Executiva
Novos assentos que proporcionam mais espaço e conforto do que nunca.



Econômica
Menos fileiras de assentos. Resultado: mais conforto para cada passageiro.

Mais liberdade e conforto para todos. Em todas as classes.

Ao voar na Primeira Classe, na Executiva ou na Econômica da American Airlines, agora você tem mais espaço do que nunca. Mais espaço para esticar e cruzar as pernas e viajar confortavelmente. Voe American. Temos mais espaço para você. Para reservas e informações, ligue para seu agente de viagens ou para a American Airlines: SP (0xx11) 214-4000, Toll Free 0800-703 4000. Ou visite nossas lojas. **São Paulo:** Hotel Sheraton Mofarrej - Alameda Santos, 1437 - piso R; Renaissance Hotel - Alameda Santos, 2233 - piso E-1; Jardim Europa - Av. Europa, 418; Centro - Rua Araújo, 216 - 9º andar. **Porto Alegre:** Hotel Plaza São Rafael - Av. Alberto Bins, 514. **Rio de Janeiro:** Centro - Av. Presidente Wilson, 165 - 5º andar; Barra da Tijuca - Avenida das Américas, 6700 - Bl. II - Loja 109; Copacabana - Avenida Atlântica, 1702 - Lj. 8. **Belo Horizonte:** Bairro Funcionários - Av. Bernardo Monteiro, 1539. Ou visite nosso web site no <http://www.aa.com>



American Airlines®

reconfiguração da Primeira Classe, Classe Executiva e Econômica se aplica somente às aeronaves 787-300. American Airlines é marca registrada da American Airlines, Inc. © 2004 American Airlines. Todos os direitos reservados



Medalha

“nascem, mantendo com o seu quadro social o mais estreito relacionamento de respeitosa amizade”.

Diogo Alves de Abreu reportou-se, em seguida, ao início de sua trajetória no DPF, recordando, com manifesta saudade, o curso de Patrulheiro (cargo, à época, equivalente ao de Agente de Polícia Federal), realizado na Academia Nacional de Polícia, nos idos de 1974.

Um ano depois, optou pela Carreira Administrativa, quando abraçou sua “inconteste paixão profissional” - as artes gráficas -, que lhe tem valido o reconhecimento de sucessivos Diretores-Gerais, com a sua sistemática manutenção no cargo de Chefe do Serviço Gráfico da Polícia Federal, embora lhe sobre tempo para se aposentar, conforme ele próprio frisou.

Justificando a sua opção, ressaltou Diogo Alves de

Abreu que renunciou, sem arrependimento, à carreira policial federal por ter sido esta a forma que encontrou para mais ajudar à Polícia Federal, que, à época se ressentia da necessidade de formar um quadro administrativo compatível com a grandeza e a complexidade da Instituição.

Diogo Alves de Abreu encerrou o seu agradecimento manifestando a convicção de que, numa demonstração de reconhecimento pela valiosa contribuição dos Administrativos para o fortalecimento do DPF, a Direção-Geral, com o apoio de todas as categorias de servidores policiais federais - Delegados, Peritos, Agentes, Escrivães e Papiloscopistas - obtenha êxito nas gestões que em boa hora vem realizando, com vistas à criação da tão sonhada Carreira de Apoio do Departamento de Polícia Federal.

Companheirismo - “A homenagem que Vossa Senhoria recebe brinda o altíssimo sentimento profissional, a inteligência e o zelo envolvidos em suas ações, além de destacar, acima de tudo o companheirismo que é o seu registro maior, como bem conhecemos e que tanto orgulho causa aos que se privilegiam com a sua convivência. Parabéns, caríssimo amigo, e a Graça de Deus o faça cada vez mais feliz junto aos seus familiares e pares de profissão” (correspondência enviada a Diogo Alves de Abreu pelo Superintendente Regional da Polícia Federal em Santa Catarina, Dr. **Aroldo Boschetti Soster**).

“Homenagem justa e merecida”

A seguir, o Mestre de Cerimônias convidou o Delegado de Polícia Federal, Dr. Aloysio José Bermudes Barcellos, Diretor de Comunicação Social da ADPF, para saudar e fazer a entrega da Medalha do Mérito Tiradentes ao outro homenageado, jornalista Bairton Sampaio, Assessor de Imprensa da ADPF e editor da revista **Prisma**, cujo perfil é publicado no box à baixo.

Ao destacar o profissionalismo, o elevado senso de responsabilidade e a dedicação do homenageado à causa dos Delegados de Polícia Federal, ressaltou o Dr. Aloysio Bermudes que o jornalista Bairton Sampaio “não re-



BRASFRIGO S/A

TWIST

TOMATINO

FRIGO

Comercial: Al. Santos, 2335 - 3º andar - São Paulo - SP - CEP 01419-002

Tel: (11) 3061-3084 / 2421 / 0684 - Fax: (11) 3061-2377

Fábrica: Fazenda Onça, s/nº - Gleba B - Zona Rural - Luziânia - GO - CEP 72800-000

Tel: (61) 502-0842

cebe graciosamente” a mais alta Comenda da ADPF, recebendo por “justo e merecido reconhecimento dos Delegados de Polícia Federal”.

Salientou o Diretor de Comunicação Social que se sentia muito feliz por ter visto a indicação do nome de Bairton Sampaio aprovada, por unanimidade, pelo Conselho Diretor, grato ao Assessor de Imprensa, qualificado pelo Dr. Aloysio Bermudes de “grande defensor” dos interesses da classe dos Delegados de Polícia Federal.

“Dou o meu testemunho de que Bairton tornou-se merecedor desta Comenda pois, com o sacrifício do lazer e do convívio com a sua família, tem-se dedicado de corpo e alma para o engrandecimento e fortalecimento da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal”, disse o Dr. Aloysio Bermudes, salientando que, de há muito tempo, via no Assessor de Imprensa um “verdadeiro Delegado e sócio honorário, tamanha a sua dedicação à Entidade”.



O Dr. Aloysio Bermudes destacou o profissionalismo de Bairton Sampaio



Perfil de Bairton

Igualmente detentor de currículo invejável, de profissional honesto e operoso, o Jornalista e Bacharel em Direito, João Bairton Sampaio, chefiou, durante nove anos, o Serviço de Rádio e de Televisão da Subsecretaria de Divulgação do Senado Federal, da qual também foi Diretor interino.

Foi secretário de redação da revista **Quorum**, de Informação Legislativa, publicação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal.

Antes, foi Editor Internacional do Jornal de Brasília, quando aquele periódico recebeu o **Prêmio Esso de Jornalismo**, época em que foram publicadas reportagens e matérias especiais sobre o escândalo **Watergate**, que levou à renúncia do então Presidente Richard Nixon, dos Estados Unidos.

Posteriormente, já aposentado do Senado, assumiu a Editoria Nacional do Jornal de Brasília, na qual permaneceu durante dois anos.

Redator da Rádio Nacional, logo quando chegou a Brasília, nos idos de 1974, procedente de Fortaleza, Ceará, militava na imprensa local, como Editor Internacional do **Jornal o Povo** e do **Semanário Gazeta de Notícias**, e ainda como repórter e redator da Rádio e da Televisão Verdes Mares.

Poeta que é, por humildade, admite ter apenas uma simples varize poética, quando é detentor de verdadeira artéria de onde sai a poesia e o humanismo.

Detentor de vários diplomas de cursos de especialização em sua área, em 1983, recebeu o Troféu **Kronika**, como destaque na área de Jornalismo, anualmente concedido pelo jornal cultural que tem o mesmo nome (circula em Porto Alegre) e que premia os destaques nacionais nos mais diversos setores de atividade: economia, política, comunicação e esportes

Com este perfil, João Bairton Sampaio chegou à ADPF há dez anos, inicialmente como Editor da revista **Prisma**.

Graças ao seu profissionalismo e elevada noção de responsabilidade, em 1994, foi convidado pelo Presidente Bolívar Steinmetz a assumir a Assessoria de Imprensa da Entidade, hoje sob o eficiente comando do Dr. Aloysio José Barcellos Bermudes, Diretor de Comunicação Social da ADPF.

Mais do que assessor de imprensa e editor da revista **Prisma**, João Bairton Sampaio é amigo da ADPF e do próprio Departamento de Polícia Federal, onde também granjeou respeito, fazendo-se por tudo isso, merecedor desta justa homenagem.



Bairton Sampaio: “Um dia, passará a assessoria; jamais, a gratidão”

“Cada um tem o Oscar que merece”

“Cada um tem o *Oscar* que merece”. Com essa declaração, o jornalista Bairton Sampaio dimensionou a sua satisfação por haver sido distinguido com a Medalha do Mérito Tiradentes, mais alta Comenda da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, que lhe foi concedida por decisão unânime do Conselho Diretor, aprovando indicação feita pelo Diretor de Comunicação Social, Dr. Aloysio José Bermudes Barcellos.

Após receber a Comenda das mãos do próprio Dr. Aloysio Bermudes, o Assessor de Imprensa da ADPF usou a palavra, começando por afirmar que ao lhe conceder a Medalha, o Conselho Diretor o havia colocado em uma verdadeira “enrascada”, ante a imensa dificuldade que sentia, segundo suas próprias palavras, para hierarquizar os agradecimentos aos dirigentes da ADPF e a todo o seu quadro social.

“Início, então, agradecendo

a Deus por me manter vivo e propiciar-me a oportunidade dessa homenagem, sensibilizado com a generosa indicação do meu nome feita pelo Ilustríssimo Senhor Diretor de Comunicação Social, Dr. Aloysio José Bermudes Barcellos, ao Conselho Diretor, que me honrou com a sua unanimidade. Ao Dr. Aloysio, que me permite com ele próprio muito “brigar”, na defesa intransigente das boas causas da ADPF e da Polícia Federal, o meu sincero reconhecimento, respeito e amizade.

Por intermédio do meu dileto amigo, Dr. Bolivar Steinmetz, a quem aproveito a oportunidade para parabenizá-lo, pela recondução ao cargo de digno Presidente da ADPF, extensivamente a todos os demais Conselheiros hoje empossados, saúdo todos os Delegados de Polícia Federal associados aqui presentes”, destacou Bairton Sampaio.

O Assessor de Imprensa

fez questão de citar outros dois nomes que remontam ao seu ingresso no convívio mais próximo com a ADPF, época em que era Presidente o Dr. Nascimento Alves Paulino, e com a própria Polícia Federal: o Dr. Luiz Clóvis Anconi e o Dr. Jayme Rubstem, por intermédio dos quais, há mais de dez anos, foram-lhe escancaradas todas as portas do DPF, ainda hoje abertas, na gestão do Ilustríssimo Senhor Diretor-Geral, Agílio Monteiro Filho, a quem estendeu agradecimentos, assim como aos seus antecessores e demais dirigentes da Instituição.

Agradeceu, ainda, à comissão organizadora da solenidade, liderada pela Dr.^a Edina de Melo Horta, que acaba de assumir o cargo Secretária-Geral da ADPF, e pelas integrantes da Diretoria de Assuntos Sociais, Doutoradas Eni Martins França Borges (Diretora), Maria Angélica Ribeiro Resende e Solange Vaz dos Santos, por intermédio das quais saudou todas as Delegadas de Polícia Federal.

Fazendo uma retrospectiva de quando ingressou na ADPF, referiu-se Bairton Sampaio ao especial carinho que nutre pela família Steinmetz,

Valores raros - “Caro Bairton. Expressando o sentimento das famílias Sampaio/Moura/Leite, congratulo-me com o nobre jornalista pela comenda (Medalha do Mérito Tiradentes), recebida da valorosa Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, tão importante quanto merecida, nestes tempos de valores raros. Parabéns. Você merece. Você é gente. Gente da gente!” (Correspondência enviada ao jornalista Bairton Sampaio pelo jornalista, publicitário e advogado José Hilário de Moura).



lembrando, a propósito, haver conhecido D. Teresa, esposa de Bolívar, antes mesmo de tê-lo conhecido, por ser ela zelosa professora de excepcionais (hoje desfrutando merecida aposentadoria), sendo o Assessor de Imprensa da ADPF pai de Luciano, uma dessas crianças, “há quase três anos no convívio de Deus”.

“Sempre digo que Deus me puniu duplamente: primeiro, fazendo-me Assessor de Imprensa dos Senhores, Delegados de Polícia Federal, autoridades maiores de um segmento por mim algumas vezes injustamente criticado, por desconhecimento de causa e pela ausência do convívio que hoje

me faz respeitá-los e admirá-los, pelo excepcional trabalho que desenvolvem em benefício da Pátria e do povo brasileiro; em segundo lugar, por ter, hoje, um filho Agente de Polícia Federal (João Bairton Sampaio Filho), de quem muito me orgulho, assim como me orgulho de todos os demais filhos - Úrsula, Ednardo, Edgard, Marina e Eduardo” -, frisou o homenageado, também agradecendo a Maria Liège por seu amor, carinho e estímulo.

E completou: “Dia haverá em que passará a Assessoria

de Imprensa, circunstância natural da vida; mas não passará, jamais, o respeito e o reconhecimento pelo elevado nível de relacionamento e de amizade que me foi permitido desfrutar junto aos Senhores Delegados de Polícia Federal, que me distinguem com tanta honraria”.



Visivelmente emocionado, Bairton Sampaio fez a mente caminhar mais de dois mil quilômetros, transferindo o mérito da homenagem que acabava de receber da ADPF para dois velhinhos, hoje paralíticos, imo-

bilizados em seus leitos domiciliares: Raimundo Soares Sampaio (84 anos) e Maria do Céu Rios Sampaio (91), seus queridos pais, cuja dedicação e amor na formação dos filhos “fez-me digno de receber tamanha honraria”.

Ao encerrar a sua fala, o Assessor de Imprensa compartilhou a homenagem com todos os funcionários da ADPF - Etiane, Kênia Nunes e Kênia Póvoa, Etivaldo, Maristela, Francineide, Alessandro, Ivaldo e Fátima - aos quais agradeceu penhoradamente pela amizade e respeito, em tantos anos de convívio, que nos tornam irmãos”.



Deixe o Real fazer parte da sua vida.

Abra você também sua conta: 0800 770 2001.

O banco da sua vida.





O Dr. Bolívar Steinmetz agradeceu a confiança por sua recondução à Presidência da ADPF, também cumprimentando o Presidente da FNDPF, Dr. Washington do Nascimento Mélo, e demais integrantes do novo Colegiado da Entidade coirmã

Bolívar conclama à união da classe

“Ilustres convidados,
Prezados agraciados,
Estimados colegas.

Primeiramente, desejaria, nestas breves palavras, fazer três agradecimentos: a Deus, Todo Poderoso, por nos permitir estar vivos e continuar à frente de nossa querida ADPF; a minha Tereza e filhos, que me incentivam a continuar trilhando esse ideal classista; não poderia, também deixar de externar meus agradecimentos às colegas, Doutoradas Edina de Melo Horta, Maria Angélica Ribeiro Resende, Eni Martins França Borges e Solange Vaz dos Santos, responsáveis por esta bela festa promovida pelas entidades de classe dos Delegados de Polícia Federal.

Após esses agradecimentos, faço uma conclamação a todos os Delegados de Polícia Federal no sentido de lutarem sempre, mesmo que eventualmente em frentes diferentes, em prol da Instituição Policial Federal e do engrandecimento da categoria.

Convicto de que reflito o pensamento de todos os Conselheiros, hoje empossados na

Ao discursar na solenidade comemorativa da posse dos novos dirigentes da ADPF, o Dr. Bolívar Steinmetz agradeceu o voto de confiança de seus pares, ao reconduzindo à Presidência da Entidade de Classe, fazendo uma conclamação à manutenção da luta na defesa dos interesses dos Delegados de Polícia Federal e do próprio DPF. Eis a íntegra do discurso:

ADPF, agradeço, particularmente, ao novo Conselho Diretor, pela confiança em mim depositada, para continuar presidindo nossa querida Entidade.

Desejaria, igualmente, agradecer a todos os integrantes do Conselho Diretor, do Conselho Fiscal e de Ética que acabam de encerrar seus mandatos, deixando um exemplar rastro de eficiência, de dedicação e de amor à ADPF e à Instituição Polícia Federal.

Certo estou de que os valorosos companheiros não se ausentarão da atividade associativa. Que continuem atuantes e participativos, juntamente com todos os demais associados da ADPF, a quem saúdo fraternalmente.

Desejaria também parabenizar a todos os novos dirigentes da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, na pessoa de

seu ilustre Presidente, Dr. Washington do Nascimento Mélo.

Feita esta saudação, dirijo-me, agora, aos agraciados com a Medalha do Mérito Tiradentes, Diogo Alves de Abreu e João Bairton Sampaio, cujos méritos já foram soberbamente destacados pelo Mestre do Cerimonial.

O que mais dizer sobre ambos?

Que não é sem razão que Diogo Alves de Abreu desfruta do respeito e da admiração de todos os segmentos de servidores do Departamento de Polícia Federal, particularmente, dos Delegados de Polícia Federal, cuja Associação, reconhecida, o tem como grande amigo e colaborador.

O que dizer mais sobre João Bairton Sampaio, nosso eficiente Assessor de Imprensa e amigo de todos nós?

Que sempre encara com seriedade absoluta os seus deveres, procurando cumprí-los com toda a boa vontade, correção e profissionalismo.

Além do mais, quando sói acontecer, no exercício de suas atribuições, ou fora delas, Bairton discorre com companheirismo e cordialidade, sem presunção, trazendo a sua palavra límpida e acudindo com ela, em réplica, ao ataque, sempre, porém, com generosidade e nobreza, preferindo desamar, a ferir, quem quer que seja, no seu relacionamento pessoal e profissional.

Parabéns, Abreu!

Parabéns, Bairton!

...Pois são merecedores desta homenagem que lhes presta a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal!

Obrigado a todos!"



Em seu discurso, o Presidente Bolivar Steinmetz também agradeceu à Comissão Organizadora da festa, integrada pelas Delegadas de Polícia Federal Solange Vaz dos Santos, Eni Martins França Borges, Edina de Melo Horta (eleita Secretária-Geral da ADPF e coordenadora da festa) e Maria Angélica Ribeiro Resende

DOIS ANOS DE GESTÃO

CREDIBILIDADE:

**A maior
de todas as
conquistas**

Agílio: "Tem sido extremamente gratificante dirigir esta magnífica Instituição"

BAIRTON SAMPAIO



Em entrevista concedida à Prisma, o Diretor-Geral, Dr. Agílio Monteiro Filho, faz um balanço altamente positivo sobre os seus dois anos de gestão à frente da Polícia Federal, considerando atingidos praticamente todos os objetivos traçados para esse período. A Polícia Federal transformou-se em um verdadeiro canteiro de obras. Estão em andamento 15 construções, com nove outras a serem brevemente iniciadas, enquanto nada menos do que 16 Unidades estão sendo amplamente reformadas. Não bastassem as grandes conquistas materiais, alcançadas dentro do programa de modernização e de reaparelhamento do DPF, além de sua crescente oxigenação, possibilitada com a formação de novos policiais federais e o anúncio de mais um concurso público, a ser realizado brevemente, para o preenchimento de novas vagas, o Dr. Agílio Monteiro Filho aponta os elevados índices de credibilidade do DPF junto à sociedade brasileira como a maior de todas as vitórias de sua administração. Em sua entrevista, o Diretor-Geral antecipa novas conquistas na parte material e humana da Instituição, prometendo empenhar-se para a criação da Carreira de Apoio da Polícia Federal, de modo a resolver, definitivamente, o problema dos administrativos. Sobre as entidades de classe, reiterou o propósito de continuar mantendo um relacionamento do mais alto nível com todas elas.



O Dr. Agílio recebeu a visita de cortesia do Presidente da ADPF, Dr. Bolivar Steinmetz, e do Diretor de Comunicação Social, Dr. Aloysio José Bermudes Barcellos, que acompanharam a entrevista concedida ao Assessor de Imprensa da Entidade e Editor da revista Prisma, jornalista Bairton Sampaio

Prisma - Dr. Agílio, completando, neste mês de junho, o seu segundo ano de gestão, qual a avaliação que o senhor faz desse período à frente do Departamento de Polícia Federal?

Dr. Agílio - Quando assumimos a direção do DPF, nós formamos um grupo de trabalho, integrado por um Superintendente de cada região do Brasil, além do Superintendente do Distrito Federal, ao qual incumbimos de apresentar um plano emergencial de metas para o Departamento, em nível nacional, que contemplasse as áreas operacionais, policiais, administrativas e as institucionais. Em relação às metas operacionais, temos a satisfação de dizer que, sem sombra de dúvida, atingimos praticamente todas as que nos propusemos realizar.

Prisma - Objetivamente, o que foi feito?

Dr. Agílio - No campo operacional, em relação ao combate ao narcotráfico, por exemplo, saltamos, de 28 toneladas de drogas apreendidas, no ano anterior ao início de nossa gestão, para 170 toneladas, ou seja, quase dez vezes mais. No campo administrativo, resolvemos a crucial questão da isonomia salarial entre antigos e novos servidores da Polícia Federal e, no plano institucional, destacamos o resgate dos valores do DPF.

Prisma - Isso teria refletido no aumento da credibilidade da Polícia Federal, junto à sociedade, no plano nacional?

Dr. Agílio - Inquestionavelmente, nesse período, a Polícia Federal recuperou a sua credibilidade perante todos os segmentos da sociedade brasileira: junto ao Congresso Nacional, ao Judiciário, ao Ministério Público, enfim, junto às diversas áreas governamentais. Isto é o que sentimos quando obtemos receptividade junto às autoridades ao buscarmos qualquer melhoria para a Polícia Federal, seja em termos de recursos ou mesmo de conquistas salariais para os servidores da Instituição.

Prisma - O senhor assinalaria outras conquistas nesse período?

Dr. Agílio - Quando tomamos posse, estávamos com o PROMOTEC - um projeto de 1990 - praticamente sepultado no Congresso Nacional. Com o apoio do Senhor Ministro da Justiça, Dr. José Gregori, conse-

guimos colocar a proposta em votação, sendo aprovada com o inestimável apoio dos Senhores Parlamentares, culminando com a sua assinatura, no dia 4 de agosto do ano 2.000. Foi a concretização de um sonho de dez anos que o Dr. Celso Aparecido Soares vinha acalentando, na Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização do DPF (CPLAM), que tem hoje à frente o Dr. José Francisco Mallmann. Trata-se de um programa que prevê um investimento de 425 milhões de dólares para a Polícia Federal, num prazo de seis anos.

Prisma - Já houve alguma liberação de parte desse montante?

Dr. Agílio - Conseguimos a liberação da primeira parcela, estabelecida em contrato, referente ao ano de 2000, no montante de, aproximadamente, 10 milhões de dólares. Inclusive, já foram feitas as primeiras compras de equipamentos. Aguardamos, agora, a segunda parcela de 40 milhões de dólares, prevista nesse projeto, resultante de acordo assinado entre Brasil e França, dentro do cronograma de desembolso previsto para o ano em curso, até atingir o montante do investimento, sucessivamente, até 2006. Com essa finalidade, estivemos em Paris, no dia 4 de agosto do ano passado, data em que, conforme dissemos, foi assinado o contrato de financiamento mediante o qual estamos adquirindo os primeiros equipamentos de um consórcio franco-alemão.



Prisma - Quais foram os primeiros equipamentos adquiridos com esses recursos?

Dr. Agílio - Os projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC prevêem a aquisição de equipamentos altamente sofisticados, alguns dos quais já foram solicitados, entre eles moderno material de informática destinado à



Ladeado pelos Drs. Renato e Mallmann, o Dr. Agílio apresenta novos e modernos armamentos adquiridos pela Polícia Federal

Divisão de Comando de Operações Táticas (COT), à Divisão de Aviação Operacional (DAOP) e aos Núcleos Especiais de Polícia Marítima (NEPOM), além de outros. Acabamos também de assinar contratos para a compra de duas aeronaves, as primeiras de uma série de 10 a serem adquiridas até o final do ano, sendo quatro de asas

fixas e seis helicópteros.

Prisma - Os modelos dessas aeronaves já estão definidos?

Dr. Agílio - São dois aviões caravan, já adquiridos, o primeiro dos quais será entregue

em setembro e o outro em novembro, dentro da programação estabelecida a partir da encomenda. Logo no início do segundo semestre, no entanto, receberemos dois Brasília, perfazendo o total de quatro aeronaves de asas fixas. Quanto aos helicópteros, são quatro Esquilos N-3 Dauphin, sendo dois "mono" e dois "bimotores", de fabricação francesa.

Prisma - São aviões novos ou reformados?

Dr. Agílio - Os aviões caravan, fabricados pela empresa "Cessna", dos Estados Unidos, são novos. Os Brasília, são reformados e adaptados às necessidades da Polícia Federal. A EMBRAER recebeu esses aparelhos da RioSul, na base de troca por aviões Jetclass, que passaram a ser usados por aquela companhia aérea. Em seu angar, a EMBRAER recondicionou completamente esse avião, oferecendo-lhes uma garantia de 40 anos, salvo engano. Acreditamos ter feito um excelente negócio para a Polícia Federal.

Prisma - Como o senhor fundamenta esse otimismo, em relação a aviões reformados? Não seria melhor adquirir novos em folha, como se diz?

Dr. Agílio - Como salientamos, não temos dúvida sobre o bom negócio realizado, inclusive financeiramente, pois adquirimos duas aeronaves praticamen-

te pelo preço de uma. É bem verdade que são totalmente reformados, mas em excelentes condições e capacitadas a desenvolver as missões a que se destinam na Polícia Federal, como o transporte de efetivos do COT, em grandes operações emergenciais, como, por exemplo, foi o caso daquele presídio, no Acre, ou ainda nas trocas de 20 a 25 policiais que fazemos, rotineiramente, todos os meses, nas regiões fronteiriças, com isso economizando muito dinheiro, ao dispensarmos a compra de passagens aéreas. É bom lembrar que a Força Aérea Brasileira adquiriu quatro aeronaves idênticas, nas mesmas condições, estando em operação, na Amazônia. Logicamente, se a própria FAB aprovou, não há o que duvidar da excelente qualidade dessas aeronaves, pois elas saem da EMBRAER como novas.

Prisma - Dr. Agílio, além da aquisição desses equipamentos, o PRO-AMAZÔNIA e PROMOTEC, também prevêem a criação de novos postos avançados na Região Amazônica?

Dr. Agílio - Entre outras conquistas a serem viabilizadas por esses projetos destacamos a futura instalação de 54 unidades operacionais na chamada Amazônia Legal. Obviamente, tudo isso só será possível com o simultâneo reforço de pessoal, mediante a realização de novos concursos públicos. Convém reafirmar que os dois projetos preconizam um prazo de seis anos para a sua completa implantação. Outra grande conquista foi a desoneração do FUNAPOL, significando dizer que 70% (setenta por cento) de seus recursos serão destinados a investimentos no âmbito do DPF, que envolvem, atualmente, a expressiva cifra de 60 milhões de reais/ano, podendo este montante ser ampliado proporcionalmente ao aumento da arrecadação.

Prisma - Quanto ao Plano Nacional de Segurança Pública, houve algum benefício concreto para a Polícia Federal?

Dr. Agílio - A Polícia Federal foi uma dos setores da segurança pública mais aquinhoados com recursos, na execução des-



O NOVO E O ANTIGO

Antigas ambulâncias e viaturas foram substituídas por modernos "furgões", que transportam policiais federais e seus equipamentos, com maior conforto e eficiência, ajudando-os a melhor desempenharem suas missões e operações externas

Dr. Agílio Monteiro Filho

Nunca se construiu tanto em tão pouco tempo

Nunca, em seus 36 anos de existência, construiu-se e reformu-se tanto em tão pouco tempo, na Polícia Federal, em todo o País. Novas sedes de Superintendências, de Delegacias de Polícia Federal e de órgãos vinculados ao DPF, como a COINF, estão na iminência de ser inaugurados ou em etapa final de edificação, enquanto outros estão, igualmente, em adiantada reforma, como é o caso da Academia Nacional de Polícia.



Superintendência São Paulo/SP



Superintendência Florianópolis/SC



Superintendência Goiânia/GO



Superintendência Maceió/AL



COINF/DF



Delegacia - Joéville/SC



Delegacia - Governador Valadares/MG



Delegacia - Uberaba/MG



Delegacia - Três Lagoas/MS



Delegacia - Maringá/PR



Delegacia - Londrina/PR



Delegacia - JI-Paraná/RO



Delegacia - Jataí/GO



Delegacia - Cruzeiro Sul/AC



Delegacia - Bauru/SP

Abuse da sua criatividade



Na Envelopel, você tem a melhor
qualidade em Impressos off-set
para sua empresa.

Arte-final
Criação/layout
Fotolitos
Editoração Eletrônica

Envelopel
Gráfica e Publicidade

Tel.: (061) 322-7615 - Fax: (061) 226-9466

te plano, iniciativa do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por intermédio do Ministério da Justiça. Somente no ano passado, adquirimos um total de mil viaturas (31 tipos), em números exatos, batendo o recorde anterior - a compra de pouco mais de 300 viaturas, em 1992, por ocasião da ECO 92, no Rio de Janeiro. As novas viaturas, distribuídas a todas as Unidades da Federação, oferecem o maior padrão de conforto e de funcionalidade, apresentando um novo **layout** padronizado, moderno e sóbrio, que reflete a imagem da Polícia Federal, tendo ainda a vantagem de atender às peculiaridades de cada região do País, em consonância com as especificações feitas por todas as Unidades descentralizadas, que receberam as viaturas diretamente da fábrica, conforme o plano de distribuição elaborado pela CPLAM. Entre essas viaturas, destacam-se 176 peruas **Blazer, S-10**, cabine dupla, a diesel, que são mais econômicas, além de veículos da linha **Renault e FIAT**, de alta tecnologia de ponta, para uso em operações ostensivas, e vários furgões, igualmente modernos e bem equipados, utilizados como ambulâncias e para o transporte de policiais e de cães farejadores de drogas.

Prisma - Em relação às obras, o que tem sido feito?

Dr. Agílio - Ao todo, estão em andamento nada menos de 15 obras, em um total de 24. No segundo semestre do ano em cur-

so, deverão ser inauguradas a nova sede da Superintendência Regional de São Paulo, um magnífico prédio de 35.400 m² (trinta e cinco mil e quatrocentos metros quadrados), assim como as Superintendências de Alagoas, Santa Catarina e Goiás. Brevemente, será iniciada a construção da nova sede da SR do Espírito Santo. Da mesma forma, pretendemos inaugurar, ainda no ano em curso, a sede da COINF e iniciar as obras da nova sede do Instituto Nacional de Criminalística, que possui, hoje, cerca de 2.000 m² (dois mil metros quadrados) de área construída, sendo nosso propósito ampliá-la para mais de 8.000 m² (oito mil metros quadrados), quadruplicando a sua atual área. Simultaneamente, 16 outras Unidades estão passando por grandes reformas, representando 40% (quarenta por cento) do patrimônio do DPF, em todo o País.

Prisma - E quanto às Delegacias, Dr. Agílio?

Dr. Agílio - Somente no ano passado, criamos 21 novas Delegacias, instalando 18 destas descentralizadas. Faltam ser instaladas as de Cruzeiro do Sul, no Acre, cuja obra está quase pronta; a de Xapacó, em Santa Catarina, e de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Ainda neste semestre, pretendemos inaugurar mais oito sedes próprias de Delegacias: Jiparaná, em Rondônia; Jataí, em Goiás; Uberaba e Governador Valadares, em Minas



Gerais; Bauru, em São Paulo; Maringá e Londrina, no Paraná; Joinville, em Santa Catarina; Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul; e Cruzeiro do Sul, no Acre. Já inauguramos a de Naviraí/MS, que se encontra em franca e bem sucedida operação, ampliando o combate ao narcotráfico naquela região.

Prisma - Em termos patrimoniais, o que representarão estas obras para o DPF, quando concluídas?

Dr. Agílio - Quando concluídas, todas estas obras, igualmente inseridas no Projeto



Mordenas lanchas do NEPOM já estão operando no Rio de Janeiro e em Santos

Dr. Agílio Monteiro Filho

ENTREVISTA

de Modernização do DPF e planejadas pela CPLAM, representarão um aumento de 60% (sessenta por cento) no atual patrimônio do Departamento de Polícia Federal, estando projetada a construção de nada menos de 93.041 m², somente em relação às novas sedes de diversas Superintendências Regionais, e 19.309 m², em relação às Delegacias Regionais, perfazendo um total de 112.350 m², ou seja, algo nunca visto na História do DPF, em seus 36 anos de existência.

Prisma - Quanto à parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, já foi completamente executado?

Dr. Agílio - Trata-se de um projeto em execução, que envolve 5 milhões de reais, destinados à modernização do Departamento de Polícia Federal, particularmente, da Academia Nacional de Polícia. Está sendo concluí-

da a reforma de todos os alojamentos e salas de aula, que brevemente serão inaugurados, deixando a ANP em condições de iniciar os seus diversos cursos de formação de novos policiais federais.

Prima - A propósito de concurso público, quando será o próximo?

Dr. Agílio - Nosso propósito é realizá-lo ainda este ano. Estamos aguardando somente a autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MOG), pois já foi autorizado pelo Congresso Nacional. Estamos informados que aquele Ministério está concluindo o levantamento sobre o impacto de todos esses futuros novos policiais federais na folha de pagamento. São duas mil vagas, 840 das quais para Agentes, 600 para Escrivães, 400 para Delegados e 160 para Peritos.

Prisma - Dentro desse esforço de



O DPF mantém uma base flutuante na Amazônia, fazendo o combate ao narcotráfico e fiscalizando a fronteira



CIMATAL

Com. e Ind. de Mad. Tailândia Ltda

E. Mail: cimatal@uol.com.br

Home Page: [http:// sites.uol.com.br](http://sites.uol.com.br)

Rodovia PA 150 - Km 126 - Caixa Postal nº 33
Cep: 68695-000 - Tailândia - Pará - PA

Fone: (91) 752-1107 - Fax: (91) 752-1107



SUPERMERCADO CEARENSE LTDA.

AV. LAURO SODRÉ, Nº 623
CENTRO - TUCURUI - PA
CEP: 68.458-010

FONE: (91) 787-1438/1145



Envelopes - Livros - Revistas - Jornais
Notas Fiscais - Cartões - Impressos em Geral
Material de Escritório - Informática, Papelaria
Impressos Off-Set e Tipográficos em Geral
Diagramação, Arte Final e Editoração Eletrônica

Envelopel

Produtos Gráficos Ltda.
GRÁFICA, EDITORA E PUBLICIDADE

Tels.: (61) 322-7615 / 322-7349
Fax: 226-9461

SDS - Bloco Q - Ed. Venâncio IV - Salas 122/123/124 - Brasília-DF
Tel./Fax: (61) 226-9461 - Tel.: (61) 322-7615

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Entre as inúmeras realizações da administração do Dr. Agílio Monteiro Filho, em dois anos de gestão como Diretor-Geral do DPF, destacamos 33 prioritárias, voltadas para a valorização profissional, o desempenho policial, melhorias direcionadas à atividade - fim, à capacitação profissional, planejamento e finanças, além de importantes medidas na área institucional

I - VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

1) Extensão a todos os servidores da Carreira Policial Federal da Gratificação de Operações Especiais - GOE (MP-2009, de 14 de dezembro de 1999).

2) Elaboração de Proposta de Reestruturação Organizacional do DPF, objetivando fortalecer o Órgão para a execução, com maior eficiência, de suas atribuições.

3) Encaminhamento ao Ministério da Justiça do Projeto de Criação da Carreira de Apoio do DPF.

II - Ampliação do número de cargos

4) Aumento do efetivo de policiais, com a realização de concurso público para o preenchimento de 320 vagas e criação de 2000 cargos da Carreira Policial Federal.

5) Aprovação da abertura de concursos públicos para os cargos de Delegado (495); Perito (160); Agente (891) e Escrivão (636), totalizando 2.182 vagas.

III - Criação de novas unidades

6) Criação de 21 novas Delegacias, estando já instaladas 18 unidades.

7) Implantação de Núcleos Especiais de Polícia Marítima - NEPOM (já instalados em Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ - previstos em Rio Grande/RS, Itajaí/SC, Paranaguá/PR, Foz do Iguaçu/PR, Vitória/ES, Recife/PE e Belém/PA).

8) Criação, em maio de 2000, da Divisão de Conflitos Agrários e Fundiários, pela MP-2.027-38/2000, já instalada na CGCP.

IV - Construções e reformas

9) Retomada das construções de 4 superintendências e da sede da COINF; iniciada a construção de 10 delegacias; e previsão de início, ainda em 2001, da construção de 4 superintendências e 4 delegacias, representando, no total, um aumento de 58% no número de sedes próprias do DPF.

10) Reforma/ampliação de 10 descentralizadas e previsão de início, ainda em 2001, de reforma/ampliação em mais 8 unidades, representando, sensíveis melhorias em 45% do número atual de sedes próprias do DPF.

11) Modernização e reforma das instalações da Academia Nacional de Polícia (alojamentos, salas de aulas e refeitório).

12) Liberação de crédito orçamentário para a aquisição dos imóveis da Superintendência em Mato Grosso e das Delegacias em Santa Maria/RS e Dourados/MS, totalizando R\$ 6.500.000,00.

V - Aquisição de materiais e equipamentos

13) Renovação da frota de viaturas, concretizada com a aquisição, com isenção de ICMS, de 1000 veículos (cerca de 70% da frota), com a implantação de novo grafismo (visual externo), moderno e sóbrio, das viaturas ostensivas do DPF.

(Blazer - 221; S-10, cab. dupla - 150; Megane - 161; Laguna - 58; Scenic - 22; Pálio - 328; micro-ônibus - 15; ambulância(Sprinter) - 4; furgão(Sprinter) - 13; caminhão - 2, ônibus - 1; outros, 25).

14) Aquisição de 2 helicópteros Bell-412 e outros 2 helicópteros Bell-407, obtidos por comodato com a Polícia Rodoviária Federal-PRF, em 1999, viabilizando as operações da DAOP.

15) Aquisição de equipamentos policiais - PARP:

1000 algemas; 1600 coletes balísticos; 200 carabinas cal. 5.56; 300 espingardas cal. 12; 160 submetralhadoras cal. 9 mm; e 10 metralhadoras cal. 7.62 e 5.56 (para helicópteros e embarcações).

16) Desencadeado o processo para aquisição de 6 helicópteros, sendo 2 biturbina; e 4 aviões (2 Caravan e 2 Brasília).

VI - DESEMPENHO POLICIAL

17) Apreensões, no último ano, de 163,92 toneladas de drogas nocivas à saúde pública, recorde histórico, correspondendo a 5 vezes a média de exercícios anteriores.

18) Deflagradas 85 operações policiais de grande envergadura, em todas as áreas de atuação do DPF, destacando-se as operações Aliança

III (DRE), Lorena (INTERPOL), Poconé (DOPS), Casulo (DDH), Dumont (DPFAZ) e Seis Fronteiras (DRE).

19) Aumento de 22% do número de IPL's instaurados, em relação a 1999, correspondendo a um acréscimo de 33% no número de IPL's instaurados por iniciativa interna.

20) Assistidas 139 pessoas pelo Programa de Proteção ao Depoente Especial, implantado em julho de 1999 (Lei nº 9.807/99 - regulamentada pelo Decreto nº 3.518/2000).

VII - MELHORIAS DIRECIONADAS À ATIVIDADE - FIM

21) Elaboração do Projeto de Controle de Precursores Químicos, para o fortalecimento do controle e fiscalização de insumos utilizados na fabricação de substâncias entorpecentes proibidas em lei, encontrando-se em sua última fase de implantação.

22) Realização, na ANP, do I Encontro Nacional dos Chefes de Delegacia Regional de Polícia (DRP's), fato histórico no DPF, com a participação de chefes de 14 delegacias descentralizadas.

23) Digitalização do arquivo de prontuários criminais, compostos de 6 milhões de documentos, disponibilizando imagem e conteúdo para consulta informatizada *on line*.

24) Constituído grupo de trabalho que estabeleceu um padrão de especificação técnica para todo o armamento, munição e coletes a prova de balas a serem adquiridos no âmbito do DPF.

25) Constituído um grupo de trabalho para estabelecer um padrão de uniforme operacional a ser utilizado no âmbito do DPF, encontrando-se em fase de conclusão.

VIII - CAPACITAÇÃO

26) Implantação do Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos do DPF, com a previsão de execução de 64 cursos.

IX - PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

27) Aprovação dos Projetos Pró-Amazônia e Promotec, com a assinatura dos contratos de financiamentos (franco-alemão), em 4 de agosto de 2000, importando investimentos de US\$ 425.290.000,00, no DPF, nos próximos 6 anos, projetando a Instituição a um invejável patamar de modernidade.

28) desoneração do FUNAPOL, com o efetivo repasse ao DPF dos 70% de sua arrecadação para investimentos, importando já para este ano cerca de R\$ 60.000.000,00.

29) aumento de 34,54% da arrecadação do FUNAPOL, em relação a 1999.

30) Iniciada a elaboração do primeiro Planejamento Estratégico do DPF, para os próximos 6 anos, com previsão de conclusão até novembro, em parceria com o PNUD, dentro do projeto de modernização do DPF.

31) atingidas 10 metas institucionais, 30 metas policiais e 100 metas administrativas concebidas no Plano de Metas Emergencial e no Plano de Metas Anual do DPF.

X - MEDIDAS INSTITUCIONAIS

32) Resgate dos Valores do Órgão (Bandeira, Emblema e Hino do DPF; Juramento, Preceitos Éticos e Oração do Policial Federal), representados, principalmente, pela materialização da Galeria de Valores do DPF (instalada em todas as Unidades do Órgão); CD do DPF; Hasteamento Mensal de Bandeiras, de forma solene; exaltação do Hino do DPF, com a execução em todos os eventos cívicos e solenidades promovidos pelo Órgão; e da Galeria de Heróis da Polícia Federal (instalada na ANP). Trata-se do reforço dos Valores do Órgão, louvor à nacionalidade e a lembrança dos que forjaram a história do DPF com o sacrifício da própria vida.

33) Expedição de 19 Instruções Normativas - IN, e 9 Portarias Institucionais, destacando-se dentre elas: Consolidação dos Valores do DPF, Plano de Metas Anual (PMA), Plano Anual de Reparelhamento Policial (PARP), Programa de Mensagem Semanal de Motivação - MSM; Padronização de Telas de todos os Microcomputadores do DPF, criação de Postos Avançados e transferência da Delegacia de Polícia Federal em Porto Xavier/RS para Pelotas/RS.

oxigenação do DPF, paralelamente aos concursos públicos, o senhor admitiria a realização de concurso interno que possibilite o sistema de progressão funcional, dando chance aos atuais servidores?

Dr. Agílio - Acho plausível a realização de novos concursos públicos, para se manter a oxigenação do Departamento de Polícia Federal, possibilitando a criação de um dispositivo que contemple os servidores, mediante concurso interno, concorrendo somente entre si, com um percentual específico de vagas.

Prisma - Meio a meio? Isto é, 50% (cinquenta por cento) de vagas destinadas ao concurso público e 50% destinadas ao concurso interno?

Agílio - Exatamente. Aliás, como foi na minha época. Pela legislação anterior, a ascensão funcional possibilitava que o servidor de uma determinada categoria passasse para outra completamente diferente. Exemplo: um Agente de Polícia Federal, formado em Medicina, se habilitava a ascender ao cargo de Médico do DPF.

Prisma - Em que estágio se encontram os Núcleos Especiais de Polícia Marítima (NEPOM), instalados no Rio de Janeiro e em Santos? Estão obtendo êxito em sua missão?

Dr. Agílio - Estamos satisfeitos com os resultados, mas pretendemos ir mais adiante. Tanto é verdade que estivemos no Rio de Janeiro, no dia 2 de maio último, a fim de incorporar mais uma lancha nesse programa que, como lembrou o prezado repórter, já funciona no Rio e em Santos/SP.

Prisma - Ficarão restritos, apenas, ao Rio de Janeiro e a Santos?

Dr. Agílio - De modo algum. Nossa meta é atingir todo o território nacional, onde se fizer presente a atuação da Polícia Federal como Polícia Marítima. A propósito, de acordo com o do Plano Nacional de Segurança Pública (Ação 16 do Compromisso n.º 1), dentro das ações de combate ao narcotráfico e ao crime organizado, serão criados mais sete NEPOMs, como instrumentos de combate à pirataria e ao contrabando (Rio Grande/RS; Itajaí/SC; Vitória/ES; Paranaguá e Foz do Iguaçu/PR; Recife/PE e Belém/PA), valendo salientar que se pretende, futuramente, ampliar este sistema à proteção dos portos fluviais. No próximo semestre, pretendemos inaugurar-lo no Rio Grande e, no se-

gundo semestre, no porto de Vitória, no Espírito Santo.

Prisma - Fala-se que os portos brasileiros estão incluídos entre os mais perigosos do mundo para a navegação mercante.

Dr. Agílio - De fato, segundo relatório da **International Maritime Organization (IMO)**, infelizmente, o Brasil foi incluído, com destaque, no rol dos países com portos mais perigosos do mundo para a navegação, fazendo-se necessária uma firme ação da Polícia Federal para coibir frequentes roubos a navios mercantes. Esta é uma má notícia. Mas, em contrapartida, temos a dar a boa notícia de que graças à atuação da Polícia Federal, o porto de Santos saiu daquele relatório, como, aliás, informou o Dr. Jáber Makul Hanna Saad, Chefe da Delegacia de Polícia Federal em Santos, entrevistado sobre o assunto pela BBC de Londres.

Prisma - Dr. Agílio, ainda em relação

à parte operacional, qual a participação da Polícia Federal na recente prisão do narcotraficante Fernandinho Beira-Mar, na Colômbia?

Dr. Agílio - A Polícia Federal teve uma participação decisiva nessa prisão, através do suporte de inteligência policial dado à Colômbia, facilitando o trabalho de suas autoridades para localizá-lo, em sua fuga. Paralelamente, em território brasileiro, realizamos operações que redundaram em grandes apreensões de drogas enviadas ao nosso País por Fernandinho Beira-Mar e à prisão de vários elementos de sua quadrilha, chegando ao confisco de seus bens. Tudo isso fragilizou a sua estrutura, facilitando a captura do narcotraficante na Colômbia.

Prisma - Além da denominada operação "Cobra", envolvendo o Brasil e a Colômbia, a Polícia Federal desenvolve outras operações igualmente importantes?



A Williams usa Castrol nos seus carros. E você, usa o quê?

A Castrol está sempre trabalhando para oferecer aos seus consumidores os melhores lubrificantes do mundo. Uma linha de produtos, desenvolvida com a mais moderna tecnologia e com um único objetivo: proteger bem o motor do seu carro.



ESPECIALISTA MUNDIAL EM LUBRIFICAÇÃO



Dr. Agílio – Executadas pelas Unidades Descentralizadas, sob a Coordenação da CGCP, que tem como Coorgenador-Geral Central de Polícia o Dr. Wilson Salles Damázio, estão em andamento várias outras importantes operações, como a **Ícaro** e a **Guisu**. São 57 as principais operações, em todo o País, várias em franca atividade, outras projetadas e algumas poucas suspensas, em razão de peculiaridades regionais, como a ocorrência de chuvas que impedem o trânsito de veículos para o deslocamento dos policiais federais. Tão logo cessem as intempéries, todas serão reativadas.

Prisma - *O sucesso obtido pela Polícia Federal, em suas operações que, inclusive, cruzaram fronteiras, ratifica as afirmações dos que incluem a Polícia Federal entre as melhores do mundo?*

Dr. Agílio - Antes de tudo, é uma demonstração do que a Polícia Federal tem de melhor no seu universo, que é o seu corpo

funcional, os seus eficientes e bem preparados policiais. Ressalte-se que, em recente relatório sobre a participação dos países do mundo no combate ao crime organizado, o Governo norte-americano não poupou elogios ao Brasil, destacando, de modo especial, o sucesso da operação **Cobra**, com a efetiva presença da Polícia Federal na Amazônia. Também digno de nota foi o reconhecimento do Governo norte-americano no sentido de que compete à Polícia Federal fazer a repressão ao tráfico de drogas, cabendo à Secretaria Nacional Antidrogas fazer a parte preventiva. Isso, realmente, foi muito importante para a Polícia Federal como Instituição.

Prisma - *Tudo isso não poderia servir de "tapa-boca" aos que criticam a atuação da Polícia Federal?*

Dr. Agílio - A Polícia Federal sempre procura dar pronta resposta todas as vezes que é feita qualquer crítica à sua atuação, fazendo

um trabalho extremamente positivo como ela está desenvolvendo. Mas, a melhor de todas as respostas é o reconhecimento internacional, da própria sociedade e das autoridades brasileiras. A título de exemplo, numa pesquisa de opinião pública, divulgada em um jornal de Teresina/PI, a Polícia Federal teve um índice de aceitação de 85%, por parte da população, ficando, inclusive, à frente da Igreja. Isso fala por si só. É um fato e contra fatos não há argumentos.

Prisma - *A revista do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal, de São Paulo, publicou matéria de capa fazendo grande elogio à sua atuação na Direção-Geral do DPF, ressaltando, no entanto, que continuava pendente de solução a situação dos servidores sub judice. Como o senhor analisa esta questão?*

Dr. Agílio - Trata-se de um assunto que está sob apreciação do Judiciário, não competindo à Administração fazer qualquer comentário sobre a questão. Aguardaremos a decisão judicial, para cumpri-la.

Prisma - *Discursando na solenidade comemorativa do 36.º aniversário do DPF, o Ministro da Justiça, José Gregori, prometeu analisar a questão dos servidores Administrativos. Como o senhor vê essa situação?*

Dr. Agílio - Tal como nos comprometemos, ao recebermos, em Gabinete, uma comissão de Administrativos, entregamos a sua proposta - "sem tirar uma vírgula"-, ao Senhor Ministro da Justiça, para ser encaminhada ao Ministério do Planejamento do Orçamento e Gestão, enquanto a Liderança do Governo no Senado se comprometeu a realizar as gestões políticas, no sentido de conseguir a aprovação da proposta, em forma de projeto de lei, para criar a Carreira dos Administrativos.

Prisma - *Significa dizer que o Diretor-Geral vê com carinho e mesmo apóia a causa dos Administrativos?*

Dr. Agílio - Desejamos lembrar que, quando ingressamos na Polícia Federal, em 1972, passados 29 anos, já ouvíamos falar na Carreira de Apoio da Polícia Federal. Nós já estamos no ano 2001 e até hoje o assunto não foi resolvido. Esta é uma das nossas preocupações: encontrar uma solução para os Administrativos, da mesma forma como tudo fizemos para resolver o problema da

www.galois.com.br
(61) 224•2070
SGAS 902

GALOIS
Colégio de Ensino Médio
Pré-vestibular

"O jeito diferente
de ensinar"

Gratificação de Operações Especiais (GOE), para os novos policiais, garantindo-lhes a isonomia salarial em relação aos antigos. Foi a minha prioridade número "1", já resolvida, na área salarial, como prometemos logo que assumimos a Direção-Geral. Tudo faremos, agora, em relação aos Administrativos.

Prisma - O senhor admite a possibilidade de criação de um plano de saúde exclusivo para os servidores do DPF?

Dr. Agílio - Considero plausível essa idéia, pois, no Brasil, qualquer pessoa tem que ter um plano de saúde que atenda às suas diferentes necessidades, porque se existe uma coisa muito cara em nosso País é tratar da saúde através de atendimento médico-hospitalar. É muito dispendioso para o assalariado, que nem sempre dispõe de recursos próprios para tanto. Por isso, vejo com simpatia a idéia de ser criado um plano de saúde exclusivo para os servidores da Instituição.

Prisma - Como o senhor analisa a questão da hierarquia e da disciplina, nos dias de hoje, no Departamento de Polícia Federal?

Dr. Agílio - Há princípios imutáveis, como a hierarquia e a disciplina, binômio no qual se fundamenta e se sustenta a Instituição, não se podendo admitir pensamentos ou idéias distoantes, que a ponham sob risco de enfraquecimento. Afinal de contas, a Polícia Federal representa muito para a Nação e para a sociedade brasileira, que nela confia. Credibilidade é o tipo da coisa que não se adquire com facilidade e a Polícia Federal adquiriu a mais elevada credibilidade, sendo uma irresponsabilidade pô-la em perigo. A quebra da hierarquia e da disciplina é o maior de todos os perigos. Só não vê que a Polícia Federal mudou quem não quer.

Prisma - Dr. Agílio, tem valido a pena o senhor deixar as Alterosas para vir para o Planalto Central, como Diretor do DPF?

Dr. Agílio - Tem sido extremamente gratificante dirigir esta magnífica Instituição, principalmente em razão do excelente corpo funcional que a Polícia Federal possui. Vemo-nos extremamente compensados, apesar das estafantes 14 horas diárias de trabalho, que me são impostas pela complexidade da missão que nos foi confiada. Há dias em que, em razão do acúmulo de serviço, damos o último telefonema às duas horas da manhã, para,

às vezes, praticamente, emendar o dia e a noite, madrugada a dentro. Grande é a exaustão e o desgaste físico, mas tudo passa quando chegamos ao edifício-sede e vemos os resultados positivos que estamos alcançando. Este é o melhor tonificante para curar o estresse. Os bons resultados são rejuvenecedores e nos fazem readquirir novas forças, para continuar cumprindo nossa missão, cujo sucesso, reconhecido pela sociedade, creditamos ao valioso efetivo que a Polícia Federal realmente tem, composto de servidores que trabalham com extrema lealdade e profissionalismo.

Prisma - Qual a mensagem que o senhor daria para os Delegados de Polícia Federal e demais servidores do DPF?

Dr. Agílio - Que todos jamais se esqueçam de que um dos preceitos éticos do Policial Federal, constantes da Galeria de Valores do DPF, mais precisamente o IV, exorta, textualmente a **"Empregar todas as suas energias em benefício do serviço"**. Estejam também certos de que se a Instituição está bem, todos também estaremos bem: nós, nossa família e nossos amigos. Não há coisa mais gratificante para o Policial Federal, que verdadeiramente veste a camisa da Instituição, do que receber um elogio feito pelo bom desempenho em uma missão bem-sucedida. Essa é a mensagem que dirijo a todos os servidores da Polícia Federal - do mais humilde ao mais graduado hierarquicamente: que **visitam e suem a camisa do DPF**, a fim de continuarem merecedores dos aplausos e do reconhecimento da Nação e do povo brasileiro.

Prisma - O Diretor-Geral do DPF admite críticas?

Dr. Agílio - Acho que, quando construtivas, as críticas são válidas. O que é inaceitável são críticas feitas de maneira pejorativa, deselegante, sem fundamentação, a crítica pela crítica. Afinal de contas, o elevado nível do

quadro funcional da Polícia Federal e o próprio embasamento hierárquico impõem um tratamento respeitoso, caracterizado pela urbanidade e elegância.

Prisma - Como o senhor encara o relacionamento da Direção-Geral com as entidades de classe?

Dr. Agílio - Acho extremamente positiva a existência das entidades de classe, pois elas desempenham um papel fundamental no contexto da Instituição, servindo de elo de informação, entre a sede e a ponta. O dirigente classista tem oportunidade de trocar idéias e conversar com os servidores, procurando corrigir alguma distorção, levando al-

guma crítica construtiva ou sugestão à cúpula da Instituição. Esse elo nos ajuda a dirigir o Departamento não apenas olhando do Gabinete, em Brasília, mas ampliando nossa visão por todo o Brasil, esse imenso País Continental. Temos nos deslocado, com frequência, para os mais distantes pontos do Brasil, a fim de constatar, in loco, os problemas de cada região. Nessas idas e vindas,

também temos tido oportunidade de ouvir os dirigentes classistas regionais, como temos feito aqui em Brasília, recebendo-os, sempre que possível, em Gabinete.

Prisma - Como associado, qual a sua expectativa em relação aos novos dirigentes da ADPF, empossados para o biênio 2001/2004?

Dr. Agílio - Dentro dessa linha que acabei de falar, conto com a ADPF e com todas as entidades de classe, para que sejam porta-vozes junto à Direção-Geral, servindo, como já ressaltamos, de ponte de ligação entre os funcionários e a Administração. O Presidente da ADPF, nosso amigo, Dr. Bolívar Steinmetz, por exemplo, está sempre em contato conosco, sendo sempre um prazer receber os representantes da Entidade, para tratar das questões de interesse da Polícia Federal. ■

"Esta é uma das nossas preocupações: encontrar uma solução para os Administrativos, da mesma forma como tudo fizemos para resolver o problema da GOE"

Agílio, um vencedor

* WILSON SALLES DAMÁZIO



O Coordenador-Geral Central de Polícia, Dr. Wilson Salles Damázio, destacou a integração da equipe dirigida pelo Diretor-Geral, Dr. Agílio Monteiro Filho

Após quase 30 anos de trabalho árduo, 24 deles dedicados ao serviço público de natureza especificamente policial, tendo galgado, passo a passo, praticamente todos os cargos da carreira, quis o destino que este servidor viesse a integrar a equipe do Dr. Agílio Monteiro Filho.

Aconteceu no final do ano de 1999, quando, numa reunião de Superintendentes, durante um almoço, na Academia Nacional de Polícia, fui surpreendido com o honroso convite para integrar a equipe de trabalho do Senhor Diretor-Geral, na qualidade de Coordenador-Geral Central de Polícia. Aquiescendo ao convite, a nomeação ocorreu no início do ano 2000 e a posse ainda na primeira quinzena do mês de fevereiro do mesmo ano.

Afeito a desafios e disposto a dar o melhor de mim, confesso que a experiência vem sendo cada mais gratificante, principalmente pelo fato de estar trabalhando ao lado de um profissional da maior competência, aliado a um caráter exemplar, que se destaca entre aqueles que, com honradez e probidade, integram a vida pública nacional, o que torna mais edificante e compensador trabalhar com o nosso carismático Diretor-Geral, Dr. Agílio Monteiro Filho, que é um vencedor.

Falar sobre o colega e amigo Agílio, como pessoa humana e como profissional de Polícia, é como falar de um irmão, de um pai, de

um ente querido, pois, por mais senso crítico que se tenha, difícil é detectar nele algum defeito digno de registro.

Verdadeiro líder, o Dr. Agílio é entusiasta das grandes causas da Polícia Federal, sensibilizando toda a equipe sob o seu comando, a ponto de motivar cada vez mais aqueles que, ao seu lado, trabalham, comemorando com a euforia de uma criança o fortalecimento da Instituição, sabendo orientar, com extrema sabedoria de um ancião, numa feliz dosagem que facilita a correção de falhas e garante maior número de acertos.

Trabalhando uma média de 14 horas por dia, o Senhor Diretor-Geral é o primeiro a elevar a auto-estima dos subordinados, nos momentos difíceis, a ponto de ombrear-se com cada um, na busca das soluções dos problemas que, eventualmente, afligem o Departamento de Polícia Federal.

O amor que o nosso Diretor-Geral demonstra ter pelo DPF é a certeza de que a sua participação tem sido decisiva para operarmos as profundas e positivas transformações vividas pela Polícia Federal, nestes últimos dois anos, que servem de lenitivo e de estímulo, fazendo esquecer os momentos (difíceis) que passa, em razão, da ausência circunstancial do

convívio mais próximo da família.

A integração da equipe dirigida pelo Dr. Agílio, a motivação causada pelas manifestações de apreço que ele e sua equipe recebem do público interno e externo, assim como a credibilidade que o DPF desfruta atualmente junto aos mais diferentes segmentos sociais, mantém acesa a chama da decência, da unidade, da moralidade pública e da vontade de cada vez mais realizarmos em prol da Instituição.

O balanço apresentado nesta edição da revista **Prisma**, traduzido em números nunca vistos e realizações inimagináveis nos campos institucional, administrativo e operacional, dizem-nos que estamos no caminho certo e, o mais importante, traduzem a convicção de que devemos manter a equipe unida e o órgão pacificado.

Pedimos ao Criador do Universo que continue guiando os passos desta homogênea equipe, mantendo os seus integrantes afastados das vaidades passageiras e personalistas, direcionando os seus atos de forma a podermos proporcionar mais segurança à sociedade brasileira, enfim, aqueles que nos remuneram.

** O Dr. Wilson Salles Damázio é Coordenador-Geral Central de Polícia (CGCP).*

Wilson Sons

nosso negócio é cuidar do seu



MAPEL

MADEIRAS LTDA.

RODOVIA BR 010 - KM 80 - CEP: 68632-000 - ULIANÓPOLIS - PARÁ - PA

TELEFAX: (91) 726-1127 / 1185

GOE pacificou a Polícia Federal

Com a autoridade de quem foi incumbido pela Direção-Geral de negociar, em nome do Departamento de Polícia Federal, junto aos demais órgãos da Administração Federal, a extensão da Gratificação de Operações Especiais (GOE) a todos os Policiais Federais que ingressaram na Instituição depois de 1995, o Coordenador-Geral de Gabinete, Dr. Renato Halfen da Porciúncula, dá o seu testemunho sobre o empenho e a determinação do Dr. Agílio Monteiro Filho em resolver essa grave distorção, que teve final feliz, marcando, definitivamente, a pacificação do DPF.



Dr. Renato: "O Senhor Diretor-Geral, em sua feliz iniciativa, contou com o voto de confiança de todos os policiais federais"

"Sem sombra de dúvida, quando o Dr. Agílio Monteiro Filho assumiu o cargo de Diretor-Geral, há dois anos, deparou-se com um grave problema, gerador de intranquilidade no corpo funcional do DPF: a diferença salarial entre os policiais federais que ingressaram na Instituição, a partir de 1995, e os mais antigos, que já percebiam a Gratificação de Operações Especiais (GOE).

É obvio que, em decorrência disso, prevalecia uma grande insatisfação, que praticamente inviabilizava a convivência harmônica entre servidores que, embora tivessem as mesmas atribuições, circunstancialmente, viviam à mercê de uma diferença salarial considerada gritante, à época.

Embora de difícil solução, obtivemos êxito graças à obstinada

determinação do Senhor Diretor-Geral que, inclusive, elegeu o equacionamento do problema como a prioridade número "1" de sua Administração. Foi, inegavelmente, uma vitória pessoal do Dr. Agílio Monteiro Filho, pois, como é do conhecimento público, ele empenhou todo o seu prestígio para resolver a questão, da forma mais adequada e justa.

Outro aspecto altamente relevante a ser considerado é que o DPF oferece, hoje, ao seu quadro de policiais federais um patamar salarial excelente, que traduz a importância da Instituição no contexto dos principais órgãos públicos federais.

Foram quase cinco meses de exaustivas negociações, envolvendo diversas áreas do Governo Federal - Ministério da Justiça, Casa Civil e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -, em busca de um consenso, com pertinência jurídica, que atendessem às diversas situações que ofereciam maior complexidade ao problema.

Cite-se como exemplo elucidativo o fato de que, quando nos debruçamos em busca da solução para estender a GOE aos novos policiais federais, deparamo-nos com o caso de muitos que já recebiam essa gratificação, por extensão administrativa, enquanto outros, também em número significativo, a percebiam em cumprimento a decisões judiciais, embora algumas a título precário.

Então, como salientamos, a maior dificuldade encontrada durante as negociações foi, justamente, chegar à elaboração de uma peça jurídica que conseguisse abranger todas essas situações e devolver a tranquilidade à Polícia Federal.

A bem da verdade, é bom que se diga que o Senhor Diretor-Geral, em sua feliz iniciativa, contou com o voto de confiança de todos os policiais federais, não se podendo negar outra circunstância altamente favorável à solução do problema: a nova fase vivida pela Polícia Federal, fortalecida com a adoção de medidas concretas, por parte da Administração, que fizeram recolocar a Instituição no elevado patamar de prestígio e de credibilidade que sempre desfrutou junto às autoridades e à sociedade brasileira".

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.109 . DE 14 DE DEZEMBRO DE 1999.

Assegura percepção de gratificação por servidores da Carreira Policial Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os valores da Gratificação por Operações Especiais a que aludem os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 13 de novembro de 1987, ficam assegurados a todos os servidores da Carreira Policial Federal, a partir de 1º de dezembro de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não gera nenhuma obrigação financeira em favor dos servidores da Carreira Policial Federal que já percebiam tais valores em virtude de decisão judicial, administrativa ou por extensão administrativa de decisão judicial.

Art. 2º É vedado, a qualquer título, pagamento retroativo em decorrência desta Medida Provisória.

Art. 3º O disposto nesta Medida Provisória não se aplica e não se estende a qualquer outro cargo ou carreira, ainda que de natureza similar, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de dezembro de 1999; 179ª da Independência e 111ª da República.

Renato

DPF estuda novos ritos para valorizar o policial federal

Tal como já aconteceu em relação às instituições das Galerias de Valores e de Heróis da Polícia Federal, a Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização do DPF (CPLAM), por orientação da Direção-Geral, está elaborando uma Instrução Normativa (IN) destinada a instituir solenidades e procedimentos para atos funcionais no âmbito da Polícia Federal e a criação da Galeria de Dirigentes do DPF.

A informação foi dada pelo Coordenador-Geral da CPLAM, Dr. José Francisco Mallmann, esclarecendo que outra Instrução Normativa, também em fase de elaboração, destina-se à instituição do estágio para o início do exercício de primeira investidura, com normas para a primeira lotação interna e mudança de lotação interna, tudo visando valorizar o servidor e enaltecer o seu profissionalismo. As medidas se inserem dentro das metas institucionais do Plano de Metas Anual do DPF (PMA/DPF/2000/2001). As duas normas foram disponibilizadas na *intranet*, para a apresentação de sugestões.

Primeira IN - A primeira normatiza as solenidades de posse no cargo da carreira policial federal e no cargo ou função de chefia, bem como quando da entrega da carteira de identidade funcional e do desligamento do servidor (remoção, exoneração e aposentadoria), além dos

atos de apresentação do policial federal, removido para nova unidade de lotação.

Normatiza, igualmente, a preservação do vínculo e das relações sociais da administração com os policiais federais aposentados, destacando-se que passarão a ser convidados a todas as solenidades promovidas pela Instituição. A IN prevê, ainda, a realização de homenagens póstumas aos policiais federais falecidos, sejam ativos ou aposentados, em especial aqueles mortos com indícios de confronto direto.

Segunda IN - A segunda Instrução Normativa traça diretrizes para o **Estágio de Investidura**, quando o policial federal será preparado e receberá as orientações preliminares para o início do exercício do seu cargo, bem como para a primeira lotação interna, onde serão observados procedimentos que facilitem o desempenho no cargo e motivem a carreira, visando, ainda, normatizar a mudan-

“O CULTO À TRADIÇÃO FORMA O SENTIMENTO DE DEVOÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES, TORNANDO-AS INABALÁVEIS E INDESTRUTÍVEIS”

(PORTARIA Nº 1.204-DG/DPF, DE 16/11/99)



Dr. Mallmann: “Medidas destinam-se a estimular os servidores a cultivarem, respeitadamente, os valores do DPF”

ça de lotação interna, para o adequado ajustamento ao quadro e à atividade funcional.

Galeria de Valores - Objetivando resgatar os valores do DPF - a Bandeira, o Emblema e o Hino; o Juramento, os Preceitos Éticos e a Oração do Policial Federal - a Direção-Geral tomou uma série de iniciativas, tendo como ponto de partida a Portaria no 1.204/99-DG/DPF, de 16.11.99, quando consolidou e reuniu os Símbolos do DPF e os Valores Éticos e Morais do Policial Federal e institucionalizou a **Galeria de Valores** e o CD do DPF, gravado na voz de Cid Moreira.

Posteriormente, a IN n.º 005/DG/DPF, de 14.12.99 regulamentou a citada Portaria, determinando, entre outras medidas, o hasteamento solene da Bandeira do DPF, simultaneamente com as Bandeiras Nacional e da respectiva Unidade da Federação, solenidade essa



A Galeria de Valores está instalada no saguão do edifício sede...



...e a Galeria de Heróis, na Academia Nacional de Polícia

Seus Valores

1. ABERTURA
2. A BANDEIRA DO DPF
3. O EMBLEMA DO DPF
4. O HINO DO DPF
5. O JURAMENTO DO POLICIAL FEDERAL
6. OS PRECEITOS ÉTICOS DO POLICIAL FEDERAL
7. A ORAÇÃO DO POLICIAL
8. O POLICIAL
9. HINO NACIONAL
10. HINO NACIONAL (VERSÃO INSTRUMENTAL)
11. HINO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
12. HINO À BANDEIRA
13. HINO DA INDEPENDÊNCIA
14. ORAÇÃO PEDINDO A PROTEÇÃO DE DEUS (SALMO 91)

Sua Essência
O Policial Federal

Seus Valores

16

A CD da Polícia Federal é entregue a todo o policial federal, na solenidade de posse

a se realizar no primeiro dia útil de cada mês, às 8 horas da manhã, em todas as unidades da Instituição; e a execução do Hino do DPF, em todos os eventos e solenidades promovidos pelo Órgão.

Essas medidas destinam-se a estimular os servidores a cultivarem, respeitosamente, os valores da Instituição, inculcando em to-

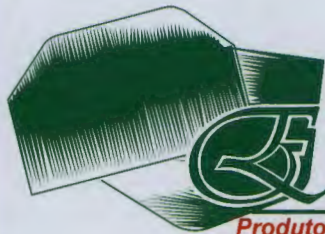
dos o orgulho de pertencerem à Polícia Federal, valendo lembrar o preâmbulo da mencionada Portaria, onde se lê textualmente: "O culto à tradição forma o sentimento de devoção às Instituições, tornando-as inabaláveis e indestrutíveis".

Em consonância com o objetivo de resgatar esses valores, também foi inaugurada a

Galeria de Heróis da Polícia Federal, na Academia Nacional de Polícia, com a instalação de réplica na unidade da última lotação, onde será aposta foto de destaque, em homenagem póstuma ao policial federal morto em confronto direto, abrangendo todos aqueles que tiverem a vida ceifada no cumprimento do dever, de modo a perpetuar a memória do homem de Polícia, que se constitui na essência da Instituição.

Segundo o Coordenador-Geral da CPLAM, após essas institucionalizações, outras virão, entre as quais a normatização do cerimonial de comemoração do aniversário do DPF, a reativação da entrega de diplomas e medalhas (bronze, prata e ouro) e a instituição do **Policial Federal do Ano**.

"Em consonância com a institucionalização e a regulamentação desses valores perenes, venerar a tradição representa a melhor forma de ajudar a tornar o Departamento de Polícia Federal inabalável e indestrutível, mantendo-se vivo o amor à Instituição e acesa a chama da vocação policial federal", concluiu o Dr. Mallmann. ■



Envelopes - Livros - Revistas - Jornais
Notas Fiscais - Cartões - Impressos em Geral
Material de Escritório - Informática, Papelaria
Impressos Off-Set e Tipográficos em Geral
Diagramação, Arte Final e Edição Eletrônica

Envelopel
Produtos Gráficos Ltda.
GRÁFICA, EDITORA E PUBLICIDADE

Tels.: (61) 322-7615 / 322-7349
Fax: 226-9461

SDS - Bloco Q - Ed. Venâncio IV - Salas 122/123/124 - Brasília-DF
Tel./Fax: (61) 226-9461 - Tel.: (61) 322-7615

SISTEMA ENGENHARIA

ENGENHARIA ELÉTRICA . CIVIL
TELECOMUNICAÇÕES . PROJETOS
MONTAGENS E MANUTENÇÃO

STRC Tr 3 Cj. C Lote 04 S. de Transportes e cargas

361-3909
Fax: 361-0668

Um novo DPF para a sociedade

* ELIÚD GONÇALVES PEREIRA

"Se você deseja mudanças no mundo, comece mudando a si mesmo". (Ghandi).

Permita, caro companheiro, divagar sobre idéias que não me pertencem, vez que não nasceram em mim, mas que gostaria de partilhar com aqueles que, com humildade, se inclinam reverentes, ao trabalho honesto e abominando a bajulação e a corrupção aguardam, pacientemente, a hora certa da colheita dos frutos do próprio suor.

A propósito da eleição e posse do novo Conselho da nossa pioneira ADPF, felizes ficamos com os resultados, pois democraticamente soubemos escolher os colegas pelas virtudes que lhes ornamentam o caráter e que saberão honrar a confiança neles depositada.

A nova diretoria, mesclada por ilustres colegas mais novos, trás mais esperanças de **continuidade** da respeitada instituição DPF, se fizermos uma retrospectiva histórica sobre a evolução do Sistema de Segurança Pública no Brasil, haveremos de concluir que, ao contrário do que muitos pensam e é publicado, não nasceu em 1964, mas com a transferência de D. João VI para o Brasil, no distante ano de 1808 e, só mais tarde, tomou o nome de Departamento Federal de Segurança Pública, fato que pode ser confirmado pelos colegas mais antigos, como o respeitado amigo e exemplar colega, Dr. Jayme Rubstem, em sua magistral entrevista na nossa bem elaborada revista **Prisma**, que nos transmitiu proveitosas recordações e lições, repleta que está de conteúdo e essência, valores que ultimamente têm sido escassos no nosso meio.

Peço vênica para adentrar na metafísica para alcançar o real objetivo deste modesto escrito. Se observarmos a filosofia,



Ellúd almeja para todo o policial federal o mais elevado senso de honestidade, espírito de justiça e competência profissional

podemos verificar que os estudiosos, do passado e contemporâneos, ainda consideram o "homem como um enigma, um eterno desconhecido".

E por quê? por se fundamentarem em duas premissas falsas.

A primeira é que Deus tenha criado um **ser perfeito** como **Ele** para viver na terra. A segunda é a antigüíssima ideologia da "grande queda" do homem (o pecado original). Admitindo-se a primeira premissa, podemos concluir, com certeza, que toda a humanidade seria perfeita e feliz, não haveria guerra, fome e violência na terra, e viveríamos já o prometido paraíso aqui e agora, ao contrário que a **realidade** demonstra. Aceitando a segunda premissa, é fácil admitir que Deus foi derrotado pelo diabo, o que seria um absurdo - a criatura ser **maior** que o Criador.

Então como explicar o enigma?

Segundo o grande filósofo metafísico - cristão, Huberto Rohden, o homem não apareceu na terra como **ser perfeito**, nem meramente animal que, pela teoria evolucionista, teria se tornado homem. Fosse assim, todos os macacos já teriam se transformado em homens. Mas o **menor não pode causar o maior**. O ovo e a semente abandonados podem não

dar origem a uma ave ou a uma árvore, pois são apenas os canais por onde podem fluir as **energias cósmicas que dão origem à vida**. O semi-homem era, desde o princípio, potencialmente perfeito, ele **era e é evolvível**, ou seja, pode evoluir-se, ou mais vulgarmente, evoluir-se segundo seu próprio livre arbítrio, em razão da Potência Cósmica que lhe deu origem.

Por outro lado, o homem também é livre para *involver* (ou involuir, estacionar), como é muito comum verificar nos dias atuais, bastando observar o mau comportamento dos marginais que infestam a sociedade, fora e, principalmente, dentro do Governo, entre os miseráveis e a auto-denominada "elite" dominante, dona do poder, esta mais culpável por ser mais instruída, embora não mais educada.

É a eterna luta entre o "ego" e o "Eu" de que trata o **Bhagavad Gita**, livro escrito há mais de cinco mil anos, sobre a luta entre o Aham (ego) e o Atman (Eu).

Esses mesmos polos da natureza humana não são citados explicitamente no Gênesis, de Moisés, escrito 3.500 anos depois do **Bhagavad Gita** e 1.500 anos antes dos Evangelhos da era Cristã. Mas, a Lição Divina de que, no Éden, a *árvore da vida* deve prevalecer sobre *as árvores do bem e do mal*, ficaram bem claras. Pela violação das leis cósmicas, o homem recebeu sua primeira maldição - a **condenação da luxúria**. Mais tarde, Jesus, o maior de todos os precursores da **nova humanidade** que ainda está por vir, lançou nos Evangelhos a *segunda maldição*, excluindo do reino dos céus **aqueles que praticavam a ganância** (ou ambição material).

Luxúria e ganância têm sido até hoje a mola propulsora para governantes justificarem as guerras imorais e covardes, a injusta miséria, a fome, a odiosa e impune corrupção, a luta pelo poder. Evoluímos muito no campo científico-tecnológico (principalmente na arte de matar), mas enquanto ser, o homem continua muito perto do homem das cavernas.

nas e a maior prova disto é o noticiário da imprensa diária.

Observando a evolução a transformação do Brasil, podemos notar que se antes a disciplina e o mérito eram virtudes que permitiam a ascensão natural dos melhores, hoje, a sabujice, a bajulação, a ganância, a vaidade e em alguns setores até a beleza física (o bumbum, por exemplo) tomaram o lugar do trabalho, da competência, da inteligência. Se para ascender na hipócrita escala social for necessário ir para a cama ou prostrar-se de joelhos ante um político ou chefe influente ou corrupto, que assim seja.

Independência e liberdade (principalmente a moral) são valores desprezados pelos pseudos-homens, nanicos imorais que se colocam no "trono", mas têm os pés de barro e as mãos sujas no saque dos bens públicos. Dói muito ao homem honesto, ao pobre e ao trabalhador humilde ver, *impunes*, exercendo o poder, governantes ladrões, mentirosos e corruptos. Eles ainda pensam que enganam o povo. As urnas já começam a bradar a revolta dos excluídos. Lembrem-se da Revolução Francesa e mais recentemente do que aconteceu na Romênia. O dia deles pode chegar!!!

Felizmente, por outro lado, tem surgido uma minoria de jovens honestos e corajosos juizes, delegados, promotores, procuradores e fiscais que antes de se dividirem, disputando espaços na mídia ou nas leis, seguindo o nefasto caminho da vaidade, devem se unir e dar às mãos e "combater o bom combate e guardarem a fé" no ideal abraçado com *honestidade, espírito de justiça e competência profissional*.

Particularmente, espero que, no nosso querido Departamento de Polícia Federal, esses valores jamais sejam esquecidos e que nunca prepondera a vontade daquela minoria que deseja destruir a nossa centenária Instituição (haja vista a campanha realizada por alguns setores que defendem o fim do Inquérito Policial), cujos primórdios remontam, como já frisei, aos idos do Império.

A propósito, é bom lembrar que já abordei esse tema, lá se vão 15 anos, com

o colega Dr. João Batista, no livro **Planejamento Operacional**, (editado em 1985, pela **Envelopel**), no qual preconizávamos uma maior eficiência da Polícia e uma simplificação e agilização do Inquérito Policial e *não o seu fim*, como alguns inescrupulosos pretendem.

Violência se combate com firmeza, rápida aplicação do Código Penal e com educação. É preciso dar um basta nos demagógicos, ineficazes, intermináveis e caros "planos, projetos, reformas, estudos e comissões" de pseudos-intelectuais e ignorantes mitos.

A Instituição, e não o indivíduo, deve, sim, ser evidenciada a cada vitória, a cada trabalho bem-sucedido em todos os meios de divulgação possíveis, em detrimento da vaidade pessoal daqueles que só visam se servir e jamais servir com dedicação e competência à sociedade, vez que regiamente pagos por ela, única merece-

dora de nosso respeito e proteção.

Retorno, para concluir, à filosofia: "**Os grandes paradoxos são as grandes verdades**", dizia Huberto Rohden. Da luta entre o *Ego* e o *Eu*, entre o **bem e o mal**, deve ser revelada a **grande síntese complementar entre o homem inferior e o homem superior**, noticiada com eloquência pelo apóstolo Paulo, quando escreveu aos Romanos.

Assim, que desta vitoriosa *síntese* possa renascer um novo Departamento de Polícia Federal para o bem da sociedade brasileira e para o bem de seus integrantes, que têm o impostergável dever de entregá-lo intacto às futuras gerações.

* *O Delegado de Polícia Federal Eliúld Gonçalves Pereira é associado da ADPF, tendo dirigido a Academia Nacional de Polícia de Polícia de 24/04/95 a 29/06/96.* ■

CONSERVADORA



**VIGILÂNCIA
ARMADA E DESARMADA**

**PROFISSIONAIS FORMADOS
E RECICLADOS
PERMANENTEMENTE
PARA SUA SEGURANÇA**

FONE FAX: 233-4870

233-4828

SAAN QD. 2 - LT 1254 - LT 1275 - BRASÍLIA - 233-4870

Corregedoria da União, um canal aberto entre cidadania e Governo

BAIRTON SAMPAIO

A *austeridade estampada no semblante de Anadyr de Mendonça Rodrigues, confirmada na seriedade, amplitude e desenvoltura como aborda os mais diversos temas relacionados com a sua missão de primeira Corregedora-Geral da União, dilui-se pela polidez, simplicidade e, diria, até candura como a jovial senhora de 66 anos recebeu o editor da revista Prisma e Assessor de Imprensa da ADPF para uma entrevista de quase uma hora de duração, na qual manifestou o propósito de transformar a CGU em um canal aberto entre a cidadania e o Governo Federal.*

A Dr.^a Anadyr expôs as diretrizes da Corregedoria-Geral da União no combate à corrupção



Anadyr de Mendonça Rodrigues

Mais do que uma simples entrevista, foi uma frutífera conversação entre entrevistada e entrevistador, em alguns momentos transformada numa análise estrutural e sociológica sobre as origens culturais e étnicas do povo brasileiro e sobre atos de corrupção e escândalos que atingem o núcleo do próprio Governo, fenômenos que, no seu entendimento, não arranhem a autoridade do Presidente da República. Sem perder a postura inerente ao cargo, Anadyr de Mendonça Rodrigues despiu-se, em alguns instantes, do cargo de Corregedora-Geral da União, para se manifestar como uma apaixonada cidadã brasileira, amante de sua nacionalidade.

Em sua entrevista, Anadyr tece comentários sobre pareceres por ela emitidos, quando exerceu o cargo de Subprocuradora-Geral da República, em algumas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, oportunidades em que pontificou que **"não se inseria dentro das atribuições do Ministério Público a efetivação de diligências investigatórias"**. Anadyr de Mendonça Rodrigues destacou a visita de cortesia que lhe foi feita por integrantes do Conselho Diretor da ADPF, pondo-se à disposição da Entidade de Classe.

Advogada militante, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com colação de grau em 1958. Administradora, teve o seu Título de Habilitação Profissional expedido pelo Conselho Federal de Administração, em 1970. Aposentada no ano de 2000, como Subprocuradora-Geral da República (cargo que ocupou a partir de 1972, quando foi aprovada em concurso público), assumiu a Corregedoria-Geral da União desde o dia 2 de abril de 2001, data em que foi nomeada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Exerceu vários cargos e funções junto ao Governo do Distrito Federal de 1961 a 1972. Primeira membro do Ministério Público Federal do sexo feminino designada pelo Procurador-Geral da República para ter assento perante Turma do STF, em 1989; primeira membro

do Ministério Público Federal do sexo feminino a ter assento perante o Plenário do STF, em sessão extraordinária realizada no mesmo ano; representante do Ministério Público Federal na Delegação Oficial designada pelo Presidente da República, para participar da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1975; e primeira mulher a exercer o cargo de Advogada-Geral da

ser interpretada como o reconhecimento do Presidente da República quanto à capacidade da mulher também ocupar os mais elevados postos da administração pública brasileira?

Anadyr - Eu digo que sim. Ser mulher foi um dos fatores que realmente definiram a escolha pelo Senhor Presidente da República. É bem verdade que há muitos profissionais que teriam con-



A Dr.ª Anadyr de Mendonça Rodrigues pediu a colaboração da ADPF no desempenho das funções institucionais da Corregedoria-Geral da União

União, interinamente, de 17 a 22 de janeiro de 2001, por decreto do Presidente da República.

Condecorada com a **Medalha do Mérito Buriú**, concedida em 1972 pelo Governo do Distrito Federal; com a **Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho**, concedida, em 1993, pelo Superior Tribunal do Trabalho, no grau de Comendador; e com a **Medalha da Ordem do Rio Branco**, concedida por Decreto presidencial, no dia 26 de abril de 1996, Anadyr de Mendonça Rodrigues chega à Corregedoria-Geral da União com este vasto currículo, disposta a continuar representando bem a mulher em tão elevado posto da administração pública brasileira.

Prisma - A sua nomeação para o cargo de Corregedora-Geral da União, além de seus próprios méritos, poderia

dições iguais ou melhores do que a minha para exercer esse cargo, mas era o momento de prestigiar-se a mulher. Estou muito consciente disso e tenho procurado representá-la.

Prisma - Nesse particular, sem nenhum constrangimento, confesso-lhe (o entrevistador), senhora Corregedora-Geral, que o meu "lado feminino", que, eventualmente, me leva a escrever poesia, sem detrimento de minha prevalência masculina, aplaudiu a sua nomeação...

Anadyr - Isso é muito bom de ser ouvido por um homem. A propósito, estou lendo um livro (**Os parceiros invisíveis**, de John A. Sanford) exatamente agora, que trata desse tema. Todos nós seres humanos temos o nosso lado feminino e o lado masculino, sendo que, conforme as atitudes, há uma preponderân-

cia. Esse meu lado profissional tem muito de masculino, sendo a forma de exteriorizá-lo. Mas, é bom que se diga, o meu lado feminino eu faço questão de preservar-lo.

Prisma - A senhora foi nomeada primeira Corregedora-Geral da União como uma aparente resposta da Presidência da República ao clamor da sociedade, contra a onda de corrupção que grassa em altos postos governamentais. Mal a senhora tomou posse, novas denúncias surgiram envolvendo o núcleo do Governo Federal. A nova Corregedoria-Geral terá condições de levar a bom termo a sua missão, tamanha a carga de trabalho que tem pela frente?

Anadyr - Há uma série de "considerandos" a fazer. Primeiro, eu não diria que a instituição da Corregedoria-Geral foi uma resposta do Governo ao clamor popular. Diria que o Governo foi sensível a esse momento e que há uma consciência ética cada vez maior na vida nacional. A impressão que tenho é a de que esse fenômeno de denúncias e de escândalos que todo o dia afloram nos jornais não é bem uma causa, é consequência do despertar ético que está existindo na sociedade. A verdade é que temos discutido muito isso: se, de fato, aumentaram os casos de corrupção e se os escândalos,

hoje, são maiores do que antes. O senhor sabe que o jornalismo é uma caixa de ressonância, de repercussão dos fatos sociais...

Prisma - A senhora considera que a corrupção e os escândalos de todos os tipos sempre existiram em grandes proporções, sendo fato novo, apenas, estarem eles, hoje, mais no domínio público?

Anadyr - De fato, acho, primeiro, que, hoje, há mais divulgação. Vivemos em um mundo on line, onde a velocidade da notícia é muito maior. Depois, como já salientei, eu acredito, especialmente, que há muito mais consciência ética. Os meios de comunicação atingiram camadas que, antes, ficavam à margem das notícias, das informações. Nos dias de hoje, por mais pobre que se seja, praticamente não existe mais quem não tenha acesso à informação básica. É bem ilustrativo o seguinte exemplo: numa favela, você pode não ter arroz ou feijão na panela, mas, certamente, haverá um radinho de pilha ou talvez uma TV ligada, o que demonstra que a informação está chegando cada vez mais longe e de forma mais rápida, atingindo, crescentemente, os mais diversos segmentos da sociedade. Isso contribuiu para a formação - que é outra função da imprensa - de uma consciência ética muito mais aguda. Claro que essa consciência também chegou ao plano governamental. Nesse contexto, foi criada a Corregedoria-Geral. Como disse antes, muito mais do que uma resposta tópica a uma conjuntura política, como se pretendeu passar essa idéia, o que houve foi a sensibilidade do Governo Federal ao perceber que chegou o momento de extrema valorização ética no País.

Prisma - A impunidade não será um fator que pode inviabilizar qualquer esforço no sentido de minorar o problema da corrupção no País?

Anadyr - Eu também tenho muita dúvida quanto a esse conceito generalizado de impunidade. Considero muito simplista esta afirmação, sem se atentar para outros problemas e circunstâncias

que atuam nessa mesma questão. Fala-se muito em impunidade, mas ao mesmo tempo estamos com as prisões explodindo de presos. O senhor sabe que um dos grandes problemas do País é não se ter onde colocar mais presos. Não há prisão nem para presos privilegiados como o Juiz Nicolau. Então, seria isso impunidade? Acho que não. Impunidade haveria se nossos presídios estivessem todos vazios.

Prisma - Mas, me parece que a sociedade critica mais o fato de os presídios estarem abarrotados pelos chamados "ladrões de galinha", pessoas mais pobres, sem recursos para contratar bons advogados.

Anadyr - Estamos chegando no ponto que eu gostaria de abordar. Não há, propriamente, uma impunidade generalizada. Há, sim, um sistema deficiente, que, hoje, permite válvulas de escape para quem sabe se servir das possibilidades que o sistema permite. O problema da impunidade tem de ser analisado em conjunto com a questão das leis processuais que, hoje, permitem o assoberbamento do Poder Judiciário, prejudicando a celeridade desejada. A própria Justiça morosa é a negação da Justiça. O sistema processual permite uma multiplicidade quase infinita de recursos, o que inviabiliza a prestação ágil da Justiça. Não adianta ela chegar se chega tarde, fazendo aumentar a sensação de impunidade.

Prisma - Qual o melhor caminho a seguir?

Anadyr - Estamos vivendo um momento de profunda transformação social, na qual as elites estão sendo reptadas a meditar, esquecendo os interesses corporativos. Na análise que faço, levo em conta que a Constituição de 1988 sublimou muito a defesa dos interesses individuais, tanto que ela recebeu o nome de **Constituição Cidadã**, batizada pelo saudoso Deputado Ulisses Guimarães. Vínhamos, obviamente, de um tempo de escuridão democrática. Cuidou-se de proteger o cidadão, mas, essa proteção exacerbada traz, hoje, uma consequência que está se tornando nefasta, com cerceamen-

A impressão que tenho é a de que esse fenômeno de denúncias e de escândalos que todo o dia afloram nos jornais não é bem uma causa, é consequência do despertar ético que está existindo na sociedade.

Anadyr de Mendonça Rodrigues

to dos direitos da própria sociedade. Talvez seja o momento de se pensar numa redução tolerável dos direitos assegurados aos cidadãos, para que os direitos da sociedade sejam mais protegidos. Entendo que a questão da impunidade também se situa nesse contexto.

Prisma - A senhora defenderia a redução do número de recursos?

Anadyr - Se ao invés dessa infinidade de recursos hoje facultados aos litigantes, forem limitado a dois, três ou no máximo quatro, certamente o interesse da parte poderá não ser tão atendido, mas o interesse da sociedade o será. Limitemos o número de recursos que terão nas ações ajuizadas e haverá, então, a possibilidade de se dar o mesmo tratamento a todos os feitos que vão ter à Justiça, independentemente da qualidade do advogado e das possibilidades financeiras das partes. Insisto em reiterar que o problema da impunidade passa, necessariamente, por todas essas considerações.

Prisma - Como a senhora analisa a situação do Judiciário, dentro dessa reflexão?

Anadyr - Eu acho que o próprio Judiciário está se mostrando mais sensível. Esse é um fenômeno para o qual ninguém ainda atentou. Existem apurações que, hoje, estão em curso, que datam de muitos anos, e que, até então, não tinham obtido alguma repercussão no sentido de serem adotadas medidas acautelatórias. Agora, o Judiciário está fazendo isso. Por que será? Mudaram as coisas? mudou o Judiciário? Não, acho que tudo está circunscrito a uma manifestação ética, não só por parte dos diversos setores da sociedade, no exercício da cidadania, como da imprensa e por parte do Governo, que ficou sensível a isso ou se inseriu nesse contexto.

Prisma - O Presidente da República, recentemente, declarou que não entendia a corrupção como um fenômeno generalizado, mas como uma prática de setores isolados da sociedade. De qualquer modo, a senhora não acha que estamos passando do limite

do tolerável e que, se não for contida a onda de escândalos que envolvem denúncias de corrupção no setor público, ficará caracterizada uma verdadeira inversão de valores, deixando praticamente institucionalizada a corrupção no País?

Anadyr - Eu li a fala do Senhor Presidente da República e fiquei muito satisfeita, porque Sua Excelência externou um ponto de vista que coincidiu, em grande

Será que há dez anos, quando não havia essa frequência de notícias veiculadas pela imprensa, estaríamos vivendo em um País de santos? Entendo que o problema é praticamente o mesmo, no passado e no presente, só que, hoje, há mecanismos que permitem sejam essas irregularidades detectadas, com muito mais facilidade, pela imprensa.

parte, com manifestação que a Corregedora-Geral da União expendeu perante a imprensa, há pouco tempo. Tenho sustentado exatamente isso: que não há um aumento avassalador da corrupção, no sentido de se entender que foi instalada no Brasil uma "pandemia ética". Ao contrário, como já disse, atribuo isso, em grande parte, à velocidade da informação e à existência de um aparelhamento repressor mais aperfeiçoado.

Prisma - Desculpe-me, mas a senhora não estaria minimizando a situação?

Anadyr - O fato de haver, hoje, tanta notícia sobre irregularidades administrativas também deve ser atribuído, em grande parte, à circunstância de que há instrumentos, na própria administração, que

detectam essas irregularidades. Será que há dez anos, quando não havia essa frequência de notícias veiculadas pela imprensa, estaríamos vivendo em um País de santos? Entendo que o problema é praticamente o mesmo, no passado e no presente, só que, hoje, há mecanismos que permitem sejam essas irregularidades detectadas, com muito mais facilidade, pela imprensa. Exemplo disso é o problema do DNER, que está freqüentando páginas e mais páginas do noticiário. A Corregedoria-Geral da União, no desempenho de suas atribuições rotineiras, fez uma correção ordinária no DNER e detectou a existência das irregularidades sobre as quais hoje tanto se fala, tendo tais fatos chegado à imprensa, que os tornou públicos. Mas, isso tudo não foi, propriamente, resultante de uma investigação dos veículos de comunicação.

Prisma - Dr.^a Anadyr, de qualquer modo, as denúncias de corrupção...

Anadyr - Desculpe-me, meu caro jornalista, mas permita-me fazer uma observação, antes de sua próxima pergunta. Por coincidência, recentemente, a Folha de S. Paulo publicou um artigo de autorizado jornalista - Luiz Nassif - que se referia exatamente a esse fato. Ele iniciava o seu artigo dizendo que a Corregedora-Geral da União, quase crucificada, foi tida como ingênua, logo nas suas primeiras declarações, ao sustentar que a corrupção não é tanta assim no País, estando nos níveis do mundo inteiro. O artigo se propôs a demonstrar que a situação, ao contrário, é muito melhor do que em 1988. O Ministério Público tem muito mais garantias, hoje exercendo um papel muito mais ativo do que antes, enquanto o Judiciário está mais aparelhado. Eu tive a oportunidade de enviar um e-mail, cumprimentando-o por sua análise, segundo a qual não existe, propriamente, uma "pandemia ética" no Brasil.

Prisma - Como ia dizendo, de qualquer modo, as denúncias de corrupção atingiram o núcleo do Governo. Isso não resvala na autoridade do próprio Presidente da República?

Anadyr - Eu acho que a autoridade do Senhor Presidente da República só seria atingida pelos escândalos que, em todos os níveis, estão sendo divulgados, se Sua Excelência compactuasse e se omitisse em relação a eles. Mas, muito ao contrário, o que tem sido evidenciado é que o Presidente da República e o Governo Federal como um todo estão, dentro das possibilidades que a Constituição lhes oferece, tomando todas as medidas possíveis para debelar essa situação. Digo mais: com muita coragem. Inclusive, a própria criação da Corregedoria-Geral da União revela que Sua Excelência atentou, antes de tudo, para o interesse nacional e depois para suas conveniências políticas, ao contrário do que se publicou nos jornais, interpretando esse gesto como uma válvula escapatória para evitar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A sua instalação, aliás, seria até uma tolice muito grande, porque é sabido que o âmbito de atuação de uma CPI é muitas e muitas vezes menor do que o que fora reservado para a Corregedoria-Geral da União e Sua Excelência ousou até nisso, de modo que não vejo como se afirmar que essa situação possa atingir ou mesmo arranhar, em alguma coisa, a autoridade presidencial.

Prisma - *A senhora se referiu a outros países. Nós temos o caso do Japão, onde sistematicamente há substituições de primeiro-ministro, por envolvimento em corrupção. Já na antiga Alemanha Ocidental, o ex-Chanceler Willi Brandt sentiu-se no dever de renunciar, na década de 70, porque uma determinada autoridade, do 2.º escalão de seu Governo, havia passado segredos para Berlim Oriental, por entender que o seu Governo - e não ele, o político, que continuou, inclusive, sendo respeitado em seu País e no mundo - ficou exposto à desconfiança do povo alemão. Como a senhora analisa essa situação, trazendo para o contexto da realidade brasileira?*

Anadyr - Analiso de maneira altamente positiva. O que isso demonstra? O fato

de, no Japão, periodicamente, termos notícia de que algum primeiro ministro cai, em função de denúncia de corrupção, mostra que o sistema de controle ético daquele País é muito eficiente. Parece, no entanto, uma utopia supor-se que existe algum país do mundo em que jamais houve desvios éticos. Devemos nos lembrar que seres humanos habitam todos os países. O ser humano é, por essência, falível. Não fosse isso, seria desnecessária a existência dos códigos penais. Não se tem notícia de algum país que tenha prescindido, em algum estágio de sua evolução, de um sistema penal para a re-

Talvez seja o momento de se pensar numa redução tolerável dos direitos assegurados aos cidadãos, para que os direitos da sociedade sejam mais protegidos. Entendo que a questão da impunidade também se situa nesse contexto.

pressão de eventuais desvios de conduta. Digo mais: essas práticas irregulares detectadas em outros países me dão até um consolo enorme. É sinal de que lá, como aqui, não é um país, ou países de santos.

Prisma - *De fato, não é um País de santos, mas não é extremamente perigoso ver aumentar, crescentemente, o número de demônios?*

Anadyr - O brasileiro é muito jocoso com suas próprias falhas. Há, inclusive, uma certa disposição das pessoas se autoflagelarem, dizendo: "o Brasil é assim mesmo, não tem mais conserto". Essa é uma maneira muito trágica de pensar, pois contribui para destruir o orgulho da naci-

onalidade. Nessa grande "brincadeira", consubstanciada naquela velha piada de que o criador escolheu o País mais maravilhoso do mundo, cheio das mais belas praias e natureza, recursos e tudo o mais. Em compensação, no entanto, nele colocou o pior povo do mundo. O senhor sabe, como eu, que isso não é verdade. É uma piada de muito mau gosto. Nós temos razão de sobra para nos orgulharmos da nossa nacionalidade. A História está aí para nos colocar no concerto mundial, sendo dignos de nos orgulhar de sermos brasileiros.

Prisma - *a senhora fez uma avaliação estrutural, diria sociológica, sobre a questão. Permita-me também incursionar na seara da reflexão, fazendo uma pausa no roteiro traçado para essa entrevista. Muitas vezes me debruço para meditar sobre...*

Anadyr - Que bom, o que nos falta, hoje, é isso. Mais pessoas que meditem, pois a meditação é muito importante para a solução dos problemas nacionais.

Prisma - *Como ia dizendo, meditando sobre nossa origem como povo, ocorre-me divagar sobre os primórdios do processo de colonização brasileira, fazendo um paralelo com a colonização de outras nações, como os Estados Unidos, por exemplo. Não há como deixar de reconhecer o mérito americano, no seu surgimento como povo. Ingleses e irlandeses batalharam, mataram e morreram, em suas lutas com os nativos, na conquista da terra, mas fizeram surgir uma grande e operosa Nação. Quanto aos nossos primórdios, haveremos de convir que foi bem diferente. A Coroa portuguesa que fатиou em 13 Capitânias Hereditárias este imenso País-Continente entregou-as, de mão beijada, aos "apaniguados", que usaram a escória expulsa de Portugal, os nativos e os escravos, e estes se mesclaram para a formação do povo brasileiro. Essa etnia, que certamente inspirou Mário de Andrade, em seu "Macunaíma", não seria, de alguma forma, a responsável por esse jeitinho brasi-*

leiro, da comodidade, do não gostar de fila, do invadir o direito alheio, do desrespeito a certos princípios, traços que com certa maledicência, legou ao Brasil a pecha do País do carnaval, do samba e do futebol ?...

Anadyr - Bom, agora, quem vai falar não é a Corregedora-Geral da União. É uma cidadã, que também não é uma socióloga, e que está arranhando, invadindo seara alheia, mas não fujo à reflexão, pois divagação é comigo mesmo. E essa, realmente, é de uma tentação enorme. Eu acredito que nós tivemos uma formação absolutamente diferente, em relação aos países anglo-saxônicos, porque nós tivemos a colonização portuguesa, que tem características absolutamente diferentes. Agora, do ponto de vista muito particular, eu digo: graças a Deus. Porque? o que nos caracteriza, fundamentalmente, como povo? é uma consciência fortíssima de direitos quanto à liberdade. Ninguém preza mais a liberdade individual do que o brasileiro. Vou lhe contar um detalhezinho: eu estive em Los Angeles, há dois anos, e até filmei, meio assustada, com uma "camerazinha" - afinal de contas, trata-se do País da liberdade - uma placa na praia que tinha uns 12 no (não). No isso, no aquilo, no aquilo, no aquilo... Eram imensas placas de limitações do direito de ir e vir, instituto esse que, no Brasil, é de uma grande amplitude. Aliás, acho que, aqui entre nós, será muito difícil instalar-se algo que é prática em outras partes do mundo: a existência de roletas para se controlar o ingresso nas praias.

Prisma - *A senhora concluiria que o brasileiro tem mais alegria de viver?*

Anadyr - Não tenho a mais leve dúvida. Não sei se é só por conta de nossa origem ou se é porque temos uma natureza belíssima, que não nos submete a flagelos como o frio exagerado. O máximo que temos são ressacas, que acabam sendo transformadas até em motivo de atração. De fato, somos privilegiados em vários aspectos: temos um País de uma natureza excepcional, com um clima bem-

fazejo e uma herança étnica que nos incutiu, também, uma postura filosófica e sociológica de acolhimento absoluto ao princípio das liberdades individuais. Somos um País hospitaleiro, que o diga nossa imigração, a mais diversificada. É bem verdade que, tudo isso, trouxe uma certa peculiaridade. Nós não temos aquela organização anglo-saxônica.

Prisma - *Alguns analistas citam o fato de o Brasil ser um País "ainda jovem", apesar de seus 500 anos, procurando justificar a forma sui-gêneris de ser do brasileiro, seus costumes e cultura adversa em relação às demais nações, inclusive os próprios problemas econômicos e sociais que se avolumam, com o crescimento populacional.*

Anadyr - Continuarei divagando. Sou

brasiliense. Assim me considero porque embora tenha nascido em São Paulo (capital), vim para Brasília há 40 anos, transcorridos exatamente no dia 4 de junho. Em São Paulo, eu tinha uma visão praticamente delimitada à capital paulista, numa visão de quem nunca de lá tinha saído. Vim para Brasília ainda bem jovem, com pouco mais de 20 anos. Foi quando passei a ter a exata noção de brasilidade, porque foi aqui onde vim conhecer pessoas oriundas de outros Estados, com muita proximidade. Passei a conviver com as características de cada região. A hospitalidade, a prudência mineira, a coragem gaúcha, o seu modo de ser encantador, o apego à terra do goiano, a inteligência e a verve nordestinas, que me encantam e que não me canso de admirar; a contagi-

Suas entregas merecem o tratamento da **FASTER** AIR EXPRESS

Escolha um dos maiores agentes de carga aérea doméstica do Brasil. Suas operações agradecem.

- Avançada Tecnologia de Informação
- Gerenciamento de Risco integrado em todo o Brasil
- As maiores opções de voo nas melhores empresas aéreas
- Soluções personalizadas para cada cliente

Ligue para nós e solicite a visita de um representante, ou venha nos visitar, estaremos à sua disposição.

Guarulhos SP • Manaus AM • Rio de Janeiro RJ
(11) 6462-1300 (92) 644-3777 (21) 474 5011

www.fasterair.com.br

FASTER
AIR EXPRESS

ante alegria e descontração do carioca, o pioneirismo do nortista, e assim por diante...

Prisma - Seria, Brasília, o substrato da formação do povo brasileiro?

Anadyr - Brasília permitiu que os brasileiros que vieram para cá, dos mais diferentes pontos do País, inclusive os governantes, assimilassem os diferentes matizes da nacionalidade. Então, o Brasil não é apenas carnaval, praia e futebol. Nossa Pátria tem muitas outras características que podem nos encher de orgulho. Hoje, tenho esta consciência dos múltiplos padrões étnicos e culturais de todos os tipos, em função da nossa ampla diversidade. Eu recomendaria a todas as pessoas que, de vez em quando, ficam um pouco desanimadas com as características nacionais, que façam um estágio em Brasília, pois isso recicla e permite conhecer mais a potencialidade do Brasil e de seu povo.

Prisma - Dr.^a Anadyr. Estas reflexões entre uma cidadã e um cidadão dariam uma matéria à parte, mas eu preciso continuar entrevistando a Corregedora-Geral. É bem verdade que se dispuséssemos de tempo, haveríamos de aprofundar o empolgante tema, como a mesmo reconheceu.

Anadyr - Como já frisei, fazer divagação é comigo mesmo....

Prisma - Dr.^a Anadyr, a senhora, quando exerceu o cargo de Subprocuradora da República, emitiu pareceres em algumas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, nos quais manifestou-se contra a feitura de Inquérito Policial pelo Ministério Público. A senhora mantém essa mesma posição?

Anadyr - Tenho que ser coerente com o que já escrevi. Manifestei-me dizendo entender que essas ADINs mereciam ser julgadas procedentes e não vejo motivo para alterar, hoje, esse modo de pensar. De fato, como Subprocuradora da República, fui incumbida de emitir pareceres em algumas ADINs que versavam, de uma forma ou de outra, sobre a questão da amplitude da competência dos

membros do Ministério Público em geral, não só da União. Naquela época, ainda não havia nenhuma discussão interna ou externa no Ministério Público sobre esse tema que é, absolutamente, de natureza doutrinária, exaurindo-se na análise do texto constitucional. Acho que minha manifestação foi até pioneira, ao analisar a questão na minha ótica de profissional do Direito. Em três ou quatro ocasiões, não me lembro ao certo, tive a oportunidade de me pronunciar, pontificando que

Em três ou quatro ocasiões, não me lembro ao certo, tive a oportunidade de me pronunciar, pontificando que não se inseria dentro das atribuições do Ministério Público a efetivação de diligências policiais investigatórias.

não se inseria dentro das atribuições do Ministério Público a efetivação de diligências policiais investigatórias. Assim concluí entendendo que a Constituição Federal de 88 reservou estas atividades aos aparelhos policiais propriamente ditos. De lá para cá, a questão extrapolou do âmbito daqueles autos específicos e passou a constituir uma grande polêmica que se trava no seio do próprio Ministério Público.

Prisma - Como a senhora analisa essa questão, nos dias de hoje?

Anadyr - O Supremo Tribunal Federal chegou a analisar alguns processos, mas entendeu que não havia propriamente ofensa direta à Constituição e sim indireta, porque se ofensa houvesse, seria ao preceito da Lei Orgânica do Ministério Público. Não se chegaria à Constituição

senão mediante uma forma indireta. Mas, houve até a propositura de uma ação, sobre a qual eu entendo que o Supremo vai ter de se pronunciar sobre o mérito, arguindo a inconstitucionalidade da própria Lei Orgânica do Ministério Público. Trata-se de um dispositivo que está sendo interpretado como se autorizasse a realização de diligências policiais por parte do Ministério Público. Essa ADIN pede que o Supremo declare a inconstitucionalidade desse dispositivo ou, o que é possível na técnica das ADINs, que o interprete conforme a Constituição, o que, caso seja acolhida, essa propositura desautorizará a interpretação elástica que está sendo dada, no sentido de permitir ao MP a realização de diligências investigatórias. Trata-se, como já frisei, de uma matéria puramente doutrinária.

Prisma - Prisma - Recentemente, a senhora recebeu uma visita de cortesia de integrantes do Conselho Diretor da ADPF, tendo à frente o Presidente Bolivar Steinmetz, acompanhado dos Conselheiros Edina de Melo Horta, Mário Cassiano Dutra e Joel Zarpellon Mazo. Na oportunidade, foi-lhe entregue um documento sobre a situação de vários Delegados de Polícia Federal que se encontram sub judice. Como a senhora vê esta questão?

Anadyr - Recebi a visita de cortesia do Conselho Diretor da ADPF, que foi muito bem vindo. A intenção da Corregedoria-Geral da União é trabalhar em harmonia com todas as Entidades de Classe, representativas dos vários segmentos dos servidores públicos. Foi uma visita de extrema cordialidade. Concomitantemente, foi entregue um expediente à Corregedoria sobre o problema que está havendo com alguns Delegados de Polícia Federal sub judice, uma questão que está pulverizada em vários Estados. A Associação sustenta que há interesse público em dar uma imediata solução ao problema. Essa matéria já foi até examinada pela Corregedoria-Geral da União, que a encaminhou à apreciação da douta Advocacia-Geral da União, que a está exami-

Anadyr de Mendonça Rodrigues

nando, para ver se há providências a serem adotadas.

Prisma - *Como a Polícia Federal, particularmente, a classe dos Delegados de Polícia Federal poderá ajudá-la a levar a bom termo a sua missão?*

Anadyr - Quando houver indícios de responsabilidade penal, a Corregedoria-Geral da União encaminhará requisições para serem feitas investigações pelo Departamento de Polícia Federal, inclusive, quanto a representações ou denúncias que se afigurem manifestamente caluniosas. Nas hipóteses em que, em Inquéritos Policiais Federais verificar-se a ocorrência de lesões ao erário, que recomendem ressarcimento, a remessa de cópias de seus autos à CGU possibilitará a apuração administrativa de ação civil de inde-

nização aos cofres públicos, pela Advocacia-Geral da União.

Prisma - *A senhora desejaria fazer mais alguma manifestação?*

Anadyr - Desejaria reiterar que a Corregedoria-Geral da União tem a pretensão de ser um canal de comunicação entre a cidadania e o Governo, cidadania essa que, no meu entender, abrange todo e qualquer cidadão, especialmente, os servidores públicos. Minha palavra à Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal é no sentido de

pedir a sua colaboração, no desempenho das funções institucionais da Corregedoria-Geral da União, e dizer que estou à mais inteira disposição da Associação e de cada um de seus associados. ■

DENÚNCIAS



Qualquer cidadão pode apresentar denúncias à Corregedoria-Geral da União, bastando, para tanto, que acesse o site www.Presidencia.gov.br, obedecendo a seguinte seqüência: na página da Presidência da República, clique na palavra ESTRUTURA. Aparecerá uma lista de órgãos da Presidência, entre os quais a Corregedoria. Clicando nela, o interessado terá acesso a um formulário para apresentar denúncias.

CHEVROLET. SEGURANÇA QUE VEM DE FÁBRICA.

Há mais de vinte anos, a Chevrolet vem oferecendo segurança à comunidade através de sua parceria com as polícias municipais, estaduais e federal de todo o Brasil.

São viaturas Corsa, Astra, Vectra e Blazer prontas para entrar em ação a qualquer momento.

Viaturas Chevrolet. Segurança máxima.



ANDANDO NA FRENTE

CONCURSO DPF/93

Proposta para uma Solução

* DR. JOEL ZARPELLON MAZO

Em face de reiteradas notícias sobre a questão do *sub judice* no âmbito da nossa Polícia Federal, percebemos que a situação começou a causar transtornos. Assim, sentimos no dever de tecer algumas considerações quanto aos reflexos negativos decorrentes da falta de uma solução justa e conciliadora.

Na intenção de contribuir com idéias que possam ser consideradas, trazemos um breve resumo histórico da situação dos candidatos regularmente aprovados em todas etapas e fases do concurso público para cargos da carreira Polícia Federal, instituído pelo Edital n° 01/93-ANP (CONCURSO 93), com uma proposta de sugestão para solucionar a questão.

I - DO CONCURSO PÚBLICO

Em 11 de maio de 1993, a Academia Nacional de Polícia/DPF (ANP/DPF) publicou o Edital n° 01/93-ANP, regulamentando concurso público para provimento de 1.600 cargos da Carreira Policial Federal, que compreende as classes Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Agente de Polícia Federal e Escrivão de Polícia Federal, colocando a termo um longo período de 09 anos (1987/1993) em que a Academia Nacional de Polícia/DPF deixara de realizar concursos para a Carreira Policial Federal.

Em busca de uma solução definitiva e justa para com aqueles que se encontram *sub judice*, entendemos importante tecer algumas considerações cristalinamente amparadas em parecer jurídico e em reiteradas decisões judiciais, a seguir demonstradas.

II - DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO

O Decreto-Lei n° 2.320 de 26.01.87, que dispõe sobre o ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Federal, a Portaria n° 172 de 19 de março de 1993, que dispõe sobre as Instruções Gerais de Concursos aplicadas a concursos para a Carreira Polícia Federal e o Edital n° 01/93-ANP, norteiam os parâmetros legais para o processo seletivo.

Conforme o item 1.01 das Instruções Gerais de Concursos em que se pauta o Edital n° 01/93-ANP, a seleção para provimento de vagas da Carreira Policial Federal, compreende duas etapas distintas, concurso e curso:

1.01 - *A seleção para provimento das vagas existentes nas classes iniciais das categorias funcionais da Carreira Policial Federal, consoante a legislação retromencionada, exige uma dinâmica de concurso curso, cuja execução envolve duas etapas distintas, que se regularão pelas presentes Instruções Gerais e pelas instruções específicas que serão baixadas, mediante editais, para cada concurso, pelo Diretor da Academia Nacional de Polícia.* (grifos nossos)

1.02 - *A primeira etapa compreenderá concurso público de provas e exames ou provas, títulos e exames de seleção à matrícula no Curso de Formação Profissional para a classe pretendida e constará de:* (grifos nossos)

1.03

a) primeira fase - que compreenderá:

I - *Provas de conhecimentos ou provas de conhecimentos e provas de títulos.*

O Dr. Mazo fundamentou a sua análise em parecer jurídico e em decisões judiciais



II - *prova prática de datilografia - esta apenas para os concursos de Escrivão de Polícia Federal e Papioscopista Policial Federal.*

b) segunda fase - que compreenderá:

I - *exame psicotécnico*

II - *exame médico*

III - *prova de capacidade física;*

1.03 *A segunda etapa constará de Curso de Formação Profissional e realizar-se na Academia Nacional de Polícia, para fins de provimento das vagas por nomeação.* (grifos nossos)

A Portaria n° 172-DPF, que dispõe sobre as Instruções Gerais de Concursos aplicadas a concursos para a Carreira Polícia Federal, no item 3.03 assim prescreve:

"3.03 - *Todas as provas e exames serão de caráter eliminatório e realizar-se-ão nas respectivas localidades de inscrição, ou em outras, designadas, supervisionadas e fiscalizadas pela Academia Nacional de Polícia.*" (grifos nossos)

E complementa no item 10.01:

"10.01- *O Curso de Formação Profissional, também de caráter eliminatório regular-se-á pelo respectivo Plano de Curso e normas em vigor na Academia Nacional de Polícia.*"(grifos nossos)

Fixados estes pontos, trazemos à baila PARECER N° CR/JM-1092 (Processo 35097.039563/92-79), da CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA, proferido pelo Ilustre Consultor da República DR. JOSÉ MÁRCIO MONSÃO MOLLO, sobre o concurso público realizado pelo INSS para provimento do cargo de FISCAL DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, também realizado em duas etapas.

"20. É evidente o erro cometido no item 33, pois se o concurso é realizado em duas etapas e se a segunda etapa é obrigatória e eliminatória (itens 7, 20, 23 e 31 do Edital), a homologação da primeira etapa só pode ser considerada como uma "homologação parcial" e não "final".

21. Aliás, o uso da expressão "homologação" para os resultados da primeira etapa é impróprio, demonstrando erro ou desconhecimento de quem assim a utilizou. O que se homologa, num concurso público, é o seu resultado final, e não os parciais."

E conclui adiante:

"26. Não tenho, pois, qualquer dúvida, *data maxima venia*, de que o prazo de validade de concurso, realizado em duas etapas, só pode ser contado a partir da "homologação" da segunda etapa, que na realidade é a homologação do resultado final do certame."

Ora, se o concurso regulado pelo o Edital n.º 01/93-ANP, foi realizado em duas etapas, como acima se demonstrou, **ambas em caráter eliminatório**, há que se concluir que as regras do referido Edital enquadram-se no PARECER N.º CR/JM-1092, do Ilustríssimo Consultor da República.

No entanto, a Academia Nacional de Polícia (ANP) entendeu por bem fixar como termo final para Homologação do concurso regulado pelo Edital n.º 01/93-ANP, o resultado da primeira etapa, fixando a partir daí o dies a quo para contagem do prazo de validade do concurso, nos moldes do previsto no item 8.01., abaixo parcialmente transcrito:

" 8.01 – O concurso público terá validade de dois anos, a contar da data de publicação da homologação em D.O.U..."

Ora, se o concurso foi homologado, de forma equivocada, em 29.12.1994, com a publicação do resultado final da primeira etapa, dentro deste raciocínio o mesmo deveria expirar em 29.12.1996 !!!

Exsurge daí um primeiro questionamento: Estando por "encerrado" o concurso em 29.12.1996, como quis a ANP, como justificar o fato de a última turma ter concluído o curso de formação em 28.05.1997?

De fato, ainda que a ANP tenha convocado tais candidatos dentro do "prazo de validade" que sempre defendia, realizou, de forma contraditória, Curso de Formação Profissional, fora deste prazo, quando é sabido que a segunda etapa, qual seja, o curso de formação, à luz do disposto nos artigos do Edital n.º 01/93-ANP, é também de caráter eliminatório e classificatório, o que demonstra que o concurso permanecia em pleno andamento, produzindo todas as conseqüências jurídicas dele decorrentes.

É incontestável, conforme a regulamentação do processo seletivo, que a homologação deveria ser única e ocorrer após a conclusão da segunda etapa, ou seja, do Curso de Formação Profissional, e não quando findada apenas a primeira etapa, pois esta, como dispõem os regimentos pertinentes, "**credencia os concorrentes apenas a realizarem a segunda etapa e não a serem nomeados**", entendimento este em absoluta consonância com o PARECER N.º CR/JM-1092 (Processo 35097.039563/92-79)

Assinale-se, por oportuno, que a própria ANP, reconhecendo os absurdos equívocos cometidos no Edital n.º 01/93-ANP, vem no Edital imediatamente posterior àquele, qual seja o de n.º 78, de 03/11/1997, "**admitir que a homologação de fato só ocorre após a conclusão da segunda etapa**", ou seja o Curso de Formação Profissional. É o que se extrai dos termos daquele Edital, senão vejamos:

"14.12 O presente processo de seleção terá como prazo de validade 45 (quarenta e cinco) dias improrrogáveis, contados a partir da data de publicação do Edital de homologação de seu resultado final, estando incluído, neste caso, o Curso de Formação Profissional.

14.14 O resultado final do processo de seleção (primeira e segunda etapas) será homologado pelo coordenador da Academia Nacional de Polícia e publicado no D.O.U.."

Com objetivo de evitar o cometimento de novos equívocos, a ANP, fez constar ainda, no item 12.1 do Edital n.º 78, de 03/11/1997, que :

" 12.1 A nota final do processo de seleção (NFPS) será a

nota obtida no Curso de Formação Profissional."

Portanto, e fortalecendo o entendimento até aqui esposado, infere-se do artigo acima referido (12.1), que de fato somente após a conclusão da segunda etapa (Curso de Formação Profissional), vez que eliminatória e classificatória, é que se consolida a situação hábil para que o certame seja homologado. Verifica-se, no entanto, que tal procedimento jamais fora adotado no processo seletivo regulado pelo Edital n.º 01/93-ANP.

Registre-se, ainda, que a partir de 29.12.1994, com a publicação do resultado final da primeira etapa do concurso regulado pelo Edital n.º 01/93, a ANP deu início a sucessivos Cursos de Formação Profissional, visando à realização da segunda etapa do concurso, sendo certo que a última turma formada teve seu resultado publicado no D.O.U. em 28.05.1997.

Portanto, como demonstrado amiúde, é a partir daquela data, qual seja, 28.05.1997, que de fato o concurso dar-se-ia por homologado, fluindo a partir de então o prazo de validade de dois anos, que se expiraria em 28.05.1999.

III - PUBLICAÇÃO DE NOVO EDITAL, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DE CONCURSO ANTERIOR, HAVENDO CANDIDATOS APROVADOS

Ocorre, no entanto que, para surpresa de centenas de candidatos aprovados, a ANP entendeu por bem publicar em 03.11.1997 novo Edital, **portanto dentro do prazo de validade do concurso anterior (02 anos), objeto do Edital n.º 01/93**, abrir novo concurso para preenchimento de cargos da Carreira Polícia Federal, configurando-se a preterição do direito à nomeação dos candidatos anteriormente aprovados. É o que se depreende da decisão abaixo transcrita, in verbis:

"*Exsurge configurador desvio de poder, ato da Administração Pública que implique nomeação parcial de candidatos, indeferimento da prorrogação do prazo do concurso sem justificativa socialmente aceitável e publicação de novo edital com idêntica finalidade.* " *Como o inciso IV (do artigo 37 da Constituição Federal) tem o objetivo manifesto de resguardar precedências na seqüência dos concursos, segue-se que a Administração não poderá sem burlar o dispositivo e sem incorrer em desvio de poder, deixar escoar deliberadamente o período de validade de concurso anterior para nomear os aprovados em certames subsequentes.*" RE 192 568/PI STF.

Ademais, é pacífico o entendimento de nossos tribunais, quando a matéria em exame versa sobre a hipótese de ocorrência de preterição:

"*Nasce o direito à nomeação, se dentro do prazo de validade do concurso para provimento de vagas destinadas ao mesmo cargo, ocorre a preterição dos habilitados, em benefício de outros candidatos aprovados em certame posterior. Diretriz que se vem fixando no STF e no STJ. Superado entendimento contrário.*

Apliação da Súmula 83/STJ.

Ademais, incabível recurso especial com apoio em divergência jurisprudencial quanto ao tema de índole constitucional. (EDRESP 164052 DF/STJ - RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. PRAZO DE VALIDADE. PRETERIÇÃO)."

Ainda na mesma esteira de raciocínio, cabe citar as decisões proferidas no ROMS 9060 GO/STJ; RESP 227664 RS/STJ; MS 3898 DF/STJ; AC 960242400-1 RJ/TRF2; além de inúmeras decisões de primeira instância.

IV – DO DIREITO À NOMEAÇÃO

Prescreve o artigo 11.01, dentro do título "11.00 – DA NOMEAÇÃO", in verbis:

"11.01 – O candidato habilitado em Curso de Formação Profissional será nomeado, em caráter efetivo, para a investidura em classe inicial da Categoria Funcional a que

concorre, da Carreira de Policial Federal, conforme preceitua o artigo 13 do decreto-lei nº 2.320, de 26/01/87.”

Sentindo-se prejudicados, vários candidatos aprovados na primeira etapa do concurso regulado pelo Edital n.º 01/93 e não convocados para o Curso de Formação Profissional (segunda etapa), viram-se obrigados a se socorrer da via judicial, obtendo, em sua grande maioria a tutela jurisdicional pretendida, qual seja o direito à inscrição no Curso de Formação Profissional, e a conseqüente nomeação.

Realmente, as decisões de nossos tribunais superiores consagram o direito inafastável à nomeação daqueles que concluíram com êxito o curso de formação profissional, reconhecendo a partir daí a consolidação de uma situação de fato.

É o que se verifica nas decisões a seguir reproduzidas:

“Decorridos mais de dois anos desde a inscrição da impetrante no curso de formação da Academia de Polícia Federal, já concluído, inafastável o reconhecimento da consolidação da situação de fato. Precedentes do STJ. (RECURSO ESPECIAL 192.954-AL (98/0078562-0)- RELATOR MINISTRO GILSON DIPP.)”

“Realizado o curso de formação profissional objeto do pedido, em que o impetrante obteve aproveitamento, com aprovação, necessário o reconhecimento da situação de fato.

Aos aprovados na primeira etapa assiste o direito de cursarem a segunda etapa, conforme ordem de classificação. Precedentes da Seção. (MANDADO DE SEGURANÇA 5.523-DF (97/0088781-2) – RELATOR MINISTRO GILSON DIPP.)”

V – OUTRAS CONSIDERAÇÕES

A Administração, embora exaustivamente tente convencer que o concurso realizado em 1993 não tenha mais validade, curiosamente pratica atos entendendo e provando exatamente o inverso.

De fato, tomemos como exemplo o ocorrido em 25 de janeiro de 2000, data em que foi nomeado “administrativamente” através da Portaria n.º 070-DG/DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, “em caráter efetivo”, o candidato remanescente do Concurso/93 ROBERTO RUBEM RIBEIRO, classificado regularmente na 1ª etapa em 856º lugar e em 116º no Curso de Formação Profissional. Fato assemelhado ocorrido, também, com outra gama de concursados.

O candidato ROBERTO RUBEM RIBEIRO obteve decisão favorável no MS 5523-DF, que foi impetrado com fim de se garantir a participação do mesmo na 2ª etapa do certame, o que efetivamente ocorreu, porém, após concluído o curso de Formação, a Administração impulsionada por requerimento administrativo, de forma correta nomeou-o, independente de execução da decisão ou ordem formal emanada do Poder Judiciário, convalidando o entendimento de que o concurso está válido e os candidatos que concluíram o concurso com aproveitamento em todas as fases, têm direito à nomeação nos cargos que pleiteiam, conforme prescreve o item 11.01, acima transcrito no tópico “DO DIREITO À NOMEAÇÃO”, corroborado por entendimento doutrinário, jurisprudencial e legal pertinentes

Em síntese, acreditamos que estamos diante de um ato administrativo vinculado: no entanto quer nos parecer que a Administração precipitou-se com relação ao processo seletivo, realizando vários Cursos de Formação Profissional sucessivamente, procedendo às nomeações logo após o término de cada curso ao invés de aguardar o término de todos os cursos de formação, cujo direito de cursar estava assegurado a todos os candidatos aprovados na primeira etapa, para, então, observada a ordem classificatória geral obtida nos Cursos de Formação Profissional nomear os melhores classificados, tudo como dispõe o art. 13 do Dec. 2.320/87 e a Portaria 172-DPF.

VI – SÍNTESE DOS PONTOS QUESTIONADOS

1. No entendimento da ANP, o prazo de validade do concurso regulado pelo Edital n.º 01/93-ANP expirou em 29.12.1996; no entanto, mesmo ciente de que o Curso de Formação Profissional é eliminatório e sobretudo classificatório, forma a última turma em 28.05.1997, época, portanto, absolutamente fora do prazo que ela própria entende ter-se expirado.

Desse modo, como se estabelecer a classificação final, se parte significativa de candidatos concluíram com êxito o Curso de Formação Profissional realizado pela ANP, fora do prazo de validade por ela preconizado?

2. O Edital n.º 01/93-ANP defende que a homologação ocorre após a conclusão da PRIMEIRA ETAPA. No entanto, para os editais subseqüentes, passa a homologar os concursos após a conclusão da segunda etapa (Curso de Formação Profissional).

3. Se, por um lado, a ANP somente nomeia administrativamente os candidatos aprovados nas DUAS ETAPAS previstas no Edital n.º 01/93-ANP, por outro lado nomeia **administrativamente**, através da Portaria n.º 070-DG/DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, “em caráter efetivo”, o candidato remanescente do Concurso/93 ROBERTO RUBEM RIBEIRO, classificado regularmente na 1ª etapa em 856º lugar e em 116º no Curso de Formação Profissional, como também com outra gama de concursados.

4. A ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA, primando pela excelência de seus cursos, formou profissionais nas diferentes áreas da carreira de policial federal, após a conclusão de vários Cursos de Formação realizados em 1998. No entanto, para aqueles que fizeram o curso por ordem judicial, a ANP, insiste na postura de não reconhecer a qualidade desses seus ex-alunos, que em boa parte obtiveram no curso notas superiores àqueles que participaram do mesmo curso em decorrência de convocação administrativa.

5. Ademais, enquanto a ANP preocupa-se em dar tratamento discriminatório a estes profissionais que ela mesma avaliou e formou, o próprio Departamento de Polícia Federal, ao revés, reconhecendo o valor desta mão de obra tão cara e especializada, reserva por vezes a estes mesmos profissionais **posições estratégicas e de destaque**, confiando-lhes o conhecimento da estrutura operacional do Órgão, das técnicas e táticas investigativas e de diversas informações privilegiadas, inclusive compartimentadas, cite-se por exemplo a proteção de nossas fronteiras e as investigações nos escândalos de maior notoriedade ocorridos em nosso país.

6. Por fim, dados estatísticos comprovam que até o momento mais de 600 (seiscentos) candidatos preteridos pelo Edital n.º 01/93-ANP, foram nomeados e empossados por decisões judiciais, proferidas por todos os cantos de nosso País, numa incontestável demonstração de que o direito reclamado é justo e merece proteção. De fato, apenas para ilustrar, note-se que em cidades como São Paulo e Belo Horizonte aproximadamente 50% (cinqüenta por cento) do efetivo de Delegados de Polícia Federal ocupam os referidos cargos mediante “posse precária”, ou seja, decorrente de decisões judiciais.

VII - CONSEQÜÊNCIAS

Diante do exposto, mister se faz assinalar que, em nome do princípio da segurança jurídica e da supremacia do interesse público, impõe-se o reconhecimento por parte da Administração Pública do direito à nomeação dos candidatos aprovados em todas as etapas e fases do certame, numa demonstração de valorização dos profissionais que ela própria aprovou e formou, solucionando administrativamente a questão.

Resalta-se ainda, a carência de pessoal no âmbito da Polícia Federal que dispõe atualmente de um parco efetivo da ordem de

aproximadamente 7.900 policiais, fato reconhecido também pelo próprio Governo Federal, com a implementação do PROMOTEC incrementando a política de segurança nacional, e empenhando-se em aprovar o Plano Nacional de Segurança Pública, que entre outras providências imediatas, prevê a criação de 2000 (dois mil) novos cargos no quadro do Departamento de Polícia Federal.

É importante salientar o alto custo despendido pelos cofres públicos com a realização destes Cursos de Formação Profissional, estimado pela própria ANP, em média de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por candidato, o que totalizou mais de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) em gastos.

Portanto, não há como negar a realidade que ora se afigura: de um lado, o governo federal empenhando-se em modernizar e prover de recursos humanos nossa Polícia Federal, de outro lado, profissionais gabaritados e treinados, na angústia de ver suas situações regularizadas, estando a maioria já há anos em plena atividade no DPF e o restante aguardando as respectivas nomeações.

Em síntese, o concurso hoje titulado em todas as áreas da Administração Pública de "Concurso/93", à vista de uma série de equívocos, que acabou envolvendo o próprio Poder Judiciário, em face de algumas decisões contraditórias, transformou-se em tal balbúrdia que urge uma solução que garanta os direitos assegurados na Constituição Federal, o mais universal de todos eles, que é o inscrito no artigo 5º caput, consubstanciado no princípio maior de que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza.

Evitando sobremaneira desgaste da Instituição Polícia Federal, diante das inúmeras decisões judiciais nos mais variados Tribunais do País, como o ocorrido no TC-928.244/98-9 (TCU) onde unanimemente os Ministros decidiram (Ata nº: 47/99-Plenário):

"8.2. Determinar à Academia Nacional de Polícia que, ao promover a realização de concursos públicos, observe rigorosamente os termos do respectivo edital, evitando adotar critérios (...) estranhos ao certame em respeito aos princípios básicos da Constituição Federal, dentre os quais os da publicidade, da isonomia e da impessoalidade).

O Poder Legislativo, ciente do exposto e na busca de uma solução definitiva para o caso, tentou através de emenda ao Projeto de Lei da Câmara de nº 56/2000, dar um fim à polêmica, frustrando-se tal iniciativa, uma vez que a controvérsia envolve a arguição judicial de uma decisão administrativa tomada pelo Poder Executivo, não havendo como o Poder Legislativo se imiscuir na contenda, cuja solução deve se dar com o trânsito em julgado das ações judiciais, ou a questão poderia ser resolvida mediante uma decisão administrativa do Poder Executivo, caso reconheça, motivadamente, a nulidade de alguma resolução sua, por viciada na origem, conforme a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

Tal ato, do Poder Executivo não seria pioneiro, uma vez que o Governo do Distrito Federal diante do Parecer nº 14/88-GAB/PRG, no Processo nº 050.002.711/87, solucionou a situação de seus Delegados "Sub Judge" de Polícia, através do procedimento acima apontado e negrito, em caso idêntico ao que transcorre com os Policiais Federais "Sub Judge" do Concurso/93.

O relatório sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 56/2000 (nº 3.272/2000, na origem) da Lavra do Senador Romeu Tuma diante da CCJC, foi contundente no seu voto quanto enunciou:

"No tocante à Emenda nº 2, gostaríamos, em primeiro lugar, de registrar a necessidade da solução do problema objeto dela. Trata-se de questão que vem trazendo grande prejuízo para o bom funcionamento das atividades da Polícia Federal, na medida em que vem determinando o provi-

mento provisório de um significativo número de servidores da respectiva carreira, com todas as inconveniências desse tipo de procedimento, agravadas em um órgão cujos servidores lidam, a todo momento, com informações sensíveis.

Assim, enfatizamos a urgência da solução da contenda, apelando às autoridades competentes para que tomem todas as providências possíveis, sejam administrativas, sejam judiciais, no sentido de, no menor prazo possível não apenas assegurar os direitos dos servidores que prestaram o concurso público convocado pelo Edital nº 01/93-ANP, de 7 de maio de 1993, e que foram aprovados na prova de conhecimentos, no exame psicotécnico, no teste físico e no curso de formação da Academia Nacional de Polícia, como também encerrar esse grave problema com que o Departamento de Polícia Federal se vê hoje às voltas, que é a situação precária desses servidores".

Ensejando, vale ressaltar que a Advocacia Geral da União (AGU), em manifestações anteriores em processos assemelhados, reconhece o direito pleiteado.

Acreditando que a solução dessa situação, além do retorno ao que é justo, trará maiores benefícios à Administração que aos próprios beneficiados, sendo esta uma das maiores razões desta manifestação: a solução definitiva do concurso do Edital nº 01/93.

* O Dr. Joel Zarpellon Mazo é Delegado de Polícia Federal e Conselheiro da ADPF

**ACOMPANHAR AS NOVAS
TENDÊNCIAS DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO PARA
PROMOVER A MELHORIA
DO TRANSPORTE
COLETIVO URBANO DA
REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE.**

**ESTE É O NOSSO
COMPROMISSO.**



**SINDICATO DAS EMPRESAS DE
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE
BELO HORIZONTE**

A verdade sobre o concurso da Polícia Federal em 1993

* DR. SÉRGIO FIDELIS BRASIL FONTOURA

“Considerando as inúmeras opiniões que vem sendo divulgadas com relação ao concurso público da Polícia Federal, realizado no ano de 1993 e para evitar interpretações e julgamentos apressados, sinto-me na obrigação de fazer algumas considerações, mesmo porque muito dos pareceristas e entendedores da matéria são pessoas em defesa de seus próprios interesses, e, conseqüentemente procuraram omitir as regras pré-estabelecidas, senão vejamos:

O Concurso Público instituído pelo Edital 01/93-ANP, publicado no DOU de 11.05.93, ofereceu o seguinte o número de vagas:

- 1.. Delegado de Polícia Federal. 200
- 2.. Perito Criminal Federal. 100
- 3.. Agente de Polícia Federal. 800
- 4.. Escrivão de Polícia Federal. 500

Para preencher os cargos acima enumerados, cuja quantidade de vagas continuou a mesma, foram convocados administrativamente para matrícula nos respectivos cursos de formação profissional, os candidatos classificados respectivamente até:

- 1.. Perito Criminal Federal Área 1 (30 vagas) 45° classificação
- 2.. Delegado de Polícia Federal 300° classificação

Área 2 (10 vagas) 14° classificação

Área 3 (10 vagas) 16° classificação

Área 4 (05 vagas) 09° classificação

Área 5 (05 vagas) 05° classificação

Área 6 (30 vagas) 42° classificação

Área 7 (10 vagas) 16° classificação

Agente de Polícia Federal 990°

classificação

Escrivão de Polícia Federal 570°

classificação

O primeiro problema do referido concurso foi de que o número de aprovados inicialmente foi muito pequeno, tendo sido decidido pela Administração que algumas questões deveriam ser anuladas, pelo critério do maior grau de dificuldade, para que o número de aprovados fosse maior que o número de vagas oferecidas. Esse procedimento é co-

mum e aceito em casos de concurso, só que naquele caso, o número de aprovados, nos cargos de Delegado e Agente, ficou muito acima do das vagas oferecidas, criando, como conseqüência, uma corrida à Justiça daqueles que não atingiram o desempenho necessário, e que pretendiam tirar proveito da situação.

A principal alegação era a de que a anulação de questões lhe havia sido prejudicial. Entretanto, tais argumentos não tiveram embasamento, porque todos que obtiveram classificação acima do n° 300 (trezentos) haviam sido reprovados antes das anulações. Ocorreu apenas um ou dois casos em que as anulações prejudicaram o candidato, tendo o Judiciário sido acionado pelas partes.

Tal medida, anulação por grau de dificuldade das questões, foi realizada dentro de critérios, com respeito a isonomia e a moralidade administrativa, tendo como único objetivo promover o preenchimento das vagas oferecidas no edital.

Outro problema registrado, no meu entender o mais grave, foi a quebra da ordem de classificação por parte de algumas liminares e antecipações de tutelas concedidas pelo Poder Judiciário para que candidatos participassem dos Cursos de Formação Profissional na Academia Nacional de Polícia, ferindo dispositivo da lei, no caso o art. 12 do Decreto-Lei n° 2.320/87 que diz:

“A matrícula em curso de formação ou de treinamento profissional será feita dentro do número de vagas estabelecido e obedecerá à rigorosa ordem de classificação dos candidatos habilitados no concurso em que tiverem concorrido.” (grifo nosso).

Assim esses candidatos, após cursarem a ANP na condição **sub judice**, ingressaram com novo pedido na Justiça, para nomeação ao cargo, omitindo sua classificação inicial, informando apenas a classificação no Curso.



Dr. Sérgio: A única solução que vejo é aguardar com serenidade e confiança a decisão final da Justiça

Em conseqüência, muitos candidatos foram nomeados por ordem judicial em desacordo com a norma constitucional que proíbe a nomeação em cargo público sem prévia aprovação em concurso público, sob pena de responsabilidade da autoridade que der causa. (Art. 37 da CF). Enquanto existir pendência judicial, conseqüentemente, não existe a prévia aprovação exigida pela Constituição Federal, verbis:

“Art.37..

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público...

§ 2° A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.”

Outra questão é a do prazo de validade do concurso. Nesse aspecto devemos partir de uma análise de todos os momentos do concurso, senão vejamos:

O DOU de 29 de dezembro de 1994 publicou o Edital n° 010/94-ANP com a relação

de todos os aprovados nos concursos, em ordem de classificação.

A partir daquela data a Administração tinha o prazo máximo de dois anos para matricular os candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação, no número exato dos cargos oferecidos no edital, conforme preceitua o art.10 do Decreto Lei nº 2.320/87:

“Será de dois anos, a contar da datas de homologação do resultado final, o prazo de validade do processo seletivo para matrícula em curso de formação ou de treinamento profissional, podendo ser prorrogado por igual período.”

Observe que o prazo estipulado na lei é para fins de matrícula no Curso de Formação Profissional - CFP.

Desta maneira, a Administração desenvolveu todos os esforços para honrar o compromisso assumido no Edital nº 001/93-ANP, preenchendo todos os cargos oferecidos, tanto que em 20 de dezembro de 1996 foram matriculados os últimos candidatos aprovados, melhor classificados, para preencher todos os cargo de Escrivão de Polícia Federal e de Agente de Polícia Federal.

Após aquela data a ANP não matriculou nenhum candidato do concurso de 1993, em respeito e cumprimento ao disposto na lei acima transcrita e nas normas do edital, só o realizando por força de determinações judiciais, pois a partir de 29 de dezembro de 1996 o concurso havia perdido a validade para todos os candidatos que não haviam sido convocados para o curso de formação profissional.

Conforme mencionamos anteriormente o concurso perdeu a validade para quem não foi matriculado no CFP, entretanto para aqueles que realizaram a segunda etapa, ou seja, concluíram o curso de formação profissional, o prazo de validade do concurso para fins de nomeação deve ser considerado a partir da data da conclusão do último CFP, ou seja 23 de maio de 1997, para os cargos de Agente e Escrivão. Dessa maneira, com relação aos agentes e escrivães de polícia federal, que realizaram a segunda etapa, ou seja, o CFP, o prazo de validade do concurso dos aprovados nas duas etapas encerrou-se em 23 de maio de 1999. Como os cargos foram preenchidos com a nomeação publicada no DOU de 28 de maio de 1997, o concurso, a partir de então perdeu a validade, pois todos os aprovados foram aproveitados.

Com relação ao concurso para Delegados de Polícia Federal, a situação é um pouco diferente, pois com a conclusão do curso de for-

mação, realizado no período de 15 de julho a 2 de outubro de 1996, todas as 200 vagas foram preenchidas.

Em razão desse fato, o concurso caducou em 29 de dezembro de 1996 para todos os candidatos que não realizaram o curso de formação profissional, no entanto para aqueles que nesse período concluíram o curso de formação, o concurso teria validade, para fins de nomeação, até 02 de outubro de 1998. Por outro lado, com a nomeação dos aprovados, publicada no DOU de 10 de outubro de 1996 o concurso se extinguiu antes do prazo de validade, pois todos os aprovados no concurso/curso, foram aproveitados, nomeados e as 200 (duzentas) vagas oferecidas foram preenchidas.

Com relação aos candidatos que foram matriculados por ordem judicial, após 29 de dezembro de 1996 e realizaram o curso de formação profissional, no período de 16 de setembro a 16 de dezembro de 1998, cabe a Justiça decidir, pois a Administração não tem como mudar o prazo de validade de um concurso contra a própria norma, expressa em lei.

Um outro esclarecimento é de que o prazo do concurso não foi prorrogado porque atingiu os objetivos, ou seja, os cargos oferecidos no edital foram todos preenchidos e, nesse meio tempo houve mudanças na legislação, acrescentando-se novas exigências para o ingresso na carreira Polícia Federal, não tendo a Administração uma justificativa plausível para prorrogar o certame.

Reconheço que a situação dos policiais nomeados antes do trânsito em julgado das ações é bastante insegura, mas a única solução que vejo é aguardar com serenidade e confiança a decisão final da Justiça, lembrando que esses policiais não têm culpa da situação, estão apenas lutando por um direito que acreditam ter. São pessoas como nós que estão trabalhando e produzindo, não merecendo qualquer eventual tipo de discriminação.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários”. ■

* O Dr. Sérgio Fidelis Brasil Fontoura é associado da ADPF e Diretor da Academia Nacional de Polícia



DHL. Eficiência, em qualquer lugar do Brasil e do mundo.






Para enviar encomendas expressas, com ou sem fechamento cambial, para mais de 85.000 localidades espalhadas pelo mundo e mais de 1.100 cidades brasileiras, você não precisa pensar muito. Só precisa pensar na DHL, líder de mercado e pioneira em transportes expressos. Com a DHL você chega mais longe. Mais fácil. E mais rápido.

DHL Express Line: 0800 11 08 33
www.dhl.com.br

ESPAÇO EMPRESARIAL



BRASÍLIA IMPERIAL HOTEL ***

- Apartamento com telefone, geladeira, ar refrigerado / ventilador, TV à cabo, banheiro.
- Serviço de bar e lanches.
- Café da manhã farto e variado incluído na diária.
- Desconto especial para Corretores de Imóveis Sindicalizados **20%**

NÃO COBRAMOS TAXA DE SERVIÇO

SETOR HOTELEIRO SUL Blocos E e H - Brasília-DF
Reservas: 223-7252 Tel.: (61) 321-8747 Fax: (61) 322-7147

Registro Embratur: 01697-00-21.1

Visite nosso Site
www.rodovisa.com.br

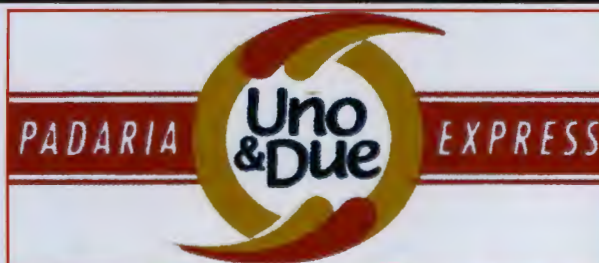
RODOVISA TRANSPORTES LTDA
Av. Ricardo Bassoli Cezare, 471 - Jd. das Bandeiras - Campinas SP - Fone (0XX19) 227-0998
Aeroporto de Viracopos / Aeroporto de Guarulhos



INFREDE TELECOM LTDA

www.infrarede@infrarede.com

STRC/Sul Trecho 02 - Conj. "C" - Lote 01 - Brasília - DF



Praça da República, 380 - Cep 01045/010 - Centro - São Paulo - SP
Tel./Fax (0xx11) 3361-5565

TECCIL

TERRAP. CONST. COM. E IND. LTDA

ESCRITÓRIO E ACAMPAMENTO

Folha 26 - Q. Especial - Fones: 322-1521 - 322-1522
Nova Marabá - Cep 68509-000 - Marabá - Pará - PA



SÃO MARCOS MADEIRAS LTDA.

Fone: (91) 752-1123
Fax: (91) 752-1289

Rod. PA 150 - Km 131 - Cep 68.695-000
Tailândia - Pará



MADEIREIRA SUL CATARINENSE LTDA

Rod. PA-150 - Km 112 - Cep 68695-000 - Tailândia - Pará

Fone/Fax: (0xx91) 752-1285 - Cel. 9112-4414



SENOR LTDA

RODOVIA BR 222 - Km 21 - Fones: (91) 335-2000 / 335-1433
Cx. Postal 2505 - Cep 68633-000 - Dom Eleseu - Pará-PA
E-MAIL: projetoourinhos@uol.com.br - E-MAIL: senor1@uol.com.br

Poder da mente

Bre.



Educar pessoas para a vida
é conscientizá-las do poder
que suas mentes possuem.
A UNEB forma indivíduos
conscientes do potencial
necessário para vencer os
desafios da vida.

UNEB
O ENSINO SUPERIOR

Points.

Dicas.

Agenda Night.

Pessoas.



Roteiro fornecido pela revista Veja.

A gente quer mais é que você saia desse site rapidinho.

nightcocacolatlight.com.br

www.nightcocacolatlight.com.br - Tudo pra você curtir a night.



Prisma

EDIÇÃO NACIONAL

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL Jul-Ago-Set-2001 - ANO XIII - Nº 36

AÇÃO, TÉCNICA E PROFISSIONALISMO

